



**Universidade Federal da Paraíba**  
**Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**  
**Departamento de Ciências Sociais**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**DIEGO ROCHA MEDEIROS CAVALCANTI**

**Mulheres nas águas:**  
Um estudo sobre relações de gênero na pesca

João Pessoa  
2010

DIEGO ROCHA MEDEIROS CAVALCANTI

## **Mulheres nas águas:**

Um estudo sobre relações de gênero na pesca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Orientadora: Dra. Mônica Franch

João Pessoa

2010

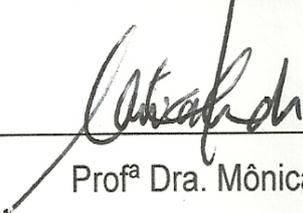
DIEGO ROCHA MEDEIROS CAVALCANTI

**Mulheres nas águas:**  
Um estudo sobre relações de gênero na pesca

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Aprovada em: 21/12/2010

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Mônica Franch

Orientadora e Presidente PPGS/UFPB

  
\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Silvana Souza do Nascimento

Membro - DCS/UFPB

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Simone Maldonado

Membro - PPGS/UFPB

\_\_\_\_\_  
ProfDr Adriano de Leon

Suplente PPGS/UFPB

\_\_\_\_\_  
eno Nathan

**Ao pequeno Nathan...**

## AGRADECIMENTOS

Quão doce, agradável e prazeroso é agradecer as pessoas que fazem parte dessa fase tão importante na minha vida pessoal e acadêmica.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Franch, por te me aceitado como seu orientando o que lhe implicou ônus reais sem os quais eu não teria conseguido. Pelo carinho, cuidado, considerações e pela paciência com a gestação um pouco demorada da dissertação. Obrigado Mônica.

A Andrea Ciachi, primeiro orientador e incentivador da minha vida acadêmica  
Aos Professores Adriano de Leon e Giovani Boaes, pelas aulas e textos inspiradores e estimulantes. Sempre quando penso em dar aulas tenho as suas como modelo a ser seguido.

As professoras Dra Simone Maldonado e Prof Dr. Silvana Souza do Nascimento por aceitarem fazer parte da minha banca conferindo mais importância ainda a este rito de passagem em minha vida.

A minha família por se fazer presente e me motivar em alguns momentos cruciais. Pedra angular de minha vida. Minha mãe, meu pai e minha irmã.

Minha esposa Stephanie e meu “filhote” Nathan. No meio do caminho tinham pedras, mas elas foram sendo tiradas aos pouquinhos...

Minha Vó Nina, por sua torcida e por suas orações, sempre. Elas, de alguma forma, surtiram efeitos.

Aos colegas de vida acadêmica que se tornaram amigos pessoais e que hoje fazem parte do que sou. São muitos. George, eterno poetinha. Amigo valioso por quem nutro muito respeito e admiração. Algumas ideias de mesa de bar viraram poesia e chegaram nessas páginas.

Gonzaga (Junim) e Andre. Pelo suporte, pelo apoio moral, nos momentos que antecederam ao nascimento do meu filho. Pela hospitalidade, considerações e conversas acadêmicas num tom bem humorado que dirimiram muitas de minhas angústias. O humor é o motor hein! Tenho muito respeito e admiração por vocês. Sempre estarão no meu coração. De verdade.

Em especial a Cristina por suas preocupações e cuidados comigo, na vida pessoal e acadêmica. Por sua presença na consultoria que me ajudou e viabilizar a

mesma. Por sua amizade e doçura. Sua postura diante das coisas me incita a ser uma pessoa melhor. Você é um verdadeiro anjo na minha vida. Tenho orgulho de ser seu amigo. A todos da família Nogueira que junto com Cris tem um lugar especial no meu coração. Dona manuta, Seu Luiz, Belle, Gi e Luciano que também participaram da consultoria e tiveram paciência quando passamos algumas semanas, entre dias, noites e mais noites sem dormir, em cima do PC para poder terminá-la.

Aos funcionários da Coordenação de Ciências Sociais e do PPGS, Jandira e Marta que sempre torceram pela gente.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro da graduação, sem o qual não teria me formado nem tido a possibilidade de ingressar no mestrado.

A CAPES, pela bolsa no mestrado sem o qual eu nem teria começado.

Ao ICMBio na figura de Marisanta e Patrícia que ajudaram a viabilizar e lutaram pela consultoria aqui na Paraíba. Vocês são verdadeiras guerreiras na luta pela consolidação da RESEXAcaú-Goiana. Eu sou testemunha disso.

Ao PNUD, pela parte orçamentária que viabilizou a consultoria.

Aos amigos do Ministério da Pesca que, provavelmente, entenderam minhas ausências e cobriram parte de meu trabalho. Com carinho, Robson, Silvia, Cida, Camila, Fabiana e Joana.

As pessoas das comunidades da foz do rio Goiana. Em especial a Luzia e dona Marinalda de Acau, André de Baldo do rio Goiana, Armando Floro do Tejucupapo. Vocês são guerreiros eu sou testemunha

As pessoas da comunidade de Costinha, que sempre me fazem sentir tão bem quando retorno as suas vidas de tempos em tempos.

Aos amigos do Rugby, que me ensinaram o valor de trabalhar em grupo de forma honesta e educada. Esses valores estão um pouco fora de moda hoje em dia.

A todos que contribuíram para este momento de gestação tão difícil e demorado.

## RESUMO

Esta dissertação procura mostrar qual o papel das mulheres pescadoras, pescadeiras e marisqueiras das comunidades que estão circunscritas a Reserva extrativista Acaú-Goiana. Para tal, tento analisar as esferas do trabalho e da política em que elas estão se inserindo atualmente mostrando a importância das ações dessas mulheres na reprodução social das comunidades. Na esfera do trabalho a inserção feminina cada vez maior nas atividades da pesca e coleta, no mangue e no mar, chama atenção do pesquisador na medida em que a pesca artesanal era tida como tipicamente masculina por inúmeros autores com os quais dialogamos ao longo da dissertação. A visão assentada num modelo bipolar de percepção do mundo, opondo mar-terra; homem-mulher concorreu para a não percepção das mulheres enquanto agentes produtoras e, para o mito da invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro. Aspectos dessa mudança laboral são descritos tendo como fio condutor as relações de gênero locais, que estão tomando uma nova configuração, que pode ser verificada a partir do peso econômico, que as atividades das mulheres têm no orçamento familiar atualmente nessas comunidades. A diminuição da importância das superstições e tabus ligados a condição feminina também é um importante marcador cultural de toda essa mudança, que é pequena, mas bastante significativa. A crescente participação das mulheres nas instâncias políticas-institucionais também legitima essas mudanças de perspectiva do papel da mulher nas comunidades pesqueiras da foz do rio Goiana. Tanto é assim que a surgimento de uma unidade de conservação na forma de Reserva Extrativista Marinha tem a marca indelével da ação das mulheres locais a partir das demandas políticas das entidades de classe, mas também a partir da articulação inter-pessoal que algumas de suas lideranças tinham com pessoas que faziam os órgãos governamentais diretamente responsáveis por essas pelas questões referentes a RESEX. O número crescente de entidades classistas das mulheres reflete também o momento em que o Estado Brasileiro confere maior importância política, econômica e social à classe dos pescadores e pescadoras artesanais como um todo.

**Palavras-chave:** Pesca feminina. Marisqueiras. Relações de gênero. Reservas extrativistas.

## ABSTRACT

This dissertation seeks to show the role of fisherwomen and seafood collectors among coastal communities in the area of the extractive reserve of Acaú-Goiana, located in the border of the States of Paraíba and Pernambuco. I analyse how women have entered the spheres of work and politics and show the importance of their actions for the social reproduction of their communities. Despite the increasing participation of women in the activities of fishing and gathering in mangroves and in the sea, fishing is still regarded as a typically masculine activity by many authors. A vision grounded in a bipolar model of perceiving the world, opposing sea-land, men and women, led to a non-perception of women as producers and agents and produced a myth of invisibility of women within the fishing universe. I argue that local gender relations are changing quickly, and women's activities are, now a days, very important in the household budget. The diminishing importance of superstitions and taboos related to women's condition is also an important cultural marker of this small, but meaningful change. The increasing participation of women in political and institutional instances also legitimizes such change in the role of women in fishing communities of the Goiana estuary. In fact, the fight for the conservation unit (Marine Extractive Reserve) is doubtless an action of local women, based on their Unions but also on interpersonal networks. The increasing number of women's Unions reflects the political context, specially the economic and social importance given by the Brazilian government to the artisanal fishermen and fisherwomen in the last years.

**Keywords:** Fishwomen. Seafood collectors. Gender relations. Extractive reserves.

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ANPOCS – Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em Ciências Sociais  
CISO – Encontro dos Cientistas Sociais do Norte Nordeste  
CEB – Comunidades Eclesiais de Base  
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais  
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CPP – Comissão Pastoral dos Pescadores  
DCC – Desenvolvimento de Comunidades Costeiras  
DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
FAO – Fundo das nações unidas para a alimentação  
Gd's – Grupos de Discursão  
GEAL – Grupo de Estudos Antropológicos do Litoral  
Gt's – Grupos de Trabalho  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis  
ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LEO – Laboratório de Estudos da Oralidade  
MEB – Movimento de Educação de Base  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura  
ONG's – Organizações Não Governamentais  
PIBIC – Programa de Bolsa de Iniciação Científica  
RESEX – Reserva Extrativista Marinha  
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
SEAP – Secretaria de aquicultura e pesca  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza  
SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Diretrizes de saúde .....	83
<b>Figura 02</b> -Quem é pescadora? .....	84
<b>Figura 03</b> -Direitos e deveres sociais e trabalhistas .....	84
<b>Figura 04</b> -Vista aérea das primeiras Reservas extrativistas.....	94
<b>Figura 05</b> -Mapa de RESEX e RDS distribuídas ao longo do território nacional .....	110
<b>Figura 06</b> -Demonstrativo das unidades de conservação distribuídas nos seus diversos formatos .....	111
<b>Figura 07</b> -Localização da RESEXAcaú-Goiana/PB/PE .....	141

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 01</b> - Mulher chegando da pescaria próximo a ponte sobre o rio goiana, BR 230.....	51
<b>Foto 02</b> - Família fazendo uma mudança, levando sofás e televisão, decaíco.Estuário do rio Goiana, Acaú .....	57
<b>Foto 03</b> -No primeiro plano um Grupo de mulheres se preparando para ir pescarjunto com duas crianças. Num segundo plano, quatro crianças manipulando o bote,sendo duas meninas e dois menino .....	65
<b>Foto 04</b> -Beneficiamento do marisco .....	76
<b>Foto 05</b> -Reunião com representantes de todas as comunidades, WFT, Cpp,e prefeitura de Goiana par discutir as demandas de cada entidade para encaminhamento ao ICMBio.....	92

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO E RE-PENSANDO A QUESTÕES DE GÊNERO EM COMUNIDADES LITORÂNEAS-REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	29
1.1 ONDE ESTÃO AS MULHERES NA LITERATURA QUE TRATA DA PESCA.	29
1.2 PESCADOR OU PESCADORES? IDENTIDADES E CONTEXTOS NO TRABALHO DO “MAR” .....	34
1.3 SERÁ QUE A PESCA É DO HOMEM E O PEIXE É DA MULHER? .....	41
<b>CAPÍTULO II – MULHERES DAS ÁGUAS: trabalho e relações de gênero no trabalho pesqueiro e extrativista</b> .....	53
2.1 MULHERES, TEMPO E TRABALHO NA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL: mulheres pescadoras e mulheres marisqueiras .....	54
2.2 A LABUTA DAS MARISQUEIRAS, CONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DOS ESPAÇOS INTER-GÊNEROS .....	62
2.3 TEMPOS, CORPOS E FAMÍLIA .....	79
<b>CAPÍTULO III – GÊNERO E POLÍTICA NA FOZ DO RIO GOIANA</b> .....	90
3.1 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS: história, conceito e paradoxo.....	94
3.2 RESEX EXTRATIVISTAS MARINHAS: o caso Acaú-Goiana .....	103
3.3 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ACAÚ-GOIANA .....	114
3.4 A CHEGADA DO ESTRANHO: o pós-2007 .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	134
<b>ANEXO</b> .....	141

## INTRODUÇÃO

### *Os mares que naveguei... lá e aqui*

Esses eram os mais novinhos. Já sabiam seu destino desde cedo: cresceriam e iriam para o cais onde ficavam curvos sob o peso dos sacos cheios de cacau, ou ganhariam a vida nas fabricas enormes. E não se revoltavam porque desde há muitos anos vinha sendo assim: os meninos das ruas bonitas e arborizadas iam ser médicos advogados, engenheiros, comerciantes, homens ricos. E eles iam ser criados desses homens.

Jorge Amado, *Jubiabá*

A Antropologia e a Sociologia são ciências que retiram das pesquisas de campo o substrato sobre o qual constroem os seus edifícios teóricos e metodológicos. O presente trabalho está baseado em pesquisas realizadas com comunidades pesqueiras dos Estados da Paraíba e de Pernambuco, orientados teoricamente por essas duas disciplinas. O objetivo desta dissertação é analisar as relações de gênero em comunidades que estão localizadas no estuário do rio Goiana, divisa entre os dois estados referidos, a partir das esferas do trabalho e da ação política que as mulheres pescadoras, *pescadeiras* e marisqueiras desenvolvem na região. Tendo detectado que estão em curso mudanças sociais econômicas, culturais, ambientais e políticas significativas na área, buscarei analisar essas mudanças a partir da categoria gênero e contribuir assim para uma melhor compreensão desses fenômenos. Para isso, procurei confrontar as teorias com a realidade pesquisada, e dessa forma, estabelecer um diálogo com a literatura que trata de pescadores e pescadoras a partir de um viés de gênero. A construção do objeto deste trabalho ocorreu de forma paulatina, refletindo minha inserção no curso de graduação em ciências sociais e, posteriormente, na pós-graduação em Sociologia da UFPB. Nesse sentido, apresentar nesta introdução a construção do objeto implica refletir sobre a maneira como fui me tornando um cientista social.

A formação de cientista social é estruturada em cima de muita abstração, de muita teoria. A academia é o lugar que vai orientar e disciplinar o olhar, o pensamento e a escrita. Enquanto profissional, o cientista social, lida com teoria e prática ao mesmo tempo. No caso do cientista social, as várias teorias, como marxismo, estruturalismo, funcionalismo, pós-estruturalismo, orientam a “percepção”

da realidade. A pesquisa de campo é a parte prática do trabalho. Teoria e prática fazem parte do ofício do cientista social no que C. Wright Mills (1972), chama de artesanato intelectual, já que estruturar a abstração do pensamento à prática da pesquisa exige os mesmos caminhos que um artesão percorre ao fazer o seu trabalho. Entre livros, artigos e textos vai-se aprendendo a dinâmica e o “ofício”. Toda a vivência adquirida durante as pesquisas de campo constitui uma espécie de “rito de passagem”, que se soma a outras variáveis na construção do cientista social.

O processo de aprendizado da lógica própria do universo acadêmico se inicia com os textos sobre metodologias, sobre objetividade, neutralidade e sobre a “dureza” da ciência como um todo. Aos poucos, as verdades, os conceitos e os preconceitos vão sendo desconstruídos e a vontade de se conhecer empiricamente outros segmentos sociais e outras culturas parece ser a força motriz da profissão de cientista social. O relacionamento com a alteridade implica na necessidade de relativizar a nossa própria cultura. A descoberta do “outro” pela Antropologia abriu caminho para a pesquisa de campo e contribuiu de forma considerável para o conhecimento da alteridade, que inicialmente eram os “selvagens” de terras longínquas, até o momento em que os “outros” foram se tornando cada vez mais próximos. Como muito bem expressou Clifford Geertz (1978), agora somos todos nativos. São esses movimentos que acontecem como exercício de pensamento dentro da academia e como práticas de pesquisa fora dela que fazem parte do ofício do cientista social. É nesse terreno que vão acontecendo o processo de aprendizagem do aluno e o disciplinamento de suas faculdades. A forma de conduzir o *olhar*, o *ouvir* e o *escrever*, de acordo com a expressão de Roberto Cardoso de Oliveira (1998), ou ainda, como se ter *antropological blues*, como nos disse Roberto DaMatta (1978), vão sendo expostos nos manuais e ajudam os aspirantes a traçarem suas estratégias próprias a partir das experiências dos mais graduados, dentro de regras que formam o universo próprio de cada disciplina – nas palavras de Bordieu (2003), *a lógica própria de cada campo*.

Esta pesquisa sobre mulheres em atividades pesqueiras da região do estuário do rio Goiana PB/PE é desenvolvida dentro da linha de pesquisa sobre Cultura e Modos de Vida do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e teve formalmente início em março de 2008.

Meu interesse acadêmico por pescadores, contudo, nasceu bem antes, em meados de 2002, durante uma incursão a uma comunidade litorânea, acompanhando um grupo de pesquisadores, atualmente extinto, chamado Grupo de Estudos Antropológicos do Litoral (GEAL), que fazia parte do Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO). Antes disso, os contatos com outros grupos de pesquisa do curso de Ciências Sociais foram frequentes, e a inclinação pela temática de juventude dividiu minhas expectativas durante algum tempo antes de tomar a decisão de me “aprofundar” nas questões relativas à pesca. A inclinação para as cadeiras de Antropologia e a aproximação com as pessoas que faziam e discutiam textos antropológicos explicam, primeiramente, a minha entrada no GEAL e posteriormente no LEO.

As discussões dos textos nesses espaços me estimularam a querer ir a campo e a gostar do que estava fazendo. A primeira ida ao campo foi na comunidade de Barra de Camaratuba, como acompanhante de três bolsistas de um projeto em curso, no qual me inseri posteriormente. A experiência com comunidades litorâneas surge neste momento, de modo que começa a se delinear um fio condutor dos meus interesses dentro do bacharelado em Ciências Sociais: estudar e vivenciar os problemas enfrentados por pessoas que têm no mar ou nos rios sua fonte primária de sobrevivência e de diferenciação socioeconômica e cultural frente a outros grupos sociais.

O LEO, à época, se constituía em um espaço interdisciplinar de debates sobre temas que tinham a cultura popular e estudos sobre metodologia de pesquisas como temas norteadores, apesar das discussões não se limitarem a esses temas, pois não raro se debatiam questões de filosofia e história. A coordenação do laboratório ficava a cargo de professores de Letras (Andrea Ciacchi) e de Ciências Sociais (Marcos Ayala) e participavam do Laboratório os respectivos orientados dos vários professores do grupo. A riqueza interdisciplinar do espaço e do debate realizado também vinha dos alunos de vários níveis, graduandos, graduados, mestrandos, doutorandos e recém doutorados de áreas como letras, ciências sociais, sociologia, antropologia, comunicação social e música. Todas essas pessoas que frequentavam o ambiente desenvolviam suas pesquisas e as trocas das experiências de campo me tornavam espectador um tanto atento e assustado pelas mais diversas situações que os pesquisadores passavam. As primeiras

reflexões sobre objetividade e neutralidade, tanto vistas e estudadas em Weber (1993), foram sendo confrontadas com as experiências reais das pesquisas de campo dos meus colegas. Muitas discussões sobre como teoria e prática, às vezes, não se alinham no campo eram debatidas. A minha preocupação com a inserção no campo para o início da pesquisa era grande, já que vislumbrava o momento em que o bacharelado em Ciências Sociais passaria da teoria dos livros e manuais para a vida social na prática.

Essa passagem finalmente ocorreu no ano de 2002 por ocasião da aprovação de candidatura para bolsa PIBIC/CNPq, continuando pelo tempo consequente de minha graduação. Como já foi referido, a primeira comunidade de pescadores visitada foi Barra de Camaratuba, no litoral norte do estado da Paraíba, próximo à divisa com o Estado do Rio Grande do Norte. Após uma primeira visita em que apenas acompanhei outros bolsistas, decidi direcionar meus interesses acadêmicos para os pescadores da comunidade de Costinha, pequeno vilarejo do município de Lucena, no litoral norte da Paraíba, pelo fato dessa comunidade ter sido, no passado, um pólo importante de caça à baleia no hemisfério sul. Esse passado estava presente nos relatos de outros pescadores, das mais variadas localidades, em pesquisas de outros colegas, que continuamente se referiam a um tempo pretérito, quando a indústria baleeira em Costinha empregara muita gente.

Por trás dessa atividade, hoje encerrada, muitos outros fatos se mostravam interessantes para a pesquisa. Por exemplo, a indústria instalada em 1912 em Costinha começou de forma quase artesanal, fundada por brasileiros. Ao longo de 80 anos de existência, a direção da fábrica passou pelas mãos de proprietários de várias nacionalidades até ser comprada por empresários japoneses por volta de 1960. Foram os japoneses que deram um ar “exótico” a todo o processo devido à diferença cultural. Até o turismo era incentivado por eles, sendo uma atividade que gerava dividendos tanto para comunidade quanto para a indústria, pela movimentação de grande quantidade de pessoas que passavam pelo local para verem as baleias sendo arrastadas desde o alto mar até as portas da empresa. A atividade de caça à baleia em si movimentava muita gente. Com a proibição da caça e o consequente fechamento da indústria, restaram na memória de muitas pessoas, principalmente dos pescadores locais, muitas histórias. Essa referência à comunidade de Costinha, por parte dos pescadores, foi aguçando a minha

curiosidade em relação aos relatos fantásticos de um tempo idílico de muita fartura em contraste com a realidade atual de miséria decorrente da marginalização econômica da comunidade de Costinha, após a proibição da pesca do cetáceo em 1985. A partir daí, minhas investigações se interessaram pelo processo de mudança social radical gerado pelo fechamento abrupto da empresa, buscando conhecer o que aconteceu posteriormente a esse fechamento e como se encontrava a comunidade naquele momento.

Metodologicamente estava orientado a reconstruir a história local a partir dos relatos de vida de algumas pessoas, usando história oral, observação participante, e realizando registros fotográficos, o que exigia uma vivência na comunidade, onde passei a morar por algum tempo.

Teoricamente estava orientado por literatura sobre pescadores, notadamente por etnografias escritas por antropólogos e antropólogas. Como categoria analítica, os pescadores estão muito próximos da categoria de trabalhadores rurais, primeiro pela afinidade entre as lógicas temporais e da organização produtiva de ambas as categorias e segundo pelas poucas linhas de pesquisas que estudem, especificamente a pesca. Frequentemente, as linhas de pesquisa com pescadores estão contidas em linhas de pesquisas sobre estudos rurais. É um fato inquestionável que há, no momento, poucos trabalhos sobre pescadores na perspectiva das Ciências Sociais. Existe um grupo em São Paulo, na USP, coordenado pelo professor Antonio Carlos Diegues, e outro em Belém, na UFPA, coordenada pela professora Lourdes Furtado. Com exceção desses dois grupos que tem nas populações de pescadores seus interesses de pesquisa de forma a manter uma produção acadêmica regular, não existem outros grupo de pesquisa a estudar especificamente a questão dos pescadores<sup>1</sup>. Como forma de ilustrar as afirmações recorreremos ao banco de dados dos grupos de pesquisa da CAPES. Ao fazermos uma rápida pesquisa com os termos pesca e pescadores, encontramos 96 grupos de pesquisa em todas as áreas de conhecimento cadastradas no banco de dados relacionados a palavra pesca, quando refinamos a busca apenas em relação aos grupos cadastrados nas ciências humanas esse número cai drasticamente para 9

---

<sup>1</sup> Embora o estudo das comunidades pesqueiras apareça, de forma secundária ou complementar, em vários outros grupos de pesquisa. Exemplos: o grupo de Transformações Sociais na Amazônia (UFAM), Sociedade e Recursos Hídricos (UFSCAR), Sociedade e Ambiente (FUNDAJ), Centro de Estudos Antropológicos do Norte Fluminense (UENF).

grupos. Dentro das ciências humanas, ao se procurar pelos grupos pela palavra pescadores o número de grupos cadastrados se reduz a apenas 5 grupos. Bem diferente da pesquisa de grupos cadastrados feita com a palavra gênero, dentro de todas as áreas de conhecimento, que estão em torno de 848.

O interesse em estudar pesca e gênero, dando ênfase nas atividades femininas, nasceu ao final da graduação em dois momentos distintos e foi amadurecendo a partir de alguns questionamentos decorrentes das minhas experiências de campo, mesmo após o término da graduação.

Próximo de encerrar o período do projeto de PIBIC no qual estava inserido fui fazer a incursão final pra encerrar a pesquisa que culminaria na monografia (CAVALCANTI, 2006). Passei vinte dias seguidos morando na comunidade, o que me permitiu ampliar aprofundar e confrontar a literatura com as experiências de campo. Essa vivência intensiva, instalado na colônia de pescadores, me possibilitou viver como uma pessoa do local participando do dia-a-dia da comunidade. Um dos critérios que estabeleci para essa estadia era o de viver exatamente igual a todas as pessoas da comunidade, inclusive no que diz respeito a recursos financeiros, que é a parte mais delicada de se lidar por causa da instabilidade psicológica que a falta de dinheiro ocasiona, quando precisamos dele. Além disso, não queria depender financeiramente de outrem, o que geraria um constrangimento, já que seria eu mais uma boca para ser alimentada por uma família ou famílias pobres da comunidade. O meu medo era o de não ser mais um peso numa balança extremamente frágil e delicada, que poderia não suportar o mesmo e, gerar rupturas e constrangimentos mútuos. Mesmo assim, decidi não levar dinheiro para depender exclusivamente da minha força de trabalho, o que implicaria “correr” atrás de trabalho como pescador. A ideia era a de me aproximar o máximo das experiências diárias de uma pessoa local. Apesar de estabelecer esses critérios, eu estava muito mais próximo da categoria hóspede do que propriamente na categoria desempregado, muito mais próximo de uma situação confortável do que propriamente “sozinho no mundo”. Já que sendo estudante universitário conhecido no local por fazer perguntas sobre a comunidade e os pescadores, contava com a simpatia de boa parte das pessoas e com sua solidariedade cotidiana.

Toda minha alimentação era feita na casa de duas famílias. A primeira família era a do presidente da colônia de pescadores, e a segunda era a do dono do bote e

da rede local. A alimentação não foi negociada, mas implicitamente eu me fazia presente sempre nos horários do café, almoço e jantar. Essa estratégia vingou, mas me forçou a contribuir com todo o peixe que me cabia nas pescarias, o que não era muito tendo em vista que as pescarias renderam pouco peixe. Esse acordo tácito seguiu na lógica da dádiva do tão famoso ensaio de Marcel Mauss (2003), servindo não tanto a interesses materiais, mas contribuindo para o estreitamento de nossas relações.

Da alimentação, que fazia na casa de duas famílias, à mesa de bar, passando pela pesca de arrasto vivenciei o cotidiano dos pescadores de modo a me colocar, na medida do possível, “na pele deles”. Como a pesquisa se concentrava nas questões relativas às pescarias e aos pescadores, minha inserção em algum grupo de pescadores se fazia necessária, uma vez que a atividade pesqueira se organiza a partir de grupos mais ou menos estáveis. E foi o que fiz. Como já foi dito, um dos meus anfitriões era dono da única rede de arrasto da comunidade, o que possibilitou encontrar mais rapidamente um grupo que me aceitasse. Como queria realmente viver a vida de pescador fui atrás de aprender todo o ofício e tentar me inserir num papel de pesca. De observador a pequeno ajudante de beira de praia, dentre uns sete dias já me tornara aspirante a “pescador” esperando a oportunidade para substituir alguém e mostrar que o aprendizado estava caminhando rapidamente. Para isso a rotina era pesada. Duas pescarias por dia, uma durante o dia e outra durante a noite, observando um intervalo de doze horas de uma pescaria para outra, e de 30 minutos a mais de atraso nos horários dos dias seguintes, acompanhando sempre o ritmo da maré vazante, que é o período do ponto mais seco para o mais cheio. Por exemplo, se a primeira pescaria fosse às duas horas da tarde, a segunda pescaria seria às duas horas da manhã seguinte. E na próxima vez seria às duas e meia da tarde e duas e meia da manhã. E assim sucessivamente, sempre seguindo o ritmo da maré.

Foi a partir dessa vivência de campo que pude observar como a pesca é uma atividade quase exclusivamente masculina. Essa realidade confirmou o que tinha visto na teoria sócio antropológica sobre as comunidades de pescadores (MALDONADO, 1994; DIEGUES, 1983; BRITO, 1999). No entanto, o fato de uma mulher estar inserida na sociabilidade do bote, ou seja, na mesma lógica laboral dos homens, em que eu estava como aprendiz me levou a questionar o porquê da teoria

falar pouco sobre mulheres pescadoras. Quando se fala em sociabilidade do bote, está se falando em todo momento que antecede a pescaria e todo momento posterior a pescaria, muitas vezes regada a cachaça e vodka. A sociabilidade marca o antes, o durante e o depois da pesca. Foi nesse momento que surgiram os primeiros questionamentos sobre relações de gênero na pesca a partir da experiência na comunidade de Costinha. Um segundo momento de pesquisa em outra comunidade de pescadores confirmou as minhas desconfianças sobre como as relações de gênero estão mudando dentro da sociabilidade pesqueira sendo portanto um tema de interesse pra minhas pesquisas

Em meados de 2006 pude participar de uma pesquisa na região do estuário do rio Goiana. Essa pesquisa teve um caráter interdisciplinar e interdepartamental, envolvendo o IBAMA e os departamentos de Ciências Sociais e de Biologia da UFPB. O estudo tinha como objetivo fazer um levantamento socioeconômico e biológico da região em questão para avaliar a viabilidade da implantação de uma unidade de conservação no moldes de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX), na região de Pitimbu e Acaú, na Paraíba; e em Carne de Vaca, Tejucupapo e Goiana, no Estado de Pernambuco. Como pesquisador, tinha a competência de aplicar questionários semifechados e realizar entrevistas abertas com pescadores e marisqueiras.

A pesquisa durou cerca de seis meses e a estadia da equipe sempre se dava nas colônias de pescadores. Esse fato ajudou de certa forma na apreensão das sociabilidades das comunidades pesqueiras de forma mais íntima, já que ao término do trabalho nos encontrávamos nas localidades com tempo livre para poder circular e nos apropriarmos do local de forma mais intimista, conversando com as pessoas espontaneamente. São esses dois momentos distintos, o de pesquisador e o de *flaneur*, que contribuíram de certa forma para aumentar o número de detalhes e variáveis que interessavam para o meu olhar, que já se preocupava com as sociabilidades femininas desde o período em que estava na comunidade de Costinha. Na região do estuário do Rio Goiana pude perceber que as mulheres têm um papel importante politicamente, pois foi, inclusive, a partir das suas reivindicações que estava em curso a ação de pesquisa. Ou seja, a solicitação de implantação da RESEX foi levada a termo por mulheres marisqueiras e pescadeiras da região, que se consideravam prejudicadas pela degradação ambiental do lugar.

Sua mobilização foi vista, inicialmente, com certa desconfiança e até com desprezo pelos homens das comunidades. Porém, uma vez iniciado o processo, o alcance das ações ligadas à implantação da RESEX foi muito além dos grupos de mulheres mobilizados, afetando toda a comunidade. Esses desdobramentos inesperados, até para as próprias mulheres que iniciaram o processo, sugeriam modificações nas relações de gênero, apontando para uma maior visibilidade e importância da ação pública das mulheres.

Foi a partir dessas experiências de pesquisa, em duas comunidades diferentes, ainda na graduação, que comecei a atentar para as atividades pesqueiras femininas locais e, de um modo geral, para o lugar das mulheres nas suas comunidades. Tendo em vista que a pesca é uma atividade tida como tipicamente masculina, encontrei realidades locais que não se enquadravam diretamente nessa exclusividade de gênero. Encontrei mulheres que tomavam a frente de processos políticos de alta complexidade e nível de articulação grande. Esses processos políticos tiveram algumas implicações nos rumos de suas comunidades. E se lideranças femininas se mostravam bem atuantes nas localidades em que desenvolvi pesquisa, o questionamento sobre o porquê da pouca produção acadêmica em relação às mulheres de comunidades pesqueiras era inevitável. Esse questionamento inicial norteia toda esta dissertação, se desdobrando numa série de questões. Qual é o papel produtivo das mulheres nas comunidades pesqueiras do estuário do rio Goiana? Como elas se organizam politicamente e qual o alcance de suas ações? Como essas ações são vistas pelos homens e pelas mulheres que não têm envolvimento nos movimentos sociais? De que maneira é narrada, por diversos atores, a história recente de suas comunidades, e qual o lugar das mulheres nessas narrativas?

A pesquisa de campo do mestrado aconteceu ao longo do ano de 2009 e se concentrou nas cidades e comunidades que se encontram ao longo do estuário do Rio Goiana, e inseridas dentro da RESEX extrativista Acaú-Goiana, criada por decreto federal s/n de 26 de Setembro de 2007. Fizeram parte do meu campo as cidades de Caaporã na Paraíba, Acaú, distrito do município de Pitimbu, também na Paraíba, e as comunidades de Carne de Vaca e Tejucupapo que estão inseridas no município de Goiana, em Pernambuco. Apesar de serem um número grande de

localidades visitadas em dois Estados diferentes, todas elas estão localizadas num raio de sessenta quilômetros, portanto muito próximas entre si.

Nesse período também prestei consultoria para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio que faz parte do Ministério do Meio Ambiente. A consultoria tinha como objetivo dar apoio na elaboração do plano de manejo participativo e do conselho deliberativo da RESEX extrativista Acaú-Goiana, inserido dentro do projeto *Desenvolvimento sustentável com populações tradicionais* do Ministério de Meio Ambiente.

A consultoria, longe de concorrer com a pesquisa de mestrado, foi um momento de enriquecimento acadêmico, já que os esforços de ambas as empreitadas se sobrepunham, e assim se somavam no sentido de aprofundar o conhecimento empírico local. Existiu uma diferença de nomenclatura nas ações da consultoria que se preocupavam com uma delimitação espacial disposta em lei que circunscrevia os limites da unidade de conservação, enquanto que para mim esses limites legais não eram tão importantes para a pesquisa de mestrado, que se preocupa diretamente com o que as pescadoras da região, e até mesmo fora dela, estão fazendo, o que pensam e como agem essas mulheres dentro das atividades de pesca. Em momento algum a RESEX enquanto categoria limitou espacialmente minhas incursões de campo. O que quero dizer é que as incursões do mestrado foram muito mais amplas, utilizavam todo meu conhecimento sobre pesca feminina dentro de todas as regiões do Estado da Paraíba, e ultrapassavam os limites da RESEX, apesar de boa parte das mulheres entrevistadas estarem dentro da referida unidade de conservação.

O resultado da consultoria gerou um relatório na modalidade *produto*, e é aí que reside um ponto a ser discutido. Como produzir um relatório técnico a partir de conhecimento acadêmico? E como aproveitar do relatório que tem uma linguagem técnica os dados para a dissertação? Como dialogar com essas duas produções que são geradas por demandas, lógicas e linguagens diferentes, mas que tratam da mesma realidade estudada? Como convencer meus avaliadores seguindo todo *ométier* de produção acadêmica tanto na universidade como fora dela? Como convencer de que *estive lá*? É importante ressaltar que a forma como pretendo elaborar esta dissertação é totalmente diferente da forma como elaborei o relatório da consultoria. Deixando claro, porém, que a prática da pesquisa não foi

diferenciada em “a da consultoria” e “a do mestrado”, tendo em vista a metodologia como a forma em que foram levantados os dados e as estratégias de coletas dos mesmos. Nesse ponto, usando uma expressão popular, podemos dizer que a sensação é a de matar dois coelhos com uma cajadada. Mas a preocupação é a de como validar o conhecimento sociológico com profundas inclinações antropológicas, no meu caso, nos dois campos, o acadêmico e o técnico, correndo riscos e desafios diferentes, manipulando quase sempre os mesmos dados. Ao chegar neste ponto não posso deixar de trazer à memória as palavras de Clifford Geertz: “para começo de conversa, descobrir onde se situar num texto do qual, ao mesmo tempo, espera-se que seja uma visão íntima e uma avaliação fria é quase tão desafiador quanto chegar a essa visão e fazer a avaliação” (GEERTZ, 2005, p. 22). O *estar lá e o estar aqui*, com que o autor exemplifica os dois lados de uma mesma coisa. A academia e a prática empírica. Outra sensação descrita por Geertz em relação à pesquisa de campo e à experiência etnográfica, que cai como uma luva nesse momento de separação epistemológica no qual eu vislumbro estar, consultoria-mestrado. “Situarnos num negócio bem enervante que só é bem sucedido parcialmente [...]” (GEERTZ, 1978, p. 23). Eis o que se passava em relação a esses dois mundos em que transitava e transita a experiência de pesquisador e de como autor. Na academia e fora dela.

\*\*\*

Ainda como introdução a este trabalho, é preciso colocar algumas informações básicas do lugar onde a pesquisa foi realizada. Quase sempre fazer uma descrição implica pintar um quadro de como o autor enxerga o campo e como esse campo se impõe aos olhos do autor. De qualquer forma todo o leitor faz a leitura com o seu próprio olhar e absorve a partir de suas singularidades. Posso considerar o meu campo de estudo como sendo toda a extensão ocupada pelo curso do rio Goiana desde a cidade de Goiana, no Estado de Pernambuco, até a foz, onde o rio marca a fronteira entre os estados da Paraíba e Pernambuco, ou seja, o estuário do rio Goiana. Essa região é atualmente uma unidade de conservação federal enquadrada na modalidade RESEX extrativista marinha. O comprimento do rio Goiana tem aproximadamente 19 km de extensão, enquanto o do rio Megaó,

cerca de 8 km. A área estuarina dos dois rios é de 4.776 hectares(UFPB/IBAMA, 2006). Ao longo do trajeto do rio encontram-se seis comunidades, pertencentes a três cidades, que por sua vez estão localizadas em dois Estados distintos. No lado paraibano, estão o município de Pitimbu, do qual a comunidade de Acaú é um distrito, e o município de Caaporã. No outro lado do rio encontramos mais quatro comunidades pesquisadas: Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do rio Goiana, todas essas pertencentes ao estado de Pernambuco.

Fazer uma descrição de cada comunidade, cada cidade e como cada uma contribuiu para pesquisa seria desnecessário, já que a pesquisa está focada no trabalho das mulheres e como as relações entre homens e mulheres se estruturam na pesca<sup>2</sup>. Apesar de estarem separadas em dois Estados e diluídas em três municípios, essas comunidades representam realidades homogêneas para fins dessa dissertação, já que se encontram todas dentro de um raio de no máximo sessenta quilômetros, inseridas numa mesma realidade geográfica, social e econômica semelhante, apesar de algumas especificidades que ficarão mais visíveis posteriormente.

Para se chegar à região em questão, existem duas rodovias pela Paraíba que dão acesso a comunidade de Acaú, dentro do município de Pitimbu. O acesso é feito através da rodovia Federal BR-101 e da rodovia Estadual PB-044, ou pela rodovia estadual PB-008, que margeia todo o litoral sul do Estado. Em Pernambuco as comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço e Tejucupapo têm seu acesso através da rodovia estadual PE-049, a partir do entroncamento com a BR-101. Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço e Tejucupapo estão a, respectivamente, 36, 34 e 32 km da sede municipal que fica em Goiana. Há ainda uma comunicação fluvial entre os dois estados, realizada por uma balsa que faz a travessia entre a comunidade de Acaú, na Paraíba, e Carne de Vaca em Pernambuco.

Fazer pesquisa com pescadores quase sempre implica estar inserido em regiões de extrema beleza natural, rodeadas por um ecossistema riquíssimo em áreas de extremo valor turístico, banhadas por praias, rios e lagos. Estando na

---

<sup>2</sup>A descrição detalhada de todas as comunidades consta no relatório final da consultoria.

região do litoral sul da Paraíba e norte de Pernambuco, as comunidades inseridas nesta pesquisa confirmam essa regra.

Para chegar até Acaú, no tempo em que durou a pesquisa, costumava pegar um ônibus ou um transporte alternativo. O valor da passagem está em torno de dez reais. A duração da viagem fica em torno de quarenta minutos e é realizada pela BR-101 até o posto do Fisco Estadual Paraibano, quando o carro entra na rodovia estadual PB-044. No caminho pela estadual até Acaú percebemos grandes plantações de cana de açúcar e uma grande fábrica de cimento que se localizam próximo às margens do rio Goiana. As plantações de cana pertencem a destilaria Tabu e a fábrica de cimento a Votorantim, estando as duas dentro dos limites do município de Caaporã.

Toda a plantação de cana me leva a pensar nos livros de história e em todo o trajeto nordestino desde o início da colonização do Nordeste brasileiro, baseado primeiramente na exploração do pau-brasil e, posteriormente, na monocultura açucareira. Tanto a cultura de cana quanto a fábrica de cimento se impõem de forma negativa ao estuário do rio, causando impactos negativos ao meio ambiente e conseqüentemente aos pescadores, pescadoras e demais usuários que extraem do mangue recursos necessários para sua subsistência. Posteriormente abordarei de forma mais aprofundada como as plantações de cana e a fábrica de cimento se articulam entre si e com a comunidade tanto cooptando trabalho e trabalhadores quanto “provocando” o surgimento de movimentação em defesa do rio e do mangue. O termo provocar é posto entre aspas propositalmente, para marcar um sentido não literal dessa palavra. A “provocação” não reside em uma ação específica, mas num movimento decorrente da própria atividade industrial que degrada o rio e que gera reação e até ajuda a organizar a sociedade civil local, fomentando assim discussões e debates que tomam uma amplitude maior do que o previsto. É curioso notar como uma atividade tão concentradora de renda, de terras e uma atividade tão violenta na lida com o meio e com os homens se sustentou ao longo de quase quinhentos anos, mesmo tendo o Brasil passado por várias fases e ciclos econômicos. É a atividade canavieira um dos setores responsáveis pela sustentação política de pessoas ligadas à exploração da indústria da miséria. A miséria em toda a sua amplitude semântica. Subordinando grupo de pescadores, coletores e agricultores. Mostrarei mais tarde como isso influenciou diretamente o surgimento de um movimento

político e social ligado às mulheres da região do estuário do rio goiana mais precisamente na comunidade de Acaú.

Tendo passado pelo canavial em Caaporã, chega-se a região de Acaú, distrito do município de Pitimbu. Esta comunidade é a última da Paraíba estando separada pelo rio goiana do Estado de Pernambuco. Podemos dizer que o centro geográfico que deu o norte a dissertação encontra-se aqui e, que todos os temas contidos na dissertação partem dos fenômenos empíricos encontrados em Acaú e se articulam com outras as demais localidades. A grande variedade de fatos sociais observáveis em Acaú decorre principalmente da ação das marisqueiras. A comunidade é um entreposto comercial de pescado e principalmente de lagosta muito importante para a Paraíba já que gera divisas para o Estado, para o Município e para o Nordeste como um todo, especialmente para o Estado do Ceará. O Estado do Ceará é beneficiado pela lagosta pescada na região de Acaú porque como lá os estoques acabaram então os pescadores cearenses vêm pescar na região. Eles desembarcam em Acaú e reembarcam para o Ceará que de lá exporta a lagosta. Sendo considerado o maior produtor de lagosta do Brasil. Sendo que toda a produção cearense é pescada na região de Acaú em Pitimbu. A lagosta é o produto do mar mais caro e com maior índice de valor agregado. Sendo ela considerada o ouro do mar, tanto é o seu valor.

Como existe um período do ano em que a pesca é proibida pelo IBAMA para a reprodução da espécie, existe uma sazonalidade de eventos em Acaú que obedecem aos períodos de pesca e de proibição da mesma. Por exemplo, nos períodos de permissão da pesca da lagosta assiste-se ao aumento da população local, o reaparecimento do mercado de sexo, ao aumento do comércio dentre tantas coisas que seguem a reboque desses ciclos microeconômicos. Podemos fazer uma analogia com os fenômenos ocorridos com o surgimento de garimpos onde se percebe o surgimento de muitas variáveis decorrente do aumento populacional repentino.

Os lagosteiros são de longe as pessoas de maior poder aquisitivo na localidade. São as que tiveram sucesso com a pesca. Eles estão organizados na *Associação dos Pescadores Pobres de Acaú*. São os famosos armadores de pesca.

A maior parcela da economia local está baseada quase que totalmente na pesca artesanal e nas atividades extrativistas. Os pescadores estão organizados na

Colônia de Pescadores de Acaú Z-10 enquanto as marisqueiras estão organizadas na *Associação das Marisqueiras Pobres de Acaú*. Essas são as entidades de classe que representam a maior parte das pessoas que praticam atividades extrativistas. As atividades laborais diretamente relacionadas com a pesca e a coleta são: pesca de peixes, coleta de moluscos e crustáceos.

A coleta de marisco é realizada, geralmente por mulheres e crianças. Os homens a praticam, mas em menor escala sendo eles auxiliares das mulheres. A mariscagem é uma atividade exclusivamente feminina. Conheci apenas um homem em Povoação de São Lourenço que tinha na coleta de marisco sua atividade principal.

Outra atividade econômica importante é a pesca de camarão marinho através de arrastos motorizados em uma área local denominada Pedra da Galé. Outra técnica também utilizada é a rede de espera, realizada ao longo de todo estuário dos rios Goiana e Megaó. Os pescadores de camarão são conhecidos localmente como *Sauneiros*, nome que caracteriza também a rede que é utilizada na captura. Estas redes variam de 100 a 1000 metros e são confeccionadas em nylon.

A pesca de peixe é realizada de várias formas através de inúmeras técnicas. O peixe é o recurso mais tradicional e responsável pelo sustento de boa parte das famílias extrativistas. Dentre elas, a pesca através de rede de espera e rede de “tampagem”. Neste último, a rede é colocada no sentido transversal ao rio como se estivesse tampando o rio, como uma barragem. É esta a mais representativa atualmente em toda a região do estuário. A captura de peixe é realizada basicamente por homens, mas com auxílio de algumas mulheres eventualmente.

A coleta de caranguejos é realizada através da técnica da redinha (a que está mais difundida atualmente) e ratoeiras. A redinha é uma técnica muito predatória sendo contestada pelos órgãos ambientais e também entre os próprios extrativistas. A ratoeira é uma armadilha baseada em uma lata de óleo comum. É realizada basicamente por homens.

A primeira impressão que se tem da comunidade de Acaú é que ela é mais uma comunidade a beira da praia onde existem pescadores na paisagem e bares a beira mar que nos convidam a relaxar. A atmosfera bucólica marca o local. A praia se impõe convidativamente como mais uma opção de lazer. O primeiro olhar é o de mais um veranista que se espanta com a beleza e avalia o local como mais uma

opção de relaxamento, diversão e lazer. Casas com arquitetura imponentes que destoam do resto da comunidade denunciam o local como tendo uma vocação turística. Marisqueiras e pescadores são as pessoas mais visíveis. A simpatia dos locais com quem vem de fora é visível. Um leve balançar de cabeça simbolizando um cumprimento é distribuído a todos os novatos.

Nos fins de semana o local fica movimentado com aumento dos números de carros com som alto, dirigidos por pessoas dos Estados de Pernambuco e Paraíba. A balsa que liga os dois Estados, inaugurada recentemente possibilitou o aumento desse burburinho de fim de semana já que facilitou o acesso à região.

Um olhar mais atento, que se distancie do olhar de turista e veranista, começa a perceber que a imagem de um local idílico não se sustenta a um “passeio” pela comunidade “de verdade”. Quando o passeio começa a se realizar fora dos “roteiros” tradicionais de turista podemos entrar em ruas e vielas que se confundem com qualquer aglomerado urbano desorganizado, ou seja, uma favela. É nesse instante que a atmosfera idílica se desfaz a se transforma.

Minhas primeiras impressões foram parecidas com essas apesar de já ser experimentado em pesquisas com comunidades de pescadores. Como descrevi na introdução, meus primeiros contatos com a comunidade foram dentro de uma pesquisa encomendada pelo IBAMA pra avaliação da implantação de uma unidade de conservação nos moldes de uma reserva Extrativista Marinha. O fato de estar ali naquele lugar fazendo pesquisa me possibilitou andar literalmente por todos os lugares. Nos becos e vielas. E em outros locais que não pareciam com becos nem com vielas, mas que sempre nos remetia a pensar aquele lugar como sendo uma mistura de pobreza num ambiente e natureza exuberante. Uma sensação bem paradoxal.

Quando se está numa localidade onde um prato específico é muito famoso é natural que peçamos o mesmo para que possamos ou reconhecer sua fama ou então reprova-lo. Como o prato típico de Acaú e região é o marisco (anomalocardia brasileira) experimentamos muitas vezes na hora do almoço. E muitas vezes procuramos comprá-lo quando do nosso retorno para casa já que o molusco é muito barato. A busca ao marisco leva naturalmente a procura da pessoa que o cata e mais naturalmente às histórias das pessoas que o catam. Esse universo laboral da coleta do marisco é um universo dominado por mulheres. O contato com o universo

do marisco nos leva a perceber o quanto as mulheres trabalham duro na “maré” tanto quanto os homens, sendo às vezes responsáveis pelos seus lares como chefe de família. O contato com as marisqueiras permitiu a percepção de como as mulheres se destacam na comunidade, no que eu chamo de protagonismo feminino.

Após um tempo no local como pesquisador fui me familiarizando com o ritmo da sociabilidade e foi a partir disso que pude perceber o quanto as mulheres naquela região estão envolvidas em processos políticos locais e, em algumas situações estão à frente dos homens nesse mesmo processo. Foi a partir dessa constatação é que as mulheres locais foram se transformando na fonte de meus interesses, particularmente as mulheres marisqueiras. Com as experiências até então adquiridas no campo com pescadores pude observar que quase sempre são os homens que “aparecem” nas atividades laborais e através das colônias e associação “puxam” todo o processo político local. E que, em Acaú essa lógica não se estrutura a partir dos homens, mas é dividida entre homens e mulheres. Entre pescadores e marisqueiras. Meu interesse seria o de mostrar como se estruturam as relações entre homens e mulheres, e mostrar o lugar das mulheres e como elas se constroem e se impõem no universo particular de comunidades pesqueiras na região da foz do rio Goiana. A análise comparativa será feita a partir de como se estruturam as relações de gênero dentro da família, nas atividades laborais de pescadores e marisqueiras e, no universo político local.

## **-CAPÍTULO I-**

---

### **CONTEXTUALIZANDO E RE-PENSANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO EM COMUNIDADES LITORÂNEAS – REVISÃO DE LITERATURA**

Neste primeiro capítulo dialogarei com vários autores que estudaram a temática pesqueira, principalmente a questão da mulher nesse contexto. As etnografias de Motta-Maués (1977), Alencar (1991) e Woortmann (1992), são a base da interlocução em relação ao papel das mulheres na pesca. Mas, como estudar pesca é estudar obrigatoriamente coisas que os homens estão fazendo, a base de debates está em outros autores como Diegues (1983, 2001, 2004), Maldonado (1994) e Brito (1999), de forma mais ostensiva. Outros trabalhos de autores que se dedicaram às comunidades de pesca artesanal são usados como pano de fundo das discussões e, algumas vezes, não foram citados diretamente neste capítulo, embora sejam partes importantes desta dissertação. Entre eles estão os estudos de Kant de Lima (1997) e Luiz Fernando Dias Duarte (1999). Outros autores clássicos da literatura antropológica também serão referenciados através de algumas categorias clássicas de Evans-Pritchard e de Marcel Mauss são utilizadas para exemplificar algumas discussões nessa interlocução.

#### **1.1 ONDE ESTÃO AS MULHERES NA LITERATURA QUE TRATA DA PESCA?**

Estudar as relações de gênero num contexto de pesquisa realizada em comunidades litorâneas é se mover num terreno ainda pouco explorado academicamente. As ciências sociais têm estudado pouco as questões que envolvem comunidades de pescadores artesanais no Brasil. As incursões nas praias, ao que parece, são menos frequentes que as pesquisas em contextos agrários e rurais, que as idas a favelas e estudos de violência. O campo de pesquisa haliêutico dentro das humanidades parece sempre estar numa posição marginal. E o

pouco do que tem sido feito é realizado por antropólogos, que parecem ser os profissionais que mais têm desenvolvido pesquisas sobre pescadores. Muito disso é reflexo do movimento de saída das questões ligadas apenas aos povos ditos “primitivos” (indígenas) para questões ligadas às comunidades “complexas” e, dentro destas, aos povos e comunidades ditas “tradicionais”, que há alguns anos vêm caracterizando a disciplina aqui no Brasil, apesar da ideia de uma passagem de povos primitivos a sociedades tradicionais se aplicar mais à antropologia metropolitana do que à brasileira, uma vez que o estudo de comunidades “complexas” está na raiz da antropologia brasileira. Porém, é bem verdade que as comunidades “tradicionais” são reduto antropológico, devido à aparente simplicidade metodológica da pesquisa.

Na revisão de literatura, poucos trabalhos específicos foram encontrados a respeito de pesquisas sobre relações de gênero onde as mulheres figuram como parte importante na pesca artesanal até aqui. Os trabalhos encontrados foram a dissertação de Maria Angélica Motta-Maués (1977), sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores de Itapuá no Estado do Pará, a dissertação de Edna Alencar (1991), sobre a pesca feminina na Ilha de Lençóis no litoral norte maranhense e, ainda, o trabalho em forma de artigo de Ellen Woortmann (1992), sobre a relação entre o espaço, a construção do gênero e a condição feminina em comunidades que se identificam como “pesqueiras” no litoral do Rio Grande do Norte. Todos esses trabalhos citados estão vinculados ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília seja como dissertação defendida, seja como produção de professores ligados ao Departamento, como é o caso de Ellen Woortmann. O que existe, de fato, são alguns trabalhos sobre mulheres marisqueiras, que é uma categoria diferente da categoria pescadora, apesar de estarem muito próximas – a qual será tratada no capítulo seguinte - que procura discutir o papel produtivo e reprodutivo das mulheres nas mais variadas atividades produtivas tradicionais desenvolvidas por elas nas comunidades do estuário do rio Goiana, sendo as principais, pesca e coleta (mariscagem).

A base teórica deste capítulo está assentada na literatura específica sobre pesca, principalmente no material etnográfico produzido pelas pesquisas antropológicas, mas também por autores que tratam especificamente sobre as problemáticas de gênero contemporâneos mais ligados à Sociologia.

Sendo considerado um campo pouco explorado academicamente, a reflexão haliêutica, teoria específica sobre comunidades litorâneas, encontra-se em construção e recebe a sua contribuição das mais variadas áreas de conhecimento. É comum encontrarmos as discussões sobre o modo de vida dos pescadores atrelados academicamente ao campo de estudos rurais, que tradicionalmente é mais desenvolvido e se localiza no tempo e no espaço acadêmico de forma mais concreta, contando com um maior número de grupo de estudos institucionalizados. Recortando mais ainda para nossa temática, é verdade que existem pesquisas com comunidades litorâneas que desenvolvem a pesca artesanal como principal fonte de geração de renda, mas poucos desses estudos enfocam a temática de gênero, sendo esta uma temática muito mais explorada dentro de grupos de estudos rurais que já possui tradição em pesquisas com mulheres.

Cabe aqui uma observação sobre este capítulo, muito mais para esclarecer as especificidades da mesma do que para justificar uma postura que possa parecer “defensiva” ou acanhada mais adiante. Como já foi dito, da pouca tradição e produção acadêmica sobre pescaria e pescadores, as pesquisas que estudam este tema sempre estão situadas num liminar teórico-epistemológico. Sempre estamos na fronteira. E a fronteira traz o ônus e o bônus. Isso é difícil. Os nortes teóricos estão na Antropologia e na Sociologia, apesar de nos servirmos de material de biólogos, ecologistas, geógrafos e folcloristas para “temperar” com um olhar diferente fenômenos nem sempre tão interessantes aos sociólogos e antropólogos. É verdade que a inclinação angular é muito maior para Antropologia devido à tradição da disciplina em estudos de caso e pela ferramenta descritiva da etnografia, que permite um nível de descrição analítica ou análise descritiva bem satisfatória. O lado bom nesse caso é que os vários olhares acadêmicos contribuem para a descoberta de várias alteridades, vários microcosmos, a partir das outras percepções e experimentações disciplinares. O lado ruim, se é que isso é lado ruim, é estar sempre à margem de uma tradição teórica mais consistente. Uma teoria mais densa, com maior envergadura e tradição. Essa é a marca deste trabalho. Ele não está situado dentro de um universo tão palpável quanto o de estudos sobre mulheres rurais ou estudos sobre mulheres da classe operária. Se há uma classificação, ela estaria dentro de uma Socioantropologia haliêutica de gênero.

\*\*\*

Quando se fala de pesquisa com comunidades pesqueiras é comum pensarmos numa pesquisa feita em ambientes paradisíacos, belas paisagens, pratos apetitosos e em homens puxando a rede de arrasto logo cedinho ou no fim da tarde. Em parte, algumas dessas imagens condizem com situações de pesquisa de quem trabalha com comunidades litorâneas e principalmente de pescadores, mas existem muito mais coisas não tão perceptíveis assim a “olho nu”. Uma das questões mais difíceis de serem percebidas são as relações de gênero a partir de um viés feminino, já que a pescaria é uma atividade quase que exclusivamente masculina. Os espaços públicos, que são os primeiros lugares a serem explorados pelo pesquisador, são espaços com predominância de homens.

Neste capítulo demonstrarei, a partir de uma revisão de literatura, como se constrói a identidade de pescador. Analisarei como a identidade social do grupo e a identidade laboral de pescador se estrutura a partir dos discursos dos homens. Quero demonstrar também o papel e o contexto onde as mulheres se inserem nesse universo dito masculino, revisitando a mulher na tradição pesqueira.

Grande parte dos trabalhos sociológicos e antropológicos sobre pescadores se debruça na relação produtiva que as comunidades marítimas desenvolvem com o meio, analisam como as pessoas interagem com a natureza e a exploram economicamente. Desta forma muito se tem produzido numa perspectiva economicista o que contribui para a visão míope da estrutura produtiva da pesca. Estudos ligados apenas a questões econômicas tendem a visualizar os homens como os únicos produtores, ou então como produtores privilegiados onde a força de trabalho feminino é vista como força de auxílio a força masculina. Desta forma, esses estudos analisam a produção econômica gerada por essa parcela esquecida dos trabalhadores, os pescadores, como no trabalho de Diegues (1983), caso clássico de estudos desse tipo, apenas com enfoque na captura de peixes, relegando a um segundo plano a captura de outras espécies como moluscos e crustáceos. Sendo os peixes as espécies mais valiosas no mercado e, portanto sendo a maior parte da captura de peixes realizadas por homens, fica claro, a priori, para alguns pesquisadores, que a pesca é uma atividade de homens e não de

mulheres. Perspectiva falsa como pretendemos desconstruir mais adiante neste capítulo.

Outros estudos enfocam a técnica da captura, ou seja, as artes de pesca e a simbolização que se faz sobre a constituição de um grupo de pescadores que atuam num bote de pesca em alto mar, como é o caso de Maldonado (1994). Estudos sobre a taxonomia utilizada em relação aos produtos do mar e às proibições alimentares foram feitos por Mariza Peirano (1975). As questões que envolvem a territorialização do mar e suas implicações culturais no universo dos pescadores também foram estudadas por Maldonado (1994).

As análises da literatura sobre pesca são categóricas ao afirmar que o universo laboral e simbólico de comunidades que desenvolvem a pesca como parte importante da subsistência se estrutura a partir de oposições binárias mar-terra (MALDONADO, 1994; DIEGUES, 1983; WOORTMANN, 1992). Tal qual a oposição natureza-cultura e homem-mulher, assim pode ser feita essa analogia com a oposição mar-terra. Essa afirmação é deveras generalizante já que a categoria “pescador” engloba uma série de atividades que se relacionam com o mar, rios e lagos de maneira singular, de modo que cada tipo de pescaria é sempre única em sua forma de agir sobre o meio ambiente. Apesar da generalização, essa imagem de tal oposição binária reflete, de certa forma, o estado das artes com respaldo empírico de várias pesquisas em diversas comunidades ao longo da costa brasileira como será demonstrada a seguir. Ela também serve como ponto de partida de toda discussão a ser empreendida neste capítulo primeiro. Devo esclarecer que a dicotomia mar-terra, apresentada pela maior parte da literatura consultada, recebe desestabilizações quando analisamos as relações de gênero. Algumas dessas tensões foram objeto de análise por outras autoras, outras aparecem em forma de hipótese no final deste capítulo.

## 1.2 PESCADOR OU PESCADORES? IDENTIDADES E CONTEXTOS NO TRABALHO DO “MAR”

A categoria pescador é, de certa forma, uma categoria um tanto genérica e engloba muitas atividades diferentes. Existem três tipos ou categorias mais gerais utilizadas por Antonio Carlos Diegues (1983), em seu livro - *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. No capítulo específico *Ensaio das tipologias da organização pesqueira*, são cunhadas três categorias gerais para enquadrar as diversas tipologias de pesca. Essas categorias são bem aceitas pelo público acadêmico em pesquisas com pescadores. De certa forma essas são as tipologias ou as categorias mais utilizadas em teses, dissertações, monografias e artigos. São as tipologias clássicas, e são elas utilizadas aqui nessa dissertação. Esses tipos destacam principalmente os aspectos econômicos destes grupos, no sentido preciso de sua relação produtiva, material e cultural, com a natureza. São eles: o de *pesca de auto-subsistência ou primitiva*, a *pequena produção mercantil* e a *produção capitalista*. A categoria pesca artesanal está dentro da pequena produção mercantil. Esta categoria é a categoria analítica fundamental para o trabalho, pois boa parte do modo de vida dos pescadores e pescadoras (que) está enquadrada neste tipo de pesca. Dentro da discussão sobre as formas de organização da produção pesqueira, o conceito de *pequena produção mercantil* é ligado diretamente à categoria de pesca artesanal.

Como já foi dito anteriormente, a pesca artesanal é caracterizada pela introdução de relações de produção capitalista, por menor que seja, onde o pescado se torna a principal atividade de subsistência, o grupo doméstico é importante, mas não constitui mais o núcleo da produção. A produção de um pequeno excedente começa a existir, e a dependência do mercado ou de um atravessador começa a ficar evidente. Essa descrição leva em consideração o aspecto econômico da pesca artesanal enquanto atividade produtiva geradora de um excedente econômico, valor de troca em maior ou menor grau por menor que seja. O debate teórico que discute a *pequena produção mercantil* ligada à produção pesqueira artesanal é muito amplo, portanto, aqui será reduzida e tratada com um viés tipicamente relacionado à produção econômica, geradora de um valor de troca. Esse esclarecimento se faz

necessário para ficar mais fácil a “visualização” ou o substrato socioeconômico no qual está inserido a categoria dos pescadores artesanais. Como assinala claramente Duarte, “O trabalho com esse conceito envolve grandes dificuldades. Em primeiro lugar trata-se de um conceito residual que aponta para realidades comumente tratadas como ‘secundárias’ ou ‘marginais’ [...] a pouca precisão do conceito junta-se, além do mais, uma grande diversidade empírica de forma que aqui e ali, parecem se aproximar da estrutura básica para que ela aponta” (DUARTE, 1999, p. 58). Como pode ser percebido a categoria pesca artesanal comporta muitos “tipos” e se diferencia de lugar para lugar. Os vários tipos de pescarias constroem vários tipos de pescadores de modo que fica impossível dar conta de todos eles. A solução é sociológica no sentido weberiano de se criar um tipo ideal. Se torna necessário, então, o enquadramento de todas as formas numa categoria genérica, pescador. A construção das identidades, de seus *Habitus* (Bourdieu, 2004), e de seu *Ethos*, são passíveis de análises múltiplas que respondem, objetivamente, a uma série de fatores, como clima, espécie procurada, se a pesca é realizada durante o dia ou à noite, se o pescador possui aparatos técnicos apropriados ou não, se a pesca se dá no rio ou no mar, além de todos os elementos mais diretamente ligados às relações de produção, as relações simbólicas e culturais de cada grupo específico.

Existem pequenas diferenciações identitárias entre as várias categorias de pescadores extrativistas. Inclusive e geralmente, as categorias alienígenas cunhadas por pesquisadores nos estudos de caso revelam que muitos pescadores não se reconhecem naquelas categorias que lhes são atribuídas. Essa diferenciação endógena, feita pelos próprios pescadores para se distinguirem entre si, tem muito a ver com o tipo de animal a ser capturado, com o tipo de instrumento de trabalho e, principalmente com o caráter da natureza a ser enfrentada. Não estamos falando em determinismos de qualquer natureza, mas sim na configuração que a relação entre homem e meio assume. A diferenciação indenitária pela prática produtiva parece ser o fator de produção de identidades. Por exemplo, se é verdade que são todos extrativistas e, essa categoria promove uma homogeneização grande, também é verdade que as práticas são bastante heterogêneas entre si. Cada prática produtiva tem seu tempo próprio, seus instrumentos próprios e sua lógica própria, como também micro-identidades cunhadas a muito suor.

Em relação à(s) identidade(s) que podem assumir as diferentes categorias de pescadores, o conceito de Evans-Pritchard, *princípio de segmentação*, nos ajuda a exemplificar o caráter dinâmico da produção de identidades coletivas numa dada organização social específica como é o caso das comunidades do estuário do rio Goiana. Podemos tomá-lo emprestado para ilustrar as dinâmicas identitárias nas comunidades que vivem do rio Goiana, de forma geral e de forma específica dos seus grupos de pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejos entre outros que desenvolvem pescarias e práticas produtivas diversas. Na perspectiva de Pritchard, “Segundo essa noção, os indivíduos e suas relações sociais atribuem valores específicos às condições concretas em que vivem, e, ao fazê-lo, definem unidades sócio espaciais que obedecem, sucessivamente, tendências opostas e complementares” [...] (PRITCHARD 1978 apud BRITO, 1999, p. 52). Para exemplificar tomemos, por exemplo, o pescador que se utiliza de veneno ou agrotóxico. A sua relação com o meio ambiente que, quase sempre, é o lugar de onde ele retira o sustento, garantindo assim a reprodução social de sua família, se dá de forma totalmente diferente e desrespeitosa para com o meio e para com os outros pescadores, já que essa prática é reprovada pelos seus pares. Um pescador de peixe é diferente de um pescador de peixe que utiliza meios ilícitos ou técnicas mais reprováveis por parte dos outros pescadores. São visões de mundo totalmente diferentes. Da mesma forma que é diferente um pescador de peixe de um pescador de camarão. São lógicas produtivas iguais, mas são práticas produtivas diferentes.

Tomemos outro exemplo ainda dentro da perspectiva de Pritchard. Um catador de caranguejo (*U. Cordatus*) se diferencia de um catador de aratu (*Goniopsis cruentata*). Percebi isso numa oficina comunitária que tinha o objetivo de saber sobre como eles faziam o manejo dos peixes, caranguejos e mariscos, em Povoação de São Lourenço. Para nós, observadores leigos, tanto o caranguejo quanto o aratu são crustáceos parecidíssimos, a não ser pela cor, e que, portanto vivem de forma parecida nos manguezais do mundo. Mas não é assim. Parecidos não significa iguais. E, na forma de captura, as diferenças aparecem de modo que quem coleta aratu, coleta aratu. Quem coleta caranguejo, coleta caranguejo. São bichos diferentes, tem uma biologia diferente (embora, aos meus olhos, fossem parecidíssimos), são capturados de formas diferentes, pois têm “fraquezas” diferentes. A coleta do aratu é realizada da seguinte forma: utiliza-se uma vara de

madeira de mangue com aproximadamente 1m e em uma das extremidades é amarrada uma “isca”, que varia desde folhas até “carne” de marisco e vísceras de peixe. O catador sobe em uma árvore de mangue e com a isca atrai o animal, que é então colocado dentro de um balde. Há pescadores que atraem o aratu cantando ou assoviando. Há também a coleta noturna, realizada com uma lanterna, em que o fecho de luz “hipnotiza” o aratu. O fecho de luz é direcionado para o animal que fica paralisado com a iluminação, desta forma ele não oferece resistência e é facilmente coletado. Pode ser que toda essa digressão baseado no manejo do aratu tenha sido cansativa, mas a digressão, não foi sobre o aratu em si, mas serve de mote pra introduzir na discussão o ser que o captura e que desenvolve técnicas de extraordinárias a partir de uma relação dialética com o meio, o homem. Cantar para atrair um aratu que não é nada mais que um caranguejo vermelho? Isso funciona mesmo ou é mito? Sim funciona! Ninguém canta pra atrair o caranguejo, que é atraído de forma diferente, pois se cantar espanta o animal tal qual uma platéia diante de um cantor desafinado. Ninguém assobia para pescar peixe porque o peixe foge. As principais técnicas de coleta do caranguejo encontradas na região são: ratoeira e redinha. A pesca denominada “ratoeira” consiste no uso de uma armadilha confeccionada com lata, na qual é colocada uma “isca” e o caranguejo ao entrar na lata fica aprisionado. A técnica da “redinha” consiste em colocar uma rede, normalmente de ráfia, na entrada das galerias construídas pelos caranguejos, e estes, ao saírem, ficam enroscados.

As técnicas de captura desses dois crustáceos foram mostradas para exemplificar como identidades laborais se constroem a partir de arranjos técnicos desenvolvidos ao longo dos anos a partir da atividade laboral de pescadores, coletores e outras categorias que desenvolvem as chamadas atividades tradicionais. Um ou outro catador se localiza na interseção entre os dois grupos. É nesse sentido que as identidades se constroem de formas diferentes assentadas em práticas diferentes. Por que se escolhe catar aratu e não caranguejo? Será que existe uma inclinação musical de ordem interna ao indivíduo? Será que os bem humorados e românticos vão procurar o aratu? Será que tem a ver com praticidade? Sexualidade? Determinação genética? Na verdade não sei a resposta, nem tenho algum palpite, mas em última instância essas inclinações pessoais concorrem para a formação de práticas produtivas específicas e, conseqüentemente, de identidades específicas.

Sahlins aponta um caminho ao falar que “A produção, portanto, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. O processo material de existência física é organizado como um processo significativo do ser social” (SAHLINS, 1979, p. 188). É uma intenção cultural. São esses símbolos próprios da população extrativista do rio Goiana, materializados na cultura, objeto de apreensão da antropologia, que dizem algo para os que estão pesquisando o modo de vida, as práticas produtivas e as dimensões ideológicas de suas existências.

O outro fator de diferenciação, também, é o meio ambiente. A forma como o meio ambiente se apresenta ao pescador determina diferentes modalidades de pesca e, conseqüentemente, diferentes formas de organização social. Reside aqui uma variável ambiental que limita ou potencializa determinada modalidade de captura, tendo repercussões socioculturais importantes. Apesar das estruturas culturais estarem sempre presentes selecionando ou descartando formas de apropriação do meio. Por exemplo, a pesca estuarina, na região da foz do rio Goiana, se apresenta diferente da pesca de beira de praia. Percebemos que os arrastões se dão muito mais nas áreas de praias, onde se precisa de mais gente, do que nas áreas de rios, onde predomina modalidades de pesca mais “solitárias” ou em duplas. Os arrastões se dão em áreas onde o fundo do mar ou do rio não possua muitas pedras, o que inviabilizaria esta modalidade de captura porque danifica as redes. Em compensação, onde existem fundos pedregosos a pescaria de anzol é mais capaz e mais rentável já que as espécies de peixes mais valorizadas são capturadas dessa forma. Algumas mudanças também ocorrem na forma de pescar e nas espécies mais procuradas que alternam em relação a variações sazonais decorrente da mudança de estações no decorrer do ano.

A forma como outros pescadores constroem suas identidades está diretamente relacionada com a sua prática produtiva e, conseqüentemente, como percebem e se relacionam com o tempo, já que ao estarem dentro de uma lógica laboral imprevisível, por causa das forças naturais, estão sujeitos, totalmente, às sazonalidades sociais e naturais. Em outras palavras, seus instrumentos de trabalhos, suas técnicas de produção, e o próprio espaço onde as atividades se realizam estão sujeitas a sazonalidade do tempo. Em relação aos instrumentos de produção de acordo com a época do ano usa-se uma rede mais fina ou mais grossa,

ou ainda, não dá pra usar rede nenhuma. Os espaços se tornam próprios ou impróprios de acordo com as estações do ano e com a temperatura da água.

Essas mudanças de comportamento atreladas à sazonalidade da natureza foram bem descritas por Mauss (2003), ao estudar a sociedade esquimó, e por Evans-Pritchard (1978), ao se referir a um *tempo ecológico* dos Nuer, em contraposição ao *tempo estrutural*. Em Evans-Pritchard entende-se a noção de tempo ecológico e tempo estrutural como recurso teórico-metodológico que serve para exemplificar a narrativa de como os Nuer organizam o ritmo e a dinâmica social. O tempo ecológico seria aquele onde o ritmo ou a percepção de tempo está assentada ou dominada pelas demandas naturais, enquanto que o tempo estrutural estaria assentado nas demandas sociais<sup>3</sup>. Há outra sazonalidade importante e que afeta diretamente o ritmo social das comunidades da foz do rio Goiana. Podemos avaliar as mudanças de estação verão-inverno não apenas do ponto de vista climático e natural. O termo verão vem carregado de um duplo significado. Se existe uma mudança climática associada ao verão existe também uma mudança social associada ao mesmo. Longe de ser apenas uma categoria natural, a estação mais quente do ano é também a estação onde os turistas aparecem e com eles uma série de pequenas transformações ou adaptações no dia-a-dia das comunidades. Ocorre um aumento de todos os preços dos produtos do mar, sempre o marisco é o produto onde se percebe a maior inflação. O produto que chega a ser comercializado por dois ou três reais, no verão sobe pra seis reais, tendo um acréscimo de cem por cento no seu valor de comércio. Com o verão, os “veranistas” aparecem trazendo consigo oportunidades. É assim que os pescadores vêem esse momento. As oportunidades se traduzem desde a vigilância de casas a consertos, ou pequenas reformas feitas na mesma. Os passeios turísticos em barcos, bote ou jangadas também se tornam um produto a ser vendido.

A atividade turística é uma variável muito importante em relação às mudanças sazonais que deixa resquícios nas comunidades. A dialética entre turismo-verão e comunidade não se mostra um fator tão positivo. Não se trata apenas de uma atividade que atrai moeda corrente, mas que gera demanda por mão de obra local. Se por um lado existe uma efervescência das atividades tradicionais por conta da

---

<sup>3</sup>Essas abordagens também foram ensaiadas por Brito e Maldonado.

época do verão e dos turistas, por outro observa-se muito bem uma tendência ao esvaziamento das atividades de pesca e coleta. Esse esvaziamento ocorre de modo sutil e até mesmo inconsciente por parte dos pescadores mais novos que se mostram muito mais atraídos pelas atividades exteriores à pescaria e coleta. O verão é o momento em que a socialização com pessoas de fora dá a oportunidade da comparação entre suas vidas. Entre o status dos que vêm de fora e a falta de status dos locais. Enquanto fenômeno socioeconômico o impacto do turismo pode ser percebido e avaliado, tanto positivamente quanto negativamente, mas existem “choques” ou “fricções” culturais que acabam por revelar para ambos, turista e nativo, a subalternidade do modo de vida deste em relação ao primeiro. Percebeu muito bem um etnobiólogo ao estudar uma comunidade de pescadores na Bahia, o quão nociva se impõe a indústria do turismo, e o quão parecido acontece entre comunidades distantes entre si,

A consolidação e o fortalecimento da indústria turística no litoral norte baiano implicarão impactos não apenas sobre os recursos naturais, paisagísticos e turísticos, mas principalmente sobre os recursos cognitivos (corpus) das populações nativas [...] mudanças culturais, sociais e ambientais decorrentes da atividade turística efetivamente ocorreram em diversas comunidades de pescadores artesanais brasileiros (COSTA-NETO; MARQUES, 2001, p. 76).

O esvaziamento das atividades pesqueiras masculinas por conta das atividades turísticas aparece como uma hipótese plausível. Outra hipótese a ser verificada nos próximos capítulos é a de uma entrada das mulheres na pesca por conta desse “esvaziamento” ou mudanças ocorridas na esfera masculina.

Todas essas variáveis concorrem para a diferenciação social pelo trabalho na pesca, que sob a semântica da categoria “pesca artesanal”, encerra uma gama de atividades praticadas nos mares, rios, lagos e mangues, mas que possuem identidades próprias e específicas de uma categoria ou categorias de trabalhadores. Quando se fala sobre categorias de pescadores, inevitavelmente discutiremos temas referentes à construção de uma identidade. Identidade de um grupo maior e mais homogêneo, e, posteriormente, identidades que estruturam essa unidade maior, principalmente no tocante às relações entre homens e mulheres, pescadores e pescadoras. Essas discussões se travarão mais adiante. Até aqui, ao referir-se a

uma identidade pesqueira, sabemos da dificuldade de lidar com essa noção que é tão cara e debatida nas ciências sociais e, principalmente, na antropologia. As diferentes variáveis paradoxais que se juntam à cadeia econômica, social e cultural da comunidade, do Estado e do país, que se entrelaçam, concorrendo e se materializando nas práticas individuais. Sem falar nas questões de ordem psicológica. Ao mencionar a categoria “identidade” estou de acordo e me alinho com o pensamento de João Pacheco de Oliveira e Ana Flavia Moreira ao discutirem laudos antropológicos de reconhecimento étnico sobre os caxixós, “Toda identidade é situacional, ou seja, seu uso depende de contextos históricos e varia de acordo com diferentes segmentos de uma população” (SANTOS; OLIVEIRA, 2003, p. 173). Esse tema é importante porque ele é um dos expoentes relevantes para mostrar, até mesmo como exercício reflexivo, como se vêem e como são vistas essas pessoas que juntas, ou mesmo separadas, formam categorias tão importantes para o país na geração de emprego e renda, e manutenção do próprio ecossistema em que estão.

### 1.3 SERÁ QUE A PESCA É DO HOMEM E O PEIXE É DA MULHER?

Uma pergunta cabe aqui. Se a categoria de pescador artesanal encerra uma gama de atividades, qual a importância e representatividade dos mesmos para esta dissertação? A resposta pode parecer óbvia. A importância reside no fato de que todas essas atividades diferentes que chamamos de pesca são consideradas atividades estruturadas a partir dos universos dos homens pescadores. Reside nesse fato o fio condutor de nosso de interesse de pesquisa da qual esta dissertação é fruto, a busca pelas mulheres. E as mulheres, onde elas se localizam nesses ambientes de pesca? As atividades desenvolvidas por elas são consideradas como legítima pesca? Os ambientes, antes restritos aos homens, estão tendo a participação das mulheres? Ou essa participação já existia antigamente? Existe um padrão de mudança nessa situação e, a partir disso, as relações de gênero estão tomando outra configuração em comunidades de pescadores? E qual é o lugar dos espaços que não são nem terra nem mar nas configurações de gênero – mangue, rio, etc.? São essas perguntas que motivaram minhas reflexões.

Outro ponto que soma nessa lacuna de estudos sobre as mulheres pescadoras, sem dúvida, é a construção do próprio campo teórico-epistemológico de estudos de gênero no Brasil. Existem visões discordantes sobre o que significa gênero e sobre as orientações teóricas que nesse campo vêm se construindo. O termo parece ser polissêmico. E o significado que seu uso é evocado depende do campo em que está inserida a pessoa e o discurso sobre as relações de gênero. Diferentes opções teóricas sobre a construção da categoria Gênero tiveram a importância de levar o debate acadêmico para fronteiras mais distantes, e revelaram também posições políticas diferenciadas (SCOTT, 1996; SEGATO, 1997; HEILBORN, 1991).

Na antropologia, Segato faz a análise de que existem duas posições diferenciadas sobre gênero dentro da disciplina, inerentes à própria epistemologia desta ciência que transita entre posições de universalidade e relativismo.

Constata-se, a partir dessa geração de estudos, hoje clássicos, o primeiro grande dilema ou contradição que os estudos de gênero enfrentam na antropologia. Por um lado o relativismo das construções: mulher e homem são categorias preenchidas com conteúdos diferentes em tradições diferentes e até em épocas diferentes da mesma história ocidental. Por outro lado, a descoberta de uma tendência à universalidade da hierarquia de gênero, ou seja, da universalidade do gênero como uma estrutura de subordinação, deu origem a uma série de trabalhos hoje clássicos (SEGATO, 1997, p. 24).

Muitos dos esforços teóricos conquistados tinham suas premissas baseadas no ativismo político das feministas. As teorizações sobre gênero estavam assentadas no seio do feminismo político que reivindicava a igualdade no acesso a direitos civis entre homens e mulheres e lutava contra a subordinação das mulheres aos homens. Destacam-se as teorizações do feminismo socialista que via a subordinação feminina como um reflexo da estrutura de classe assentada na propriedade privada, e o feminismo radical que via no processo reprodutivo o cerne da subordinação das mulheres já que a maternidade “sugava” muitos anos das mulheres na dedicação aos filhos. Como se pode perceber, o feminismo radical tem na biologia uma de suas justificativas.

O desenvolvimento das categorias analíticas a partir das lutas feministas levou a transformações ocorridas dentro das próprias categorias e dentro da própria academia, como constatou Heilborn: “Uma profusão de artigos e livros, parte

significativa auto qualificada de pesquisa feminista, inunda a academia, resultando de um lado na valorização das áreas e temas de investigação relativos ao sexo feminino e por outro na entronização do conceito de Gênero” (HEILBORN, 1991, p. 26). Por exemplo, antes os estudos sobre gênero eram estudos sobre as mulheres e sua situação. Atualmente, os estudos de gênero já incluem discussões sobre masculinidades, sobre mulheres e sobre a emergência de diversas formas de sexualidade (PISCITELLI, 2002). Que vem se multiplicando e ganhando visibilidade por parte dos pesquisadores conforme confirma Louro: “A nova dinâmica dos movimentos sexuais e de gênero provoca mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo, é alimentada por elas” (LOURO, 2001, p. 546). É importante ressaltar que a construção do campo de estudos sobre gênero dialoga constantemente com os movimentos sociais e políticos numa dialética que atualiza os conceitos, as categorias e as incursões de pesquisa.

Em relação a perspectiva ou viés de gênero adotado aqui, nos orientamos pelos conceitos ligados de Joan Scott. Para tal, a citação de Joan Scott norteia a visão teórica sobre o entendimento da categoria gênero que tem duas proposições centrais, segundo ela. “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1996, p. 11). Essas duas proposições constitutivas do conceito de gênero formulado por Scott (1996) norteiam a forma como é utilizada esta noção ou categoria aqui. É importante ressaltar, que não existe um conceito ou noção de gênero, que tem sido aceito de forma unânime entre os estudiosos do campo de Gênero. Autores divergem sobre a forma como este conceito é apresentado e usado e, estão longe de apresentar um todo unificado.

As pesquisas sobre relações de gênero privilegiando-se o olhar das mulheres em comunidades de pescadores são escassas. Como já foi dito, as incursões de pesquisa são baseadas, ainda, em análises sobre a cadeia econômica da pesca como um todo. A partir desse olhar, privilegia-se bastante o universo dos homens enquanto trabalhadores que monopolizam a atividade. Mas, e as mulheres? Como elas são vistas e tratadas pelas poucos trabalhos até então? Tentarei expor o debate mostrando como se encontram as incursões teóricas e as principais conclusões a respeito das mulheres na pesca, tentando um levantamento do “estado da arte” de como tem sido vista a mulher na tradição pesqueira.

“A pesca é uma atividade eminentemente masculina”. Essa afirmação está com aspas para destacar claramente como é percebida a pesca enquanto um conjunto de atividades exclusivas dos homens. Essa afirmação é um consenso na literatura acadêmica que trata da temática pesqueira. As variáveis força e resistência se apresentam no discurso como características masculinas e legitimam ideologicamente os homens enquanto agentes capazes dessa atividade econômica, marginalizando as mulheres em relação a certos tipos de pesca. Demonstrarei quais os tipos de pesca que excluem e quais os tipos “permitidos” a elas mais à frente. Demonstrarei também que muitos tipos de pesca, antes, “proibidos” estão sendo praticados por elas. Responder qual a semente dessa mudança laboral, e quais suas implicações políticas e domésticas é comprovar a hipótese dessa dissertação de que existem mudanças nas relações de gênero com profundas repercussões sociais, econômicas e políticas.

Como a literatura haliêutica percebe esse fenômeno? Motta-Maués escreveu ao estudar a pesca Paraense: “A pesca é uma atividade essencialmente masculina, dela não podendo participar, em hipótese nenhuma, as mulheres” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 82-83). Ainda sobre o tema, Diegues estudando a pesca no litoral Paulista também percebeu isso ao escrever que “A pesca era uma atividade eminentemente masculina, ainda que em alguns lugares a mulher participasse na puxada da rede” (DIEGUES, 1983, p. 181). Ao se falar que a pesca é uma atividade masculina os autores estão se referindo a todas as modalidades de pesca artesanal, desde a pesca em alto mar, praticada em embarcações que ficam alguns dias pescando até voltarem a terra, como também a pesca praticada na beira da praia. Ou seja, as mulheres têm um papel auxiliar de seus companheiros e filhos. Homens e mulheres têm papéis bem delimitados na divisão sexual do trabalho dentro de uma comunidade pesqueira. Essa afirmação é um tanto generalizante mas ela se encaixa na realidade do rio Goiana, tanto no lado paraibano como no lado pernambucano. Aos homens fica reservado o dever de garantir o sustento da casa indo ao mar, enquanto as mulheres ficam com a educação dos filhos e cuidando da casa em terra. A identidade de pescador é uma identidade masculina. Ora, a percepção de uma identidade do grupo passa pela construção de uma identidade masculina. A percepção do masculino enquanto universo total reforça que os homens dominam esses espaços de pesca.

A não percepção das mulheres nesses espaços sofre críticas por parte de algumas pesquisadoras. Para essas pesquisadoras, a “percepção” da invisibilização ou um status diferenciado do universo masculino é um exemplo que reforça a afirmação anterior, mas que reforça, também, a reprodução da ideologia dos próprios pescadores nos pesquisadores. A não percepção das mulheres concorre para a criação do termo “invisibilidade” das mulheres na pesca e sofre críticas de pesquisadoras como Alencar (1991); Woortmann (1992); Motta-Maués (1977). Para elas a invisibilidade chega a ser um mito criado e, que vem sendo ratificado por pesquisas até então. Nesse sentido, um dos grandes problemas teóricos que engessam e concorrem para a reprodução ideológica sobre como as mulheres não são percebidas é o ponto de partida da maioria das análises que está assentada num modelo bipolar terra-mar. Analisemos então esse ponto de partida a partir de Mauss e o estudo que empreendeu sobre a sociedade esquimó. Marcel Mauss ao estudar a sociedade esquimó verificou que o ritmo social é afetado diretamente pelas mudanças de estação, e que as estações inverno-verão determinam mudanças de comportamento grandes, assentadas nessa bipolaridade natural. Durante o verão os esquimós costumam habitar tendas (tupik), que abrigam uma só família e que se encontram dispersas pelo território, enquanto que no inverno ocorre das famílias se abrigarem em habitações com mais de uma família (iglus), e se encontram mais próximos um do outro ao longo do território. Essas mudanças climáticas também teriam implicações valorativas e se materializam na maior prática religiosa que ocorre durante o inverno em contraposição a uma quase ausência de religião durante o verão. Para Mauss o sistema simbólico dos esquimós estaria todo baseado na bipolaridade entre o inverno e o verão. Aproveitando a discussão sobre a organização social dos esquimós, percebe-se que as pesquisas sobre pescadores chegam a conclusões parecidas das de Mauss e outros antropólogos.

Algumas pesquisas ratificam as ideias que a classificação e ordenamento territorial bipolar dos espaços entre os pescadores se dá dessa forma (MALDONADO, 1994). Os pescadores simbolicamente estão diretamente ligados a uma visão bi-polarizada no ordenamento espacial de suas atividades. Como o mar é um espaço indiviso, essas classificações polares são de grande valia na captura e territorialização do mar. A territorialização do mar é feita pelos pescadores de diversas formas, mas não convém tratar dessas técnicas de apreensão do espaço

geográfico nessa dissertação. Uma pergunta pode surgir. Se o tema da territorialidade marítima operada pelos pescadores não acrescentaria algo de valia, por que ele foi levantado? Na verdade, quando se fala em ordenamento espacial e territorialidade marítima estamos falando em uma categoria que tem reflexos amplos e implicações sociais, culturais e econômicas, transcendendo em muito a questão geografia e cartográfica. Simone Maldonado percebeu bem esses reflexos da territorialidade marítima ao escrever:

Esses territórios tanto podem corresponder a realidades geográficas concretas quanto a representações que frequentemente se estendem as relações sociais, na medida em que a territorialidade humana engloba um amplo leque de dimensões como status, identidade e prestígio, não raro podendo constituir-se em ordenações simbólicas em cujo bojo se dão relações de poder e de dominação, eventos de linguagem e ideologias. (MALDONADO, 1994, p. 35).

A categoria “território” e a noção de territorialidade nos fornece mais elementos bons para pensar essas relações de poder, ideologias, práticas laborais, e até mesmo espaços ritualísticos que envolvem todo conjunto de ações da pesca sem si. O território físico, seja na terra como um espaço mais visível e palpável, seja no mar como um espaço indiviso, é o lugar onde acontecem os fenômenos sociais, econômicos e culturais. As relações de gênero são muito mais perceptíveis quando passamos a perceber que elas se organizam também a partir dos territórios e dos espaços. Reside aí a importância desta categoria. Em relação à territorialidade, Woortmann também confirma que esse ordenamento espacial tem implicações nas relações de gênero, que também se estruturam a semelhança do espaço, “A classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero” (WOORTMANN, 1992, p. 03).

Em linhas gerais existem outras subclassificações internas dos espaços e espaços comuns como o é a praia. Essa divisão, bipolar, parte de uma visão de mundo que opõe mar/terra. O mar é carregado de significados que são opostos aos significados atribuídos a terra. O homem é identificado com o mar, a mulher é identificada com a terra. A partir disso todas as coisas se organizam e se encaixam simbolicamente numa ordem quase que natural e sagrada. Pois bem, a partir dessas divisões simbólicas que ocorrem nas comunidades de pescadores, confirmada pela literatura (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994), muitas pesquisas partem dessa

premissa aceitando esse princípio mutuamente exclusivo como uma regra quase que universal. Essa oposição homem/mulher baseada na oposição mar-terra tem sido usada, e até, tradicionalmente, aceita na literatura. É a partir daí que surge a primeira crítica já exposta.

Algumas críticas de Alencar (1991), e Woortmann (1992), têm sido feitas, e, segundo elas, essa visão assentada num modelo bipolar de percepção do mundo concorre para a não percepção das mulheres enquanto agentes produtoras e, para o mito da invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro, já que o espaço produtivo seria o espaço onde os homens estariam inseridos, o mar. O espaço “menos” produtivo é o espaço das mulheres, que seria o espaço da terra, onde não se tem peixes e um espaço que tem um significado mais próximo do lazer e diversão do que para o trabalho. Uma explicação bipolar ressalta esse nítido sistema de classificação reifica situações em que as mulheres são colocadas em situações coadjuvantes ou até mesmo colocadas em situações que parecem ser invisíveis na tradição da pesca. “Esse modelo de divisão socioespacial remete ao modelo dominante encontrado na sociedade hegemônica que expressa uma valorização diferenciada do trabalho de acordo com o gênero” (ALENCAR, 1991, p. 23).

Segundo a crítica, as pesquisas deviam questionar esses modelos que concorrem, em última instância para o obscurantismo que as mulheres vêm tendo na tradição pesqueira. A crítica mais contundente é feita por Woortmann em seu artigo sobre a passagem de uma situação de complementaridade para uma situação de dependência das mulheres em relação aos homens numa comunidade de pescadores do Rio Grande do Norte. Ela levanta a tese de que muitas pesquisas reproduzem ideologicamente essa dualidade espacial e transportam essa dualidade para o plano teórico. Isso acontece quase sempre porque no plano teórico as mulheres são deixadas de lado quando o viés aponta para as questões puramente econômicas que privilegiam os homens como os agentes econômicos principais.

Não raro, o discurso do pesquisador replica o discurso público do grupo estudado, cuja identidade se constrói sobre uma atividade - a pesca - concebida como masculina, e deixa de lado o discurso privado [...] O próprio discurso acadêmico, pois, relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo (WOORTMANN, 1992, p. 2).

Seguem as críticas de Alencar, na mesma direção e sentido de Woortmann, ao se referirem ao modelo muito utilizado em análises de comunidades pesqueiras que não consegue enxergar as mulheres de forma a colocá-las num lugar importante. A base da crítica é esta “miopia”. No máximo as mulheres são vistas como apêndices ou auxiliares dos seus companheiros. Alencar também questiona a forma e o modo como muitas pesquisas com pescadores são feitas negligenciando as mulheres, “Este modelo, de certa forma rígido, tornou-se característico da visão intelectual da tradição pesqueira e tem recebido críticas de estudiosos da questão de gênero, articuladas aos questionamentos postos pelo movimento feminista” (ALENCAR, 1991, p. 23). Essa visão deixa de lado um universo de acontecimentos onde as mulheres participam e tem papéis importantes na reprodução social do grupo.

A ausência de análise que atente para o trabalho reprodutivo e doméstico feminino em comunidades que desenvolvem a pesca e a coleta concorre para reforçar a imagem da mulher estigmatizada enquanto detentora de papel social não tão importante na reprodução social da família e do grupo em questão. A visão biologizante é outro capítulo a parte que se soma a todas essas incursões que relegam às mulheres papéis secundários. Como se sabe, as categorias antropológicas que ocupam oposições diametralmente opostas fazem parte de sistemas de classificações e ordenamento do mundo de vários grupos sociais. Esses pares opostos mais famosos são: natureza-cultura, homem-mulher, dia-noite, masculino-feminino. Verão-inverno seriam categorias opostas e que marcam o ritmo das sociedades esquimós. Mar-terra são pares opostos que marcam o sistema classificatório em comunidades pesqueiras. Pois bem, estaria a mulher para a natureza assim como o homem para a cultura? A pergunta já traz em si um quê de provocação. Ela não é pra ser respondida, mas para iniciar a discussão assim como o famoso ensaio de Sherry B. Ortner, *está a mulher para o homem assim como a natureza para o cultura?*

As mulheres quando estão menstruadas e grávidas são vistas como elementos que dão azar. Os tabus relacionados ao gênero feminino contidos em sua condição de mulher geram representações negativas, quase todas expressas em relação ao seu poder de contaminação, conforme constatou Alencar ao estudar a pesca na ilha dos lençóis maranhense, “Esta contaminação ocorreria por meio dos

fluidos corporais femininos – o sangue menstrual e do pós-parto. Os homens são os principais objetos desta contaminação afetados nas suas atividades na pesca e expresso no fracasso ou insucesso nas pescarias” (ALENCAR, 1991, p. 97). Nas comunidades da Amazônia chama-se isso de mito do panema. O panema seria a falta de sorte, ou azar de um pescador que teve os seus instrumentos de pesca em contato com mulher menstruada ou ainda com mulheres grávidas. O panema seria um estado simbólico ocasionado por mulheres em situações em que sua natureza estaria visível, sendo, portanto causa de sua condição feminina. O panema também é evocado em justificativa para o fracasso na pescaria. Para além das justificativas de fracassos eventuais, o panema só é evocado quando os fracassos são recorrentes e não tem uma explicação técnica plausível. A crença no “mau olhado” ou “olho gordo” e nos seus desdobramentos é muito parecido com o estado panema, e também nesse caso as mulheres podem ser responsabilizadas. Pierre Clastres percebeu fenômeno parecido entre os índios Guaiáqui em relação à evitação das mulheres em tocar no instrumento masculino por excelência, o arco. No caso Guaiáqui a evitação também ocorre aos homens ao cesto, instrumento feminino por excelência. Segundo Clastres, a evitação do simples toque da mulher ao arco masculino seria pra evitar o *pane* que prejudicaria a condição de caçador dos homens afastando assim a caça e colocando-o numa posição de não-produtor o que lhe alijaria da condição de homem.

Segundo Clastres,

Os sentimentos que cada sexo experimenta com relação ao objeto privilegiado do outro são muito diferentes: um caçador não suportaria a vergonha de transportar um cesto ao passo que a esposa temeria tocar o seu arco. É que o contato da mulher ao arco é muito mais grave que do homem ao cesto. Se uma mulher pensasse em pegar no arco, ela atrairia sobre o seu proprietário o *pane* (CLASTRES, 1990, p.75).

Quanto às interdições femininas, elas têm outra explicação em relação a serem seres “poluidores” e que ocasionam má sorte. Na comunidade de Lençóis e nas comunidades do estuário do rio Goiana encontrou-se discurso parecido entre as mulheres. Pude perceber que o distanciamento em relação à praia, ao mar e todos os espaços proibidos a elas têm outro significado. Em Acaú explicitamente uma marisqueiras me alertou que esses mitos são coisas de antigamente e que as mulheres se afastam ou evitam certos lugares públicos, afinal os espaços de pesca

são públicos, por receio em relação a sua saúde. Já que elas percebem a menstruação como pequena hemorragia que lhe impossibilita de fazer maiores esforços. O período de menstruação é o período em que elas se sentem mais “abertas”, no sentido contrário de ter o corpo fechado, protegido contra “mal olhar” e “olho gordo”. A menstruação é um momento em que elas estão precisando de repouso porque o corpo está pedindo. E que esforços no sentido contrário estariam “quebrando” esses momentos tendo reflexo na saúde futuramente. A mesma coisa ocorre com a mulher grávida que se quebrar o resguardo sofrerá consequências graves futuramente. Em Lençóis, Alencar constatou fenômeno parecido, “observamos aqui uma analogia da menstruação como uma ferida, fato que talvez explique porque as mulheres evitam circular publicamente quando menstruadas ou mesmo entrar em contato com outros elementos naturais que neste contexto podem ser considerados “reimoso” (ALENCAR, 1991, p. 99). O contato com o nylon também é evitado tendo em vista que este material é tido como infeccioso.

Nas comunidades do Rio Goiana não existe uma categoria própria para explicar essa falta de sorte do pescador decorrente da contaminação feminina. Os homens falam apenas que as mulheres quando estão no barco, que por lá são chamados de *baiteras* ou *caícos*, deixam as águas mais agitadas. As mulheres entram nos barcos com os homens para ajudá-los nas pescarias. Geralmente quando homem e mulher estão nos caícos ou baiteras eles são casados ou então parentes. A exceção a regra geralmente é vista por casal de namorados que posteriormente se casam. Grande parte dessa agitação tem a ver com um frenesi decorrente da atração sexual entre homem e mulher que atrapalharia ou “agitaria” um pouco as águas. Por mais que não exista uma relação expressa nesse sentido me parece que os pólos masculinos e femininos não conseguem uma boa harmonia com a natureza dentro de um bote pescando. A categoria mais próxima ao panema encontrada na Paraíba foi levantada por Maldonado que constatou a categoria “fracasso” como sendo um estado onde o pescador fica deprimido por vários motivos como, traição da esposa, falta de sorte recorrente, perda de um ente querido, perda dos instrumentos de trabalho por causa de algum acidente de trabalho, entre tantas outras causas possíveis de ocasionar tristeza em alguém, mas nada relacionada com interdições femininas.



**FOTO 01** - Mulher chegando da pescaria, próximo a ponte sobre o rio Goiana, BR 230.  
**FONTE:**Dados da pesquisa, foto Diego Rocha.2009

A alternativa crítica a essa visão bi-polarizada é a da análise feita a partir de uma perspectiva que dê ênfase na interação entre homens e mulheres, “[...] a variedade das atividades, na cooperação entre homens e mulheres e no ponto de vista das mulheres, a bipolaridade se decompõe e se relativiza” (WOORTMANN, 1992, p. 42). Mesmo com a adoção de uma perspectiva mais crítica e menos polarizada alguns espaços bem delimitados não deixam de serem “vistos” e percebidos como tipicamente masculinos. A exposição até aqui tenta ser um quadro geral e resumido sobre a situação da pesca artesanal e seus problemas, principalmente nas comunidades estudadas e o caráter predominantemente masculino dessa atividade.

Todos esses problemas que afetam a economia pesqueira refletem no universo simbólico de forma significativa como observou Maldonado (1994), por exemplo, a constituição de um mestre, sua tripulação, e a superstição em torno dessas figuras, os dias em que não se pode pescar e, se as mulheres, considerando as proibições e prescrições que regularmente as colocam como elementos que, em contato com barco, botes, canoas e apetrechos de pesca, dão azar ou não.

Toda essa cosmologia está estruturada simbolicamente por uma série de ritos e mitos que legitimam no plano ideológico essas atitudes assentadas em um universo masculino.

E o lugar das mulheres na pesca, onde fica? Às mulheres fica reservado o espaço da coleta de mariscos, moluscos, algas, camarão e coisas que se pode pegar na beira de praias, lagos e rios, ou seja, o extrativismo em geral. Até porque esses são considerados *não-peixes* na definição de Mariza Peirano (1975). Ora, se são *não-peixes*, então, o que as mulheres fazem pode ser chamado de uma não-pesca, no máximo uma complementação do trabalho masculino ou reforço alimentar para a família. Fiquemos por aqui já esse será o tema do capítulo seguinte.

## -CAPÍTULO II-

---

**MULHERES DAS ÁGUAS:** trabalho e relações de gênero no trabalho pesqueiro e extrativista

Neste segundo capítulo é chegado o momento em que farei uma discussão sobre a temática de trabalho e, suas várias perspectivas a partir das diferenças sexuais tendo como pano de fundo as atividades que as mulheres pescadoras, catadoras, marisqueiras, pescadeiras, e outras denominações que se somam para classificar determinados trabalhos executados por mulheres em áreas de rios, lagos, praias e mangues como foi mostrado no capítulo 1. Procurarei dialogar com a literatura e com o meu campo tentando mostrar as continuidades e diferenças entre empiria e teoria. A este capítulo somam-se as discussões a respeito do mundo do trabalho e gênero à revisão de literatura feita no capítulo anterior com ênfase nas práticas e discursos das mulheres e suas práticas laborais em comunidades pesqueiras e tradicionais de forma geral, e de forma específica na minha comunidade estudada. Assumimos desde o início deste trabalho a postura de questionamento e críticas a algumas afirmações e interpretações da antropologia e sociologia haliêutica basicamente a respeito da diminuição do valor do trabalho de mulheres pescadoras ou a invisibilização das mesmas. Percebemos limitações epistemológicas que de alguma forma têm a ver com o momento histórico em que alguns autores realizaram suas pesquisas e interpretaram os dados e a situação da mulher de forma geral e das pescadoras e marisqueiras de forma específica.

Por fim gostaria de enfatizar que tentei fazer um apanhado geral sobre o “estado das artes” a respeito da discussão sobre trabalho e gênero ressaltando os aspectos globais desses debates desde o surgimento de certas querelas, tendências e interpretações até os dias atuais sem nos preocuparmos com uma ordem cronológica, evolutiva ou históricas dos fatos.

Além disso, gostaria de marcar posição em relação a forma como procuro no campo as relações de gênero entre os homens e mulheres, pescadores e

pescadoras de Acaú e das outras comunidades da foz do rio. A nossa busca segue no sentido de mostrar os papéis e os espaços femininos, a partir disso, a comparação e a crítica inter-gênero procura ser levantada.

## 2.1 MULHERES, TEMPO E TRABALHO NA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL:mulheres pescadoras e mulheres marisqueiras

*Hoje em dia ta tudo mais moderno e não tem esses negócios de mulher não faz isso, mulher não faz aquilo [...] mulher faz tudo o que o homem faz, só que ela não tem tanta força que o homem, e nem o homem cuida dos filhos, cai tudo em cima da gente. O tempo pra gente passa mais rápido (LUZIA MARISQUEIRA, 2010).*

Percebeu-se que a literatura sociológica e antropológica sobre tradição pesqueira enfatiza-se muito as questões de trabalho e de espaços sexuados, espaços mutuamente exclusivo inter-gêneros. Percebeu-se que as mulheres não são vistas –invisibilização– ou são vistas a partir de uma perspectiva que as diminui em relação aos homens.

Pensar as mulheres e o trabalho delas – todas as formas de trabalho produtivo e reprodutivo – é pensar o átomo a partir do qual se estrutura a família. É pensar também no tempo e no ritmo. E se, tempo e ritmo são como músicas. Pensar o trabalho das mulheres é pensar na grande sinfonia dos tempos de seus corpos, do ciclo de vida dos seus filhos e marido e como esses ciclos são organizados pela cultura. É pensar os tempos naturais e biológicos que aproximam as mulheres da natureza, e nos tempos sociais que são os tempos mediados pela cultura.

A importância da categoria trabalho nos estudos das relações de gênero se deve ao fato de ser o trabalho uma variável importante na percepção de como se constroem socialmente as relações entre homens e mulheres e como essas relações apontam para uma assimetria inter-gênero dentro do meu universo específico da pesquisa de mestrado com as populações extrativistas do estuário do rio Goiana, principalmente pescadores, pescadoras e marisqueiras. Para além de argumento biologizante e, portanto, que naturaliza a igualdade, procura-se demonstrar a natureza sociocultural e histórica dessa construção desigual nas relações entre os sexos, principalmente na esfera do trabalho e da divisão sexual

das tarefas nas comunidades da foz do rio Goiana e Megaó. Para isso, busca-se nas teorias sobre relações de gênero as “desconstruções” e as relações necessárias com o universo das discussões sobre o mundo do trabalho para dar conta das nossas hipóteses ao longo da dissertação. Sobre a importância da análise da categoria trabalho e das relações de gênero a partir dessa categoria, Cesares afirma: “El trabajo es un elemento crucial en el análisis de la construcción social del género y, en general, en los debates acerca de la condición de las mujeres” (CASARES, 2006, p. 187).

Muitas atividades laborais são desenvolvidas por mulheres em ambientes de rios, mangues, mares e lagos. Durante muito tempo o trabalho da mulher na pesca foi considerado apenas como uma extensão do trabalho do lar. Ou seja, as mulheres iam para a maré ou para o mangue na condição de acompanhantes de seus maridos. Elas apenas complementavam o trabalho do homem a título de ajuda. Essa visão um tanto quanto distorcida, era a visão oficial do Estado, na figura do Ministério da Previdência e Ministério do trabalho que não reconhecia a mulher enquanto trabalhadora da pesca. Isso contribuiu muito para o retardamento da legalização do trabalho da mulher pescadora, pescadeira, marisqueira. O reconhecimento legal das mulheres que trabalham nas águas, a partir da constituição de 1988, legitimou as atividades laborais dessas mulheres o que lhes garante todos os direitos previdenciários e trabalhistas. Atualmente, a aposentadoria é estendida a todas as mulheres que possuam a carteira de pescador profissional. Paralelo a isso. Qualquer acidente que porventura venha a acontecer com qualquer uma delas a partir de seu trabalho nas atividades de pesca tem cobertura por parte do Estado, representado pelo Ministério do Trabalho que garante um salário até a recuperação da mesma ou então a aposentadoria por invalidez garantida pelo INSS. O seguro defeso é outro capítulo a parte que mostra o quanto as mulheres, enquanto categoria de trabalhador, avançaram em relação a garantia dos direitos. Seguro defeso é uma espécie de seguro desemprego da pesca que consiste em um salário nas épocas de reprodução de determinadas espécies.

Apesar desse reconhecimento legal ainda se percebe muita desvalorização deste trabalho feminino específico. As próprias mulheres na foz do rio goiana reproduzem a desvalorização dos trabalhos nas águas. Ao serem perguntadas durante uma entrevista realizada com várias mulheres e homens da comunidade de

Carne de Vaca, que fica no lado pernambucano do rio sobre como as mulheres se aposentam muitas delas falaram que não se aposentam por que muitas se auto-declaram donas de casas ou empregadas domésticas desconsiderando o próprio trabalho como marisqueira ou pescadora enquanto um trabalho legítimo para fins previdenciários. As palavras de “dona Nininha” que tem 65 anos de idade e ainda vai ao mangue são reveladoras de como elas se percebem e como essa percepção está mudando:

*Meu filho, eu sempre tive muita vergonha de dizer que era marisqueira ou pescadeira, eu sempre dizia que era “dular”, doméstica ou então piniqueira (risos) [...] porque eu não considerava isso um trabalho e ninguém considerava, agente tinha de sobreviver então ia pra maré “pegá” peixe, e marisco, taioba [...] essas coisas do mangue que você não conhece [...] hoje em dia é que as “mulé” tão tudo indo atrás das colônias pra “mó” de se aposentar. (DONA NININHA MARISQUEIRA, 2010).*

Quando falamos na categoria trabalho em comunidades tradicionais, extrativistas e pesqueiras, temos de ressaltar as especificidades do que se chama ou não de trabalho e ter em mente que as mulheres participam de várias esferas produtivas, além do trabalho doméstico. Essa participação na produção da pesca e da coleta, de forma geral, está ligada muitas vezes as posições de auxílio dos seus maridos, na condição de esposa, ou, na condição de filha. Muito do trabalho das mulheres é socialmente desvalorizado em relação aos homens como já foi falado, anteriormente.

Ao se falar da temática do trabalho em comunidades de pescadores a partir de um enfoque de gênero temos que fazer, primeiramente, uma ressalva em relação ao mundo do trabalho fora dessas comunidades e fora da pesca. O contraponto é o mundo do trabalho urbano que se apresenta de forma bastante diferente em relação ao universo da pesca. É fácil perceber, inicialmente, que as relações de produção de ambos universos obedecem a lógicas distintas, a grande diferença pode ser mostrada a partir de como o tempo é percebido e apropriado. A cronologia de uma lógica de trabalho que pode ser chamada de urbana é marcada pelo relógio. O tempo dos pescadores e pescadoras é marcada pelo ritmo da maré entre outros fatores muito complexo que compõe essa variável temporal, mas que aqui não cabe nem é necessário.

A grande diferença entre as duas lógicas está na construção social do tempo entre cada uma delas e como essa percepção do tempo influencia as vidas de cada indivíduo. Como entendemos que as atividades de coleta, pesca e extrativismo estão dentro da pequena produção mercantil, enquanto categoria econômica, as implicações sociais, culturais se fazem presente na forma como os homens e mulheres vivenciam as coisas. A respeito da categoria pequena produção mercantil, tenho que deixar claro que para os pescadores, pescadoras, pescadeiras e marisqueiras de Acaú e das outras comunidades do Rio Goiana esses enquadramentos conceituais são estranhos a própria percepção de como eles enxergam. Detalharemos e diferenciaremos esses enquadramentos conceituais mais a frente para contextualizar o leitor a respeito desta discussão, mas também para fugir de algumas categorias linguísticas incrustadas no senso comum que revelam um tom notadamente preconceituoso em relação às pessoas que retiram dos rios lagos e mangues a matéria prima para reprodução social da família e do grupo e de um estilo próprio de levar a vida revelada pela cultura marítima.



**FOTO 02** - Família fazendo uma mudança, levando sofás e televisão, de caíco. Estuário do rio Goiana, Acaú.

**FONTE:** Dados da pesquisa, foto Diego Rocha, 2006.

A categoria tempo também tem implicações diferentes entre os sexos e é apropriado de maneira diferente. Cada gênero se apropria e vivencia o tempo de forma diferente como veremos adiante. O trabalho em comunidades de pescadores está dentro uma lógica natural. Em contraposição a uma lógica mais urbana de trabalho. A contraposição, aqui, entre esses dois universos está sendo feita aqui de maneira arbitrária com finalidade pedagógica para o leitor que não está familiarizado com o universo laboral de pescadores. Deixamos claro que essa é uma discussão muito ampla dentro da sociologia do trabalho e foge dos nossos objetivos aqui. Acho útil, porém, estabelecer essa comparação por mais simplória que seja para marcar a diferença entre esses dois universos.

O universo laboral das marisqueiras está dentro dessa lógica natural imerso, economicamente, na pequena produção mercantil. Utilizamos esta categoria, até pra fugir ao conceito de economia de subsistência que denota inferioridade em relação a economia de empresa baseado em um cálculo racional e universal ao qual as marisqueiras e pescadoras de Acaú e das outras comunidades da foz do rio Goiana e Megaó, não estariam sujeitas. O senso comum em relação a exploração artesanal da natureza e todas as outras formas de exploração da natureza baseada na pesca e coleta percebe ou enxerga o pescador, a pescadora, a marisqueira e o catador de caranguejo, numa posição de inferioridade tecnológica em relação, por exemplo a pesca industrial onde o aparato tecnológico potencializa, e muito, o poder de predação de uma categoria em relação a outra. Esse fato concorre para a diminuição, das atividades artesanais na pesca que denotam uma economia de subsistência. Fica aqui a ressalva e a crítica.

Quase sempre a comparação entre as duas lógicas laborais são feitas, até mesmo, pra marcar a diferença entre elas pra mostrar que os pescadores e pescadoras são enquadrados por aproximação empírica aos produtores rurais e a toda lógica de produção rural, enquanto a unidade fabril é a mais utilizada para exemplificar a empresa baseada em cálculo. Essas categorias nos levam a sempre pensar estes modelos, até pelo senso comum, pela óptica do produtivismo. A óptica do produtivismo e economicismo tem levado a visões e interpretações errôneas a respeito de como as comunidades de pescadoras se estruturam econômica e culturalmente. Esta forma de ver as coisas leva a invisibilização da mulher e de seu papel nesse universo laboral dos pescadores e pescadoras. Motivo de toda crítica

realizado no primeiro capítulo a partir da revisão de literatura. Por isso, o conceito de pequena produção mercantil traz pro leitor não familiarizado uma “visualização” mais isenta e menos preconceituosa. Essa categoria está dentro dos debates marxistas a respeito de modo de produção, formação social, relações de produção entre outros termos imerso neste gigante universo que é o marxismo. Aprofundar estes debates nos levaria para além dos objetivos da dissertação que é fazer uma análise sobre relação de gênero na pesca a partir de um viés notadamente feminino, além de levar a um reducionismo econômico desnecessário que concorre para encobrir uma perspectiva mais holística.

O mangue oferece em um primeiro momento a subsistência alimentar e, em um segundo momento os produtos que servem pra venda. A natureza representa consumo e venda para os que dela participam. Nas palavras de dona Nininha de 65 anos marisqueira e pescadora que mora em Carne de Vaca: O mangue e as croas “é” a feira dos pobres, a pessoa vai e pega o que Deus permite [...] vende uma parte e da pra família outra parte”. Na concepção de uma marisqueiras mas que com certeza representa boa parte do imaginário das pescadoras e marisqueiras locais a respeito do papel da natureza enquanto uma feira dos pobres, onde se busca algo que se transforma, primeiro em alimentação e segundo em produto. Tanto um quanto outro são fundamentais na reprodução social da família e da comunidade como um todo.

Como já foi dito anteriormente as atividades de pesca, coleta, e extrativismo artesanal em comunidades de pescadores e marisqueiras organizam suas atividades laborais baseados no tempo natural. Um tempo regido pelas mudanças da maré, da lua, das estações, da água quente numa estação e da água fria em outra estação. O relógio da pesca tem por marcadores o sol, a lua, os mares e os ventos. A tentativa de prever e controlar é um exercício diário que provoca cansaço na maioria das pessoas que lidam com essas variáveis. As mudanças do clima ao longo do ano têm implicações nas técnicas e na produtividade de determinadas espécies. Acompanhando as mudanças de estação. As mulheres pescadoras e marisqueiras de Acaú sentem na pele as sazonalidades das espécies que capturam. Para além das sazonalidades climáticas, as incertezas econômicas decorrente da produção e comercialização do marisco e do peixe impactam e caracterizam estas atividades dentro da pequena produção mercantil.

As atividades de pesca e mariscagem praticadas pelas mulheres são atividades tradicionais dependentes das variáveis naturais que em grande parte lhe escapam ao controle e a previsibilidade. Segundo Kant de Lima, “[...] a previsibilidade é o exercício máximo da pesca”. (KANT DE LIMA; PEREIRA, 1997, p. 36). Nesse sentido esta tipologia, da marisqueira e pescadora, é uma categoria que se aproxima bastante da caracterização do elemento rural enquanto atividades que estão à margem da sociedade urbana. Lembrando que há uma clara distinção entre o mundo simbólico e as atividades produtivas dos que dependem basicamente de agricultura e dos que dependem basicamente da pesca. A pequena produção mercantil se diferencia da grande produção industrial, primeiro pela produtividade e, segundo pelo caráter das relações de produção. Na primeira a produtividade, baseada em cálculo e tecnologia, é levada ao extremo. Nas atividades de mariscagem e pesca o cálculo é feito, mas a produtividade varia em função de várias questões como clima, espécie, demanda do mercado, capacidade de escoamento da produção e comercialização da mesma.

A existência histórica das relações de produção na *pequena produção mercantil pesqueira ampliada* representada pela pesca artesanal, pela mariscagem e outras atividades no litoral brasileiro e especificamente paraibano aponta para relações de produções “pré-capitalistas”. Na verdade, essa discussão econômica sobre capitalismo, pré-capitalismo, modos de produção e formação social foge aos objetivos da dissertação, contudo ela tem de ser citada já que as questões econômicas são importantes na definição das estratégias de reprodução social das pessoas que vivem da pesca como um todo e das mulheres marisqueiras e pescadoras da foz do rio Goiana em Acaú.

Analisando o regime de colonato nas fazendas de café do interior paulista Martins levanta a sua hipótese, que pode ser estendido a algumas situações concretas da pequena produção mercantil aplicada à pesca. “A minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessária a sua reprodução” (MARTINS, 1993, p. 20). Em Acaú as relações de toda cadeia produtiva do marisco praticada pelas mulheres está baseada na pequena produção mercantil.

Aplicados à pesca e a mariscagem esses conceitos são muito bem trabalhados a partir de um prisma econômico por Diegues (2004), Duarte (1999), e em Maldonado (1994), através da identificação de um universo simbólico pesqueiro particular dos “povos costeiros” que legitima a singularidade dos mesmos frente à sociedade industrial, que já foi tratada no anteriormente como o *particularismo da gente do mar*.

As formas de distintas de organização social da produção que existem num determinado espaço litorâneo são consideradas manifestações concretas de modos de produção, que se encontram combinadas; cuja articulação e existência histórica são apreendidas pelo conceito de formação social (DIEGUES, 2004, p. 139).

Outro problema que a discussão a respeito de modos de produção e formação social levanta é a relação entre articulação ou coexistência, e a subordinação ou dominação entre diferentes modos e formas, um problema metodológico sério já que a metodologia para a identificação dos vários modos e sua articulação ainda está no que Godelier chama de “canteiro de obras” teórico. (GODELIER apud DIEGUES, 2004, p. 140).

Duarte, fazendo a diferenciação da produção capitalista e a *pequena produção mercantil*, fala da especificidade de uma relação ao outro chamando de modo de produção “convivente” e fazendo um marco claro entre um e outro e a sua coexistência que em determinados momentos histórico faz-se necessário pra própria reprodução do capitalismo diante das suas *crises* cíclicas. Nas palavras de Duarte “Das três demarcações, a mais específica é, portanto, a de sua oposição ao modo de produção capitalista, [...] Donde as seguintes consequências: trata-se de um modo de produção “convivente”, com outro e, ao mesmo tempo “diferente” – “outro” [...] a diferença se estabelece claramente pela análise das relações de produção que comporta, mesmo dentro daquela estrutura mínima” (DUARTE, 1999, p. 59).

A produção de mercadorias que possam servir como meio de subsistência imediata, alimentos, denota primeiro uma característica da pequena produção mercantil e, segundo a sua subordinação ao modo de produção dominante capitalista.

A relevância desta distinção se funda em dois aspectos primordiais. Em primeiro lugar o fato de uma unidade de produção poder prover a parte de sua subsistência (no sentido de reprodução de sua força de trabalho) sem intermediação das relações de Ihe garante uma margem de autonomia e flexibilidade que permite o florescimento de uma lógica e de um ritmo muito próprios de adequação dos elementos da produção. Em segundo lugar, a pequena produção de mercadorias destinadas a alimentação parece ter garantido em situações não clássicas de desenvolvimento capitalista uma área de relevância específica, que é manter setores consideráveis da força de trabalho nacional ocupados em um regime de produção distinto do dominante, mas capaz de funcionar em uma espécie de simbiose secundária e complementar, ao sabor dos booms e crises do sistema econômico dominante (DUARTE, 1999, p. 63-64).

Apesar das relações de produção capitalista serem hegemônicas e dominantes, a pesca artesanal, a mariscagem e outras atividades extrativistas praticadas por homens e mulheres no estuário do rio Goiana está associada a um tipo de *Formação social* específica sendo localizada dentro do conceito de pequena produção mercantil e, antes de tudo é uma atividade produtiva que mantém uma relação de subordinação em relação ao mercado. O que quero dizer aqui é que as relações de produção, decorrentes ou existentes dentro da categoria, que está incluso as atividades de mariscagem, a partir da noção de *pequena produção mercantil* não são organizadas segundo a lógica simplesmente monetária, apesar de sua produção se destinar ao mercado e dele precisar pra vender a produção.

## 2.2 A LABUTA DAS MARISQUEIRAS, CONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DOS ESPAÇOS INTER-GÊNEROS

A pesquisa mostra que o trabalho feminino na pesca apresenta uma grande variedade de atividades, portanto, podemos classificar as mulheres a partir de cada uma de suas atividades na pesca e, a partir também de cada nomenclatura que elas próprias se auto classificam. Em geral, o marisco e a pesca absorve boa parte das mulheres. Sendo que o marisco é a atividade feminina por excelência e a pesca, ainda espaço tipicamente masculino, é exercida de forma secundária, mas constante e cada vez mais crescente por muitas mulheres, de forma que se percebe uma tendência ao esvaziamento da pesca por parte dos homens em relação às atividades de pescaria em muitas comunidades pesqueiras da foz do rio,

principalmente Acaú. Aliás, as atividades de pesca realizada por muitas mulheres da foz do rio Goiana demonstram uma inserção feminina em espaços tipicamente masculinos.

A apropriação dos espaços físicos e simbólicos se diferencia sexualmente revelando a distinção inter-gêneros. Na verdade a hipótese presente de forma explícita na dissertação vem reiterar essas observações. A de que as mulheres estão se inserindo em espaços, historicamente, restrito aos homens. Resta, também, demonstrar quais as implicações de cada atividade praticada por elas e quais as diferenças entre elas. A pesca de um lado e a mariscagem por outro e, como essas inserções implicam em mudanças no padrão das relações de gênero criam, re-criam e re-significam identidades que se tornam úteis em debates e arenas políticas.

Em Acaú e nas outras atividades da região da foz do estuário do rio goiana o universo laboral das mulheres se estende, tradicionalmente, a atividade de mariscagem. Apesar das pescarias de peixes está cada vez mais presente na rotina dessas mulheres. A pesca de peixes se torna cada dia mais difundido entre elas. As modalidades de arrasto de beira de praia, em que mais ou menos 8 pessoas compõe a pescaria está tendo cada dia mais a presença feminina. Em todos os relatos e entrevistas sobre essa participação delas nesse tipo de pescaria falam que “antigamente” essas mulheres participavam a título de “ajuda” ou “dando uma forcinha” na puxada da rede recebendo por essa ajuda alguns peixes dados como forma de retribuição “da rede”. Atualmente, esse status secundário da força de trabalho feminina tem caído por terra. Existe um movimento de equiparação “salarial” implícita entre os pescadores que estão “na rede” materializado em um quinhão repartido igualmente entre todos os participantes. O argumento atual para justificar essa tentativa de equiparação reside na frase que “hoje em dia as mulheres fazem tudo que os homens fazem apesar de terem menos força”. De fato, isso foi percebido mais claramente duramente minha pesquisa de graduação na comunidade de Costinha onde residi durante algum tempo e me inseri numa rede de pesca de arrasto de beira de praia onde uma mulher fazia parte do rol do bote, e recebia seu quinhão repartido entre os oito participantes da pescaria. O seu quinhão era menor, é verdade, mas era uma parte maior do que geralmente as mulheres recebiam quando davam uma forcinha. A divisão do peixe era feita dessa forma: dividia-se a resultado da pescaria em oito partes, duas partes era da rede, o dono da

rede, as outras seis partes eram divididas para oito pessoas, sendo que o quinhão da mulher recebia uma pequena diminuição por causa da condição de mulher. Era uma retribuição “injusta”, mas com status maior do que o normal.

A pesca e outras atividades extrativistas, aliás, vem ganhando muitas pesquisas com enfoque de gênero que tem privilegiado cada vez o papel das mulheres em toda a sua cadeia produtiva. Na verdade precisamos diferenciar as várias atividades laborais femininas e mostrar como cada uma delas absorve as mulheres diariamente. A saber, pesca e coleta representam as duas principais categorias laborais femininas. A mariscagem é uma atividade tipicamente feminina enquanto a pesca é uma atividade ainda realizada de forma menor em relação a pesca de peixe pelas mulheres, apesar delas estarem se inserindo de forma regular e ostensiva na pescaria de peixes. Essa inserção das mulheres na pesca de peixe é que chama a atenção do pesquisador. Há uma hipótese levantada para explicar essa inserção. A entrada mais ampla das mulheres nas atividades pesqueiras está relacionada com o movimento de esvaziamento que a pesca realizada por homens está passando devido a uma serie de fatores, inclusive também pela redução dos estoques pesqueiros no Brasil e no mundo como um todo, e na Paraíba especificamente. A maior concorrência associada ao aumento do poder de captura sem respeito aos períodos de reprodução concorre para a redução dos estoques pesqueiros. A poluição, presente em quase todos os rios, lagos, canais se apresenta como um mau quase onipresente. A redução dos estoques associado com o aumento dos empregos e trabalhos associados o veraneio ligado ao turismo no litoral sul da Paraíba e litoral norte de Pernambuco.

A entrada das mulheres na pesca pode ser caracterizada em dois sentidos, um é a pesca propriamente dita de peixe. E outra é a atividade de coleta na qual se inclui a mariscagem e outras atividades parecidas que se pode chamar de pesca ampliada. A pesca de peixe é realizada por um menor número de mulheres de forma ostensiva, mas ela ocorre sim. Muitas mulheres vão pescar peixes com outras em pequenas embarcações chamadas de *caícos*, outras mulheres pescam com seus maridos ou com seu pai, outras, ainda, se inserem nos arrastos de praia não só ajudando na puxada da rede, mas também no remo do *caíco*. Todas essas pescas se realizam no mar de dentro como é chamada a área de pesca próxima a costa.



**FOTO 03** -No primeiro plano um Grupo de mulheres se preparando para ir pescar junto com duas crianças. Num segundo plano, quatro crianças manipulando o bote, sendo duas meninas e dois menino.

**FONTE:** Dados da pesquisa, foto Diego Rocha, 2010.

Pesquisador: A senhora pesca?

**Entrevistada:** Sim. Peixe e marisco.

Pesquisador: A Senhora é marisqueira ou pescadora?

**Entrevistada:** Os dois. Mas é tudo a mesma coisa. Quando eu to no peixe sou pescadora, quando to no marisco sou marisqueira.

Pesquisador: Mas tem diferença entre uma e outra?

**Entrevistada:** Não [...] O marisco tem o tempo, né? O marisco quando da água fria ele foge, daí não tem o que fazer. Tem a maré morta do marisco, aí gente não pode fazer nada. E o peixe tem todo dia. Varia também, né? Tem maré que ta pra um peixe e tem maré que ta pra outro. Quando num da pra um a gente vai pra outro. (PRETA, MARISQUEIRA E PESCADORA, 2010)

As espécies capturadas caracterizam as identidades laborais das mulheres, e a diferenciação entre pesca de peixe e coleta de marisco não é uma questão que apareça de forma a segregar as atividades femininas em categorias estanques. Ser

mulher nessas comunidades é um passaporte tanto para o peixe quanto para o marisco. A necessidade é que dá a tônica. Na verdade a “pesca feminina” perpassa uma gama maior de espécies e de ambientes que vai do peixe, aos moluscos passando por crustáceos. Do mar de dentro, aos pequenos rios e canais chamados de *gamboas*. Quando o mar não “tá pra peixe” sobram os mariscos e vice-versa. Para além da oposição peixes versus marisco percebe-se que as próprias mulheres não se percebem como marisqueiras porque coletam mariscos ou pescadoras porque pescam peixes. A noção de pescadeira ou pescadora é a mais difundida entre elas sendo a categoria marisqueira uma categoria que também engloba e caracteriza as mulheres da região, o que não limita o raio de ação laboral das mulheres em torno de uma atividade apenas. Apesar de homens também catarem marisco não percebemos uma categoria “marisqueiro” para enquadrar os homens que extraem esse molusco. Eles sempre são chamados de pescadores. Semanticamente a categoria marisqueira denomina todas as mulheres que pescam ou coletam apesar das categorias pescadoras e pescadeiras serem usadas também. Então, as categorias ou nomenclatura de mulher pescadora, pescadeira e marisqueira, ora se apresenta para designar de forma ampla todas as mulheres envolvidas, de uma forma ou de outra nas atividades artesanais de pesca e coleta. Ora, se apresenta pra designar as atividades específicas relacionadas a um tipo específico de animal a ser capturado. Se peixes, pescadoras e pescadeiras. Se moluscos, marisqueiras ou caranguejeiras.

Oficialmente o Estado brasileiro através da SEAP, inicialmente e, posteriormente através do Ministério da pesca tem nomeado as mulheres a partir de várias concepções. A principal delas é o de chamar enquadrar as mulheres a partir de nomes que represente as atividades que elas desenvolvem nos rios, lagos, mares e estuário. Dessa forma encontramos em documentos oficiais como o relatório da II Conferência nacional de aquicultura e pesca realizada em 2006, promovida pela SEAP, cerca de dezesseis nomes referente às mulheres. São eles: pescadoras, trabalhadoras da pesca, isqueiras, camaróeras, marisqueiras, caranguejeiras, evisceradeiras, desfiladeiras, descascadeiras, descascadeiras de siri, descabeçadeiras, redeiras, catadeiras de algas marinhas, artesãs, aquicultoras e trabalhadoras da aquicultura. A nomeação pescadora surge ligada a palavras como, artesanal, profissional, mulher pescadora. A aparição sem esses adjetivos,

apenas pescad “ora”, supõe certa posição de igualdade semântica em relação aos homens pescadores. Apesar de boa parte das nomenclaturas estarem associadas ao sufixo “eira”, como pescadeiras, marisqueiras e redeiras.

A inserção das mulheres nesse tipo de pescaria é antigo, como relato de várias pessoas que foram entrevistadas, o que é novo, talvez, seja a novidade com que isso é visto numa pesquisa sobre pescadores. Isso é de fato reconhecido por todos dentro e fora da comunidade. O olhar de surpresa com que os pescadores, tanto homens quanto mulheres têm ao revelar durante a entrevista que a pesca feminina sempre ocorreu, se mostra quase como um exercício psicanalítico. Mas se sempre ocorreu, porque agora é encarado como novidade, tanto pro pesquisador (es) quanto pros pescadores? A resposta pode ser considerada genérica, mas está relacionado com a valorização de identidades locais de mulheres pescadoras e marisqueiras, e também com a valorização do próprio papel da mulher na sociedade ao longo do tempo. O maior número de entidades ligadas a mulheres trabalhadoras da pesca confirma a afirmação anterior. As políticas públicas e linhas de crédito e financiamento para mulheres pescadoras, marisqueiras e aquicultoras é enorme. Vários editais lançados por parte dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social demonstram que o Estado está visualizando essas mulheres enquanto categoria importante de produtoras.

Todas as conclusões, observações e interpretações são frutos da pesquisa realizada através de entrevistas qualitativas durante a realização do mestrado. As qualitativas foram realizadas com as lideranças da Associação das Marisqueiras, Dona Marinalva e Luzia que são mãe e filha respectivamente. Luzia é a liderança das mulheres mais atuante na região. Ela representa a maior parte das mulheres marisqueiras de Acaú na Paraíba, e das outras comunidades do outro lado do rio que fazem parte do Estado de Pernambuco. Foram entrevistados também o marido de Luzia, que é um pescador conhecido, o presidente da Colônia de pescadores de Acaú, o presidente da associação dos pescadores de Carne de Vaca, o secretário da colônia de pescadores de Goiana, e um representante da Comissão pastoral dos pescadores secção Nordeste. As conversas com o marido de Luzia dão o contraponto entre a visão do homem e a visão da mulher já que os dois representam as relações entre marido e mulher, pescadora e pescadeira, gênero masculino e gênero feminino de forma geral na comunidade. Muitas vezes as visões

discordantes, de um e do outro, dão o tom da representação cultural e do universo simbólico do grupo, apesar de chamarmos a atenção para a heterogeneidade das representações coletivas e individuais. Outras entrevistas foram realizadas com marisqueiras e pescadores que não estão inseridos diretamente em associações e colônias essas entrevistas justamente são o contraponto discursivo às pessoas que estão ligadas a alguma entidade especificamente. As minhas observações de pesquisador, veranista e colegas de alguma dessas pessoas também serão acrescentadas somadas as das outras pessoas para compor um quadro descritivo e etnográfico mais fiel possível. Poderíamos ter feito a história de vida de algumas dessas pessoas como recurso metodológico, mas optou-se por uma descrição sem essa perspectiva apesar.

Em Acaú as observações mostram que as mulheres realizam de forma extensiva e regular a mariscagem associada à pesca artesanal de pequena escala dentro do universo da pequena produção mercantil conforme dito anteriormente. São duas atividades diferentes e que precisam, portanto, serem descritas separadamente. A pesca e a mariscagem, mas que se complementam já que as mulheres se movimentam entre estas duas atividades. As atividades de mariscagem são as mais femininas, no sentido que muitas mulheres realizam-na. Apesar das mulheres praticarem a pesca de peixes também.

As implicações políticas e de gênero também se diferenciam a partir de cada atividade. Privilegiarei aqui o léxico local evidenciando as categorias usadas pelos próprios moradores. Marisqueiras, pescadoras e pescadeiras. São as categorias mais recorrentes entre as mulheres. Elas precisam ser explicadas a luz das próprias percepções que as mulheres locais têm sobre o significado de cada uma dessas categorias, principalmente na diferenciação entre pescadora e pescadeiras que elas fazem entre si.

Foi a partir do contato com Luzia que entramos no universo das mulheres locais, já que ela, por ser uma liderança, abre portas importantes para nossa incursão de pesquisa entre as mulheres marisqueiras, pescadoras e pescadeiras. E apesar de não utilizarmos história de vida de Luzia, boa parte das nossas observações foi feitas a partir da sociabilidade dela e de sua mãe no núcleo familiar delas.

De longe a mariscagem é a atividade que ocupa boa parte das mulheres. Farei uma breve descrição de toda cadeia produtiva da coleta de marisco mais a frente.

O início da nossa diferenciação começa por uma entrevista realizada com algumas pessoas entre homens e mulheres, pescadores e pescadoras, na região de carne de vaca.

Para as mulheres que vão ao mangue a auto-denominação de “pescadeiras” pode não parecer nada, mas prolongando a entrevista com elas captamos algo interessante e que revela a diferença semântica entre pescadora, pescadeira e marisqueira.

Pesquisador: A Sra faz o que?

**Entrevistada:** eu sou marisqueira e pescadeira

Pesquisador: Existe alguma diferença entre pescadora e pescadeira?

**Entrevistada:** Existe sim, pescadeiras e marisqueira são as mulheres que vão ao mangue pegar marisco e outros bichos, e pescadora é a que vai atrás de peixe.

Pesquisador: E porque não é a mesma coisa?

**Entrevistada:** porque peixe é mais pra homem e as outras coisas é mais pra mulher. (Dona Nininha 60 anos marisqueira de Carne de Vaca).

Há uma contradição clara entre a entrevista de dona Nininha, quando ela diz que peixe está mais pra homem e as outras coisas estão mais para as mulheres e, a entrevista de Preta quando ela diz que as mulheres praticam as duas atividades, sem estabelecer uma ordem de importância a partir dos sexos. Dona Nininha é mais velha e talvez isso revele algo mais. A percepção da mudança está mais clara nas palavras de Preta, o que denota que realmente existe uma mudança em curso mudança essa percebida ao longo do tempo a partir da vivência de duas mulheres que vivem da pesca até hoje. O que é considerada pesca para uma delas não é considerada para outra.

Após essas entrevistas, algumas pessoas que estavam escutando a mesma começaram a fazer um debate acerca da nomenclatura, das práticas cotidianas, como cada um perceber espaços dos homens e das mulheres e outras pequenas coisas relacionadas a isso. O tom era de exaltação entre algumas mulheres que divergiam da posição de dona Nininha. Principalmente em relação ao nome

pescadora e pescadeira Essa pequena querela interna revelou que as pessoas têm, cada uma, interpretações distintas a respeito do que cada categoria faz e quem se legitima pra usar um ou outro nome, marisqueira, pescadora e pescadeira.

A minha interpretação das coisas é de que mulher pescadeira denota um tom pejorativo para com as mulheres já que esta nomenclatura estaria abaixo da de pescadora. A nomenclatura pescadora parece incomodar alguns homens que não se sente confortáveis. Esse desconforto para ter duas causas. A primeira causa é a de igualdade entre o gênero com perdas, para os homens. Toda essa guerra se dá no plano discursivo já que de fato o fato das mulheres ascenderem, pelo menos no plano linguístico incomoda de alguma forma os homens, pelo menos alguns. A segunda causa seria pelo mesmo motivo: equiparação de direitos para fins previdenciários e trabalhistas. A constituição de 1988 significou um avanço grande para as mulheres como um todo e, principalmente as mulheres rurais, mulheres pescadoras, marisqueiras e extrativista que foram colocadas como seguradas especiais do INSS. Para exemplificar, um trabalhador comum tem de contribuir com mais ou menos R\$ 1300 anuais para garantir a aposentadoria. Pescadoras e marisqueiras contribuem com apenas R\$ 33 anuais.

Com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), os problemas relativos a pesca foram descentralizados do Ministério da Agricultura e trazidos para sua esfera própria. Com isso alguns avanços foram alcançados pela categoria sendo as mulheres as principais beneficiadas já que existia uma história de esquecimento e invisibilização delas. Tanto é assim que existem linhas de credito específico para mulheres pescadoras e marisqueiras, políticas públicas específicas também, com lançamento de vários editais que atendem diretamente essas mulheres. Atualmente está em tramitação o projeto lei 6697/06 que equipara a mulher que exerce a atividade pesqueira e marisqueira artesanal em regime de economia familiar ao pescador artesanal para efeitos previdenciários e de seguro desemprego. Toda a celeuma por causa de um simples enquadramento pessoal por parte de uma marisqueira, sendo entrevistada por mim em Carne de Vaca-PE, é revelador de todo esse estado de coisas. É revelador de como as identidades são fluidas e de como o Estado brasileiro ajudar a fomentar ou reprimir essas mesmas identidades através de políticas públicas. É revelador também de mudança na forma com as próprias

mulheres se percebem em suas atividades laborais que “antigamente”, nas palavras delas não tinham valor algum e hoje tem.

Em Acaú essas questões entre homens e mulheres se diluem mais, são mais difíceis de captar. Primeiro, por Acaú ter uma dinâmica comercial maior e, segundo por essas questões inter-gênero se mostrarem um pouco mais “avançadas”. As discussões entre homens e mulheres sobre percepção de um, diminuição do outro ou qual categoria se mostra superior a outra são menos perceptíveis por causa da dinâmica política criada a partir das lutas das marisqueiras que estão a frente de muitos processos políticos locais. Outra vocação econômica local é a pesca de peixes e de camarão principalmente realizada por pelos homens e pelas mulheres em alguns casos. Aliás, as principais atividades econômicas estão relacionadas à pesca artesanal de um lado e a pesca e coleta de recurso estuarino e marinho, sendo peixes, coleta de caranguejo, camarão, com destaque para o marisco (*Anomalocardia brasiliiana*), e secundariamente agricultura familiar de subsistência.

Então, basicamente todas essas atividades econômicas desenvolvidas por homens estão concentrados na pesca de peixes e lagostas. Enquanto que as mulheres catam marisco, caranguejos e outros. Mas também desenvolvem a pesca. Não há um modelo de organização formal que dê conta das clivagens internas dos pescadores, pescadoras e marisqueiras locais. As atividades de pesca têm essas características. Se sobrepõe, se complementam e não são mutuamente exclusivas. Luzia, enquanto marisqueira e líder das mesmas, confirma esse jeito de ser das coisas dizendo que é muito complicado “julgar” como as mulheres trabalham e como os homens trabalham na maré. “Quando eu digo que a coisa é desse jeito, existem outros jeitos. Tem mulher que trabalha como homem e homem que trabalha como mulher nos mariscos, então eu não sei. Até onde sua mente for existe um jeito de fazer as coisas”.

Há de se ressaltar ainda que apesar dos espaços econômicos terem um recorte bem nítido de gênero grande parte dessas delimitações não são tão fixas e, percebemos mudanças na divisão sexual do trabalho e nos papéis sexuais que homens e mulheres desenvolvem como responsáveis pelo sustento de suas famílias. Enquanto a praia e o mar, geralmente, são espaços frequentados por homens pescadores, as croas são frequentadas basicamente por mulheres marisqueiras e crianças, apesar de não serem espaços que excluam um sexo ou

outro, eles são nitidamente de um sexo ou de outro. Há mudanças nesse padrão de ocupação espacial por gênero onde as mulheres estão se inserindo mais fortemente na praia, nos espaços masculinos, enquanto que o contrário não é verdadeiro.

Podemos chamar de marisqueira as mulheres que catam marisco. Mas, já que se falou tanto em marisqueira, o que seria o marisco? O termo *marisco* é, utilizado no Brasil de forma genérica, podendo indicar diferentes espécies de moluscos bivalves. Além disso, é comum a utilização de diferentes nomes para designar a mesma espécie, como por exemplo, “massunim” ou “berbigão”, *Anomalocardia brasiliiana*, espécie bastante comum na costa do Brasil, sendo encontrada principalmente em bancos areno-lamosos (UFPB/IBAMA, 2006, p. 21). Outro tipo de molusco bivalve são chamadas de “taiobas” um tipo de molusco bem maior que a *Anomalocardia brasiliiana* e um pouco menos comum. O marisco é uma marca da Reserva Extrativista Acaú-Goiana e foi devido a ele e da luta e das demandas locais das marisqueiras de Acaú-PB, primeiramente, e de outras comunidades, *a posteriori*, como Carne de vaca, povoação de São Lourenço e Ponta de Pedras e Baldo do rio Goiana, todas essas últimas pertencentes ao outro lado do rio no Estado de Pernambuco que a referida Unidade de Conservação foi criada. E as marisqueiras quem são e como fazem sua labuta diária?

Das muitas coisas que observei em todas as minhas pesquisas por comunidades de pescadores o que me chamou a atenção foi a do imenso trabalho que é coletar, beneficiar e comercializar o marisco. Toda a cadeia produtiva rende as mulheres muito pouco financeiramente já que o marisco tem um valor agregado baixo e tem de ser vendido rapidamente para não estragar. Tudo isso faz com que o quilo do marisco varie de R\$ 4,00 a R\$ 8,00. Nossa fonte de observação foi dona nininha de Carne de Vaca, Luzia e Dona Marinalva, Bié e Preta em Acaú. Essas quatro mulheres são a base de observação a respeito do modo de vida das marisqueiras. Somando-se a elas, outras marisqueiras que foram ouvidas em momentos no mangue ou de forma eventual sem buscar um aprofundamento a respeito delas. Essas quatro mulheres são tipificação da categoria de marisqueira. Dona Marinalva tem 60 anos, aposentada, vende doces e cocadas pra complementar a renda. É a líder da Associação das marisqueiras. Luzia, filha de dona Marinalva, 35 anos, três filhos, casada, líder das mulheres a frente da associação das marisqueiras, responde pela mãe nas decisões da associação já

que dona Marinalva não está tão atuante na associação. Preta tem 30 anos, dois filhos, separada, trabalha como empregada doméstica e pescadora. Bié, 40 anos, casada, tem uma filha, é marisqueira e empregada doméstica. Essas quatro mulheres possuem trajetórias de vida bem peculiares, mas as atividades de mariscagem une-as de certa forma. Como elas quatro, outras mulheres de Acaú tem no marisco as suas atividades laborais principais. Quando falamos de marisco estamos necessariamente falando de mulheres como agentes coletores principais, salvo algumas exceções praticadas por homens já presenciados por mim na região de São Lourenço. Um rapaz de uns 18 anos, chamado Ricardo, o mais novo de uma família de 10 irmãos se especializou na catação do marisco e sururu. Ele revelou pra mim que só faz isso pra ajudar a família, mas que não gosta de pescar peixes. Acha os mariscos e sururu mais fácil de coletar do que os peixes. Ao ser perguntado se ele sofria algum tipo de preconceito ele respondeu:

*A turma fresca de mim, mas eu não to nem aí, eu não deixo de ser macho só porque eu to catando marisco (Ricardo, 18 anos).*

Reside nessa entrevista uma riqueza enorme. Mostra como o bom humor serve também de censura. Censura velada e bem humorada. Ela mostra como se constroem simbolicamente os espaços masculinos e femininos no universo da pesca. Mostram também como se constroem as relações de gênero na foz do rio Goiana. Ora, era de se esperar que os homens sofressem censura em espaços feminino assim como as mulheres sofrem censura em espaços masculinos. Os espaços os recursos são “fiscalizados” por estarem supostamente ordenados no mundo segundo os gêneros. Os fenômenos de censura bem humorada a Ricardo por parte das pessoas são importantes também porque revelam as representações coletivas enquanto elementos da realidade interpretados socialmente pelas pessoas e, por consequência pelo grupo. Essas representações são fenômenos palpáveis na medida em que revela o tratamento socialmente difundido em relação aos gêneros. Homem catando marisco não é uma figura estranho, é até comum. De fato muitos homens ajudam suas esposas e mães na lida com o marisco, desde criança ate a se tornarem homens feitos, mas fazem isso de forma eventual. Estes eventos comprovam de forma transversal que as mulheres são rechaçadas de forma explícita

e através de brincadeiras sobre mulher-macho, na pesca tida como masculina e, prova-se agora que os homens são rechaçados também nos espaços masculinos.

Na região da foz do rio Goiana a importância econômica do marisco é enorme. Este recurso está relacionado principalmente à venda da sua “carne”, embora as conchas também possam ser vendidas. Segundo Luzia as atividades de mariscagem ocorrem durante todo o ano e apresentam uma sazonalidade marcada pela presença de do inverno ou “da água suja ou fria”, como as marisqueiras dizem do inverno, veranistas que aumentam a demanda pelo produto.

Os bancos de mariscos apresentam uma densidade elevada, porém correm risco de diminuição devido ao aumento da coleta, em virtude da expansão do mercado, do elevado grau de mão-de-obra ociosa na região que busca na atividade uma alternativa econômica, da perda da qualidade ambiental do estuário e da ausência de ordenamento da atividade. Um problema que afeta, diretamente os mariscos é a poluição do estuário causado pelos rejeitos domésticos e industriais. Dos rejeitos industriais, o mercúrio é um dos elementos presente no estuário segundo estudos realizados sobre o peixe espada (*Trichiuruslepturus*) (COSTA *et al.*, 2009). Isso inclusive é uma preocupação de Dona Marinalva e as outras marisqueiras. Dona Marinalva diz que a poluição é um dos fatores, junto com outros que “estão acabando com tudo e daqui a pouco não vai ter mais nada pra gente catar, sem falar que o rio ta um lixo só, cheio de coisa que o peixe come e depois a gente como os peixe e assim vai ficando doente”

Os principais bancos de mariscos encontram-se nas desembocaduras dos rios Goiana e Megaó e, próximo a estas, na região de influência das comunidades de Acaú, Carne de Vaca e Povoação de São Lourenço. A coleta de marisco é realizada principalmente, por mulheres “marisqueiras”, a maioria delas residentes nas comunidades de Acaú (PB); Carne de Vaca (PE) e Povoação de São Lourenço (PE). A maior parte dos bancos de marisco ficam nas praias e regiões pertencentes as comunidades do Estado de Pernambuco. Isso tem gerado pequenos conflitos entre marisqueiras Paraibanas e Pernambucanas. Estas acusam aquelas de virem “roubar” de certa forma o marisco das outras. O termo roubar na verdade é forte já que a essa relação de roubo não que se configura de forma tão explícita. Mas a acusação tem um sentido de que “as mulheres de outras localidades vêm buscar no nosso quintal o que não tem no delas”. É nesse sentido. As marisqueiras paraibanas

se defendem dizendo ser o marisco um fruto da natureza e que dá pra ser explorado por todas na verdade. Segundo Luzia, essas disputas acontecem de forma mais acirrada quando o marisco está mais escasso. Esse fato remete a discussão entre coisas comuns (*res communes*) e coisas sem dono (*res nullius*), onde alguns espaços são comuns e os produtos da natureza são sem donos. O marisco é um produto sem dono, abundante e farto em toda essa região, mas a pregação aos bancos de marisco é tão grande que o produto está ficando escasso. Essa escassez do marisco que motivou as demandas das marisqueiras de Acaú pela criação da Reserva Extrativista. O paradoxo de toda esta situação é que apesar dos bancos de mariscos mais importantes e mais produtivos estarem no lado pernambucano do rio, as primeiras demandas por proteção aos bancos ou “croas”, como são chamados pelas marisqueiras, partiu das mulheres de Acaú, embora todas as marisqueiras queiram de forma genérica a proteção dos bancos de mariscos e dos recursos naturais. A fala das duas marisqueiras Luzia, da Paraíba e Dona Nininha de Carne de Vaca mostram o teor dos debates.

Pesquisador: onde tem mais marisco?

**Dona Nininha:** Nessas “croas” aí na frente

Pesquisador: E tem mais marisqueiras daqui ou de Acaú?

**Dona Nininha:** Meu filho, tem de todo canto. Vem gente de Goiana com caminhão pra levar marisco.

Pesquisador: E como eles fazem?

**Dona Nininha:** vem um monte de gente com pá bota em saco de naylon, em grades de cerveja e até tina de pedreiro, bota no caminha e leva tudo pra goiana. Se você vê da até dó. Desse jeito não escolhe. Até os marisco miudinho vai junto. Ai por isso que acaba tudo.

A atividade das marisqueiras tem uma importância política e simbólica para RESEXAcaú-Goiana, uma vez que a partir de dez anos de luta e reivindicação das marisqueiras, ocorreu a criação da RESEX, como vamos observar no terceiro capítulo onde tratamos da parte política inter-gêneros dentro das comunidades a partir das mulheres.

O marisco é coletado de forma artesanal e, na maioria das vezes, é capturado manualmente. Em alguns casos, é utilizado um “jereré”, que consiste em uma rede cônica, presa a um aro metálico, que é arrastada junto ao sedimento onde os mariscos encontram-se. A coleta manual é mais seletiva, uma vez que as

marisqueiras, escolhem os mariscos com conchas maiores, enquanto que a rede do jereré estaria na dependência da largura da malha, normalmente de 10 mm. Também foi observado, o uso de um equipamento para facilitar a limpeza e a seleção dos mariscos. Trata-se de caixas plásticas (tipo caixa de engradado), na qual são feitos furos com aproximadamente 10 mm. Após a coleta, os mariscos são colocados na caixa, à meia água e esta é movimentada de maneira que o atrito com a parede interna promove a limpeza dos mariscos. Assim a areia, barro e lixo são jogados fora.



**FOTO 04** - Beneficiamento do marisco.

**FONTE:** UFPB/IBAMA, 2006.

As marisqueiras e pescadoras vão ao mangue em pequenos botes, denominados caícos. Elas vão em grupos com amigas ou parentes, levando quase sempre os filhos pequenos, que desde cedo começam a ter contato com a maré e com o mangue a partir dessa socialização que a mãe promove. Elas passam de 3 a 6 horas na maré entre ida e vinda. A catação acontece sempre nas marés baixas já que é nessa hora que as croas aparecem possibilitando assim a extração. A maré baixa permite o pé no chão, o que garante a segurança dos filhos e crianças menores que vão junto com as mães. Então, é no momento entre a maré vazante e a enchente o período ideal para a catação de mariscos que dura cerca de 2 a 3 horas. Esse momento é chamado de maré de sizígia. Chegando em casa, dependendo da produção, as mulheres levam cerca de 5 a 6 horas no

beneficiamento, o que nos dá uma jornada de trabalho de mais ou menos 8 horas diárias. Isso varia bastante em função da produção e das condições da maré, mas um dia de trabalho na mariscagem pode levar 12 horas seguidas. Segundo Bié, sua empreitada na maré é tão árdua que tem homem que não aguenta. “Outro dia Diego, eu fui de madrugada bem cedinho [...] fazia um frio desgraçado [...] eu e meu marido, a gente teve de remar uns 8 km pra chegar nas croas de 5 horas da manhã, que nesse dia a maré tava boa demanzinha, na volta voltei chorando sem aguentar remar mais, sorte que passou um motorzinho de lado e rebocou a gente”. A dureza das condições de trabalho dá a tônica do que é a mariscagem e como essas mulheres são guerreiras e duronas.

O processamento dos mariscos acontece de forma muito precária e pouco higiênica devido à falta de instrumentos adequados tendo em vista questões sanitárias. Os mariscos recém coletados são acondicionados em sacos variando entre 30 e 50 kg e transportados para as casas das marisqueiras de diversas formas: em pequenas embarcações (caícos), carros de mão, carroças a tração animal ou em veículos fretados que cobram entre R\$ 0,50 e R\$1,00 por cada saco. Algumas preferem trazer os sacos na própria cabeça. Os mariscos são, colocados em água fervente por um tempo que dura cerca de 15 minutos. Desse jeito as conchas se abrem e as mulheres fazem a retirada da carne, que é realizada manualmente ou com o auxílio de uma caixa plástica com furos inferiores a 10mm, que permitem separar a carne das conchas. A etapa de beneficiamento descrita acontece, normalmente, na frente ou nos quintais das casas e quase sempre é uma atividade familiar. O combustível utilizado para o cozimento é madeira coletada na região e, em alguns casos a retirada dos manguezais (UFPB/IBAMA, 2006, p. 25-26). Bié me disse que quando não encontram lenha, por diversos motivos, ela vai buscar em serraria ou madeireira de moveis o pó de serra pra poder fazer o fogo. Reside aí um aspecto perverso. O pó de serra é um produto que não tem serventia nenhuma, sendo jogado fora quase sempre, mas os donos ou empregados não deixam pegar de graça, tendo que pagar pelo pó de serra pra poder fazer o fogo e assim beneficiar os mariscos. De fato, desde a catação do marisco até a sua comercialização as mulheres passam por uma jornada de trabalho árduo. Nesse caso de Bié, que tem de ir atrás de pó de serra pra fazer cozimento dos mesmos. Isso se apresenta como uma profunda humilhação para ela.

*Caramba, a gente faz um favor pra eles limpando a serraria desse pó de serra que não serve pra nada e eles ainda vem cobrar da gente. Mas a gente não pode fazer nada. Marisqueira é muito miserável e humilhada por aí (BIÉ, Marisqueira).*

Depois da retirada das conchas, a carne do marisco é acondicionada em bolsas plásticas com peso médio de 1 kg e passa por um processo de congelamento. Foi observado que grande parte das marisqueiras não possui freezers para efetuar o congelamento do produto e, nestes casos, a produção deverá ser imediatamente repassada a atravessadores ou como é comum na região, colocada em freezers de outras pessoas. No caso das mulheres pertencentes a Associação das marisqueiras de Acaú, elas põe os mariscos e peixes nos freezers da entidade. Não só as mulheres associadas dispõe desse privilégio, mas todas as que precisam utilizar pra guardar alguma coisa. Na verdade a relação entre o freezers da associação e as pessoas que se utilizam dos mesmos é meio ambígua e não obedece a critérios claros. Os critérios são implícitos e pessoais. Não fiquei a vontade para perguntar sobre isso a Luzia, mas entendi toda a relação.

A comercialização do marisco ocorre durante todo o ano diretamente ao consumidor, principalmente durante o período do veraneio. As feiras que acontecem nas cidades da região como: Caaporã, Pitimbu e Goiana, também são opções para a comercialização.

Outro tipo de comercialização é a venda em volumes maiores para proprietários de restaurantes e atravessadores que normalmente comercializam o produto nas capitais dos estados da Paraíba e Pernambuco. O preço pago pelo quilo da carne de marisco varia bastante, principalmente em função da demanda de mercado, oscilando, normalmente, entre R\$ 2,00 a R\$ 4,00. As algas marinhas constituem o recurso natural mais novo explorado na região de Pitimbu e Acaú e está em fase inicial e de estudos.

Além do marisco e dos peixes, as algas marinhas têm sido estudadas com fins de produção comercial em diversos projetos envolvendo a comunidade de Acaú e Pitimbu, em 2009 existiu cooperação técnica entre o Fundo das nações unidas para a alimentação (FAO), e o Ministério da Pesca-PB (MPA), que financiaram um projeto em Pitimbu, denominado “Desenvolvimento de Comunidades Costeiras

(DCC). O objetivo desse projeto é a produção de algas para a alimentação e a verificação da viabilidade econômica da produção em grande escala para fins comerciais. Os estudos sobre algas na região aconteceram com o envolvimento também a UFPB e, principalmente, alguns laboratórios do departamento de biologia. O envolvimento das marisqueiras de Acaú como também de alguns pescadores sempre acontece nesses projetos. Elas e eles vislumbram, de certa forma, mais uma alternativa de renda.

### 2.3 TEMPOS, CORPOS E FAMÍLIA

O tempo é uma categoria muito importante no ritmo das comunidades de pescadores. A tentativa de enquadrá-lo é um empreendimento gigantesco já que existem diversas interpretações e outras formas de análise sobre o mesmo. De modo que poderíamos tratá-lo de forma bastante heterogênea desde uma perspectiva filosófica kantiana em que o tempo é dado como uma categoria pura do pensamento, anterior a experiência ou, partindo de um viés historicista onde o tempo é tratado de forma linear e paralelo ao desenrolar dos fatos históricos. Há outra perspectiva, a de tratar o tempo e o espaço imbricado com relações de poder, sendo o ponto de partida desse tipo de análise a concepção de tempo na mitologia grega, sendo o titan Cronus o personagem dessa odisséia filosófica sobre a apropriação do tempo pelas pessoas (LOBÃO, 2006, p. 169). Há outras perspectivas que fazem a análise dentro de uma lógica recreativa se debruçando sobre o tempo livre em contraponto ao trabalho e ao lazer (FRANCH, 2000). Contudo, seguindo a perspectiva metodológica desta dissertação de valorizar as experiências, a fala, a semântica e sintaxe das pessoas das comunidades, em especial as mulheres marisqueiras e pescadoras, mas também os homens pescadores que labutam diariamente nas praias e mangues da região do estuário do rio Goiana, partimos assim, para uma pequena análise do tempo a partir das relações laborais na pesca e como se apresenta esta noção genérica e cheia de significados para os pescadores e pescadoras locais.

Estudar as relações de gênero em comunidade de pescadores é, sobretudo estudar o tempo, como já foi dito anteriormente. É perceber que o tempo é apropriado de maneira totalmente diferente. O tempo é visto e contado a partir do relógio da natureza. Dos ciclos da maré que vão e vem todos os dias. Das estações da natureza que implicam mudanças de espécies a serem capturadas. Enfim, o tempo é contado, percebido e apropriado de maneiras distintas para os pescadores, marisqueiras e outras categorias que fazem dos rios, mangues e mares, a fonte de reprodução social de suas vidas. Nesse sentido o tempo dessas comunidades é muito condicionado pelo tempo natural, um tempo cíclico. Percebi que a noção do tempo se apresenta de certa forma como um circuito fechado em si distribuído em função da enchente e vazante da maré. Esse ciclo natural influencia todas as ações que as marisqueiras, pescadoras e pescadores planejam em relação ao trabalho na pesca. A imagem de uma comunidade de pescadores distantes e paradisíaca onde o tempo não passa, em parte, corresponde a forma como as próprias pessoas do local a percebem. O tempo passa, mas ele volta ao mesmo lugar de antes em dois grandes ciclos naturais. O primeiro ciclo é o ciclo diário da enchente e vazante da maré. O segundo grande ciclo é anual e obedece a relação entre verão e inverno. Água mais quente e água mais fria que implica na “chegada” ou “saída” de determinadas espécies. Por exemplo, segundo Luzia, Dona Nininha, Preta e Bié, os mariscos “fogem” da água fria, no inverno, e quase desaparecem. Isso dificulta a captura dos mariscos, mas por outro lado permite a captura de outras espécies. O passar do tempo então é percebido segundo a lógica do eterno retorno. O ponto de partida é o ponto de chegada.

Nessa perspectiva, se a lida com o tempo se faz muito condicionado pelas variáveis da natureza de forma geral. Quando partimos para uma análise do tempo e dos tempos, a partir das relações de gêneros, percebemos que a apropriação se diferencia a partir do sexo. O tempo para mulher é muito fragmentado dentro dessa lógica temporal dos dois ciclos descritos anteriormente. Durante o dia de uma mulher marisqueira ou pescadora ela tem de se dividir em diversas tarefas. O tempo da mulher é dividido entre os trabalhos domésticos ao acordar, o trabalho no mangue e a volta pra casa onde trabalho laboral e trabalho reprodutivo se juntam. A ordem das tarefas não segue um cronograma pré-estabelecido, mas é determinada pela necessidade de se ir para o mangue ou não. E é apenas o orçamento familiar é

que vai dizer se a mulher vai para a labuta ou não. Por exemplo, o horário da maré baixa é que condiciona a hora em que mulher deve acordar, ou dormir, fazer o café, preparar almoço entre outras tarefas domésticas. Como o ritmo das marés variam diariamente essa variação determina boa parte da agenda diária dessas pessoas. Então nesse caso, a ordem dos fatores altera o produto. A ordem da maré altera a ordem em que a mulher executa as tarefas. Em relação ao tempo, Woortmann também estudou numa comunidade de pescadores, como cada sexo ou cada gênero se apropria dessa categoria de forma diferente. Segundo ela,

esse tempo é o tempo pensado pelas mulheres, o que significa que podem existir nessas comunidades distintas temporalidades pensadas, de homens e de mulheres. Assim, a construção do tempo é também a construção do gênero, pois ele é percebido através de experiências que são específicas a cada gênero, em espaços que lhes são também específicos. Se o tempo e o espaço são categorias universais do pensamento, são também categorias pensadas culturalmente; cada sociedade os pensa à sua maneira, segundo sua cultura e sua história particulares (WOORTMANN, 1992, p. 25).

As mulheres e homens de comunidades de pescadores estão sujeitos as sazonalidades da natureza. As incertezas laborais por causas das variáveis climáticas se tornam elementos que tanto homens quanto mulheres tem de lidar dia após dia. Esses fatores que criam a incerteza, nociva, diga-se de passagem, são motivos que geram incertezas ao grupo de pescadores, de forma geral, fazendo com que o tempo seja uma categoria muito importante na reprodução social das famílias. Enquanto categoria, o tempo tem significados diferentes e são vivenciados de forma diferente entre homens e mulheres. O tempo é percebido pelas próprias mulheres como sendo um tempo muito próximo das sazonalidades da natureza. Logicamente essa percepção do tempo tem a ver com os ciclos menstruais e com a vida reprodutiva das mulheres que as aproxima muito mais da natureza e das determinações biológicas dos que aos homens. A gravidez e a criação dos filhos limita bastante a vida laboral e concorre para a natureza-“lização” das mulheres. Luzia percebe a menstruação como uma hemorragia que impede ou atrapalha muito as mulheres mensalmente. Segundo ela, “as mulheres são mais frágeis porque existe uma abertura em que o sangue sai de tempos em tempos e sangue é força né? Por isso os homens tem mais força”. Dependendo como se encara essas questões aparece a questão subordinação e inferioridade das mulheres em relação aos

homens. Os estudos sobre Gênero, nascem dentro de um contexto rompimento com as determinações de biológicas que legitimam diferenças sociais e culturais (CASARES, 2006, p. 36) que a noção de sexo masculino e feminino implica num cenário político, social, econômico e acadêmico. A noção de gênero tenta deslocar o foco da desigualdade entre homens e mulheres do campo biológico e chamar atenção para as construções culturais e sociais em torno da diferença sexual. Alguns estudos concluem que essa subordinação do sexo feminino é um fenômeno universal e transcultural, variando em seus aspectos em cada configuração social e cultural específica, como conclui Adriana Piscitelli, “A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função de cada época histórica, e do lugar do mundo que se estude. No entanto ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em cada época histórica em todos períodos históricos conhecidos” (PISCITELLI, 2002, p. 2). No ensaio *está o homem para a mulher assim como a natureza para cultura* (ORTNER, 1979), Sherry B. Ortner analisa o caráter dessa subordinação e tenta mostrar que universalidade dessa afirmação reside no fato da mulher está identificada mais próxima da natureza do que o homem, já que a situação biológica feminina é muito mais visível do que a do homem, como por exemplo a condição de gravidez e menstruação que são períodos em que a mulher é considerada tanto mais frágil quanto mais excluída ou interdita em períodos da sua vida, por sua própria condição de fêmea, expondo assim sua condição mais próxima da natureza do que os homens. Segundo a visão de Ortner, apesar da constatação de que a subordinação feminina é um fenômeno universal e transcultural por conta das afirmações anteriores, o problema é que a biologização dos sexos é transportada para as instituições sociais, culturais e políticas e incorporada assim no dia a dia das pessoas, transformando diferenças biológicas em desvantagens socioeconômico e cultural com ônus para o sexo feminino.

A percepção sobre a mulher mais próxima a natureza acontece em Acaú como pudemos constatar a partir das falas dos nossos personagens. O enquadramento da sexualidade, da biologia e até mesmo da cultura em que as mulheres estão inseridas estão, claramente, incluídas nessa lógica. De fato, até os folhetos, panfletos e outros materiais escritos por parte das próprias entidades da sociedade civil que representam as mulheres, marisqueiras, ou seja, são espaços dominados pelas mulheres marisqueiras e pescadoras de Acaú e de outras regiões

do Nordeste, como por exemplo a articulação nacional das pescadoras com o apoio da comissão pastoral dos pescadores, legitima essa visão da mulher próxima a natureza. O exemplo disso é o material distribuído para as mulheres sobre seus direitos na pesca. Esse material está todo voltado para informar às mulheres pescadoras e marisqueiras quais são os direitos previdenciários e trabalhistas que, agora, elas tem acesso garantido pela carteira de pesca profissional do Ministério da pesca. O folheto com quinze páginas se refere a saúde das mulheres e doenças sexualmente transmissíveis até a página onze, apenas nas três últimas páginas que são é que são abordados temas referente aos direitos delas. Ou seja, 73% do material destina as mulheres pelas próprias entidades das mulheres tratam de temas relacionados a saúde feminina enquanto os outros 27% se referem a temas específicos da pesca relacionados com a mulher trabalhadora da pesca em questão como sugere a página três do folheto abaixo.

**A** mulher possui fases bastante claras e definidas. Todo mês menstrua, senão estiver grávida ou tiver problemas orgânicos.

### Mas, o que fazer quando a menstruação chegar? (1)

#### “Tenho fases como a lua” (Cecília Meireles)

A menstruação é algo natural, acontece no corpo da mulher todo mês e ela não precisa deixar de fazer coisas que gosta, por exemplo: andar de bicicleta, subir em árvores, ir à praia, tomar banho, transar, e outras coisas. Mas é bom se ligar para não engravidar ou contrair alguma doença, caso transe sem preservativo!



Algumas mulheres sentem cólicas. Aí vão umas dicas para ajudar: praticar exercícios; deitar e colocar as pernas para cima; bolsa de água quente na barriga e etc. É necessário usar um absorvente, que pode ser interno ou externo, e trocá-lo dependendo do fluxo.

Cada mulher tem um ciclo que pode ser regular ou irregular. Geralmente, o ciclo é de 28 dias, mas pode ser mais curto ou mais longo. É importante conhecer e acompanhar o ciclo menstrual!

**Assim que menstruar, é importante ir ao ginecologista para conversar mais sobre o assunto.**

### O que são Direitos Sexuais? (1)

É o direito à liberdade de escolha, que todas/os devem ter, para viver o livre exercício de sua sexualidade, de maneira prazerosa, com acesso seguro à informação, educação e atendimento digno.

### O que são Direitos Reprodutivos? (1)

São direitos que mulheres e homens têm para escolher e decidir se querem ou não ter filhos, quando tê-los e como tê-los. Sem sofrer qualquer tipo de discriminação e/ou violência ante sua decisão.

### O que são Métodos Contraceptivos? (1)

São métodos utilizados para prevenir a gravidez. Geralmente, cabe à mulher a responsabilidade de evitar filhos, pois a maioria dos métodos são direcionados para o uso feminino.

03

FIGURA 01 - Diretrizes de saúde.

FONTE: Articulação das mulheres e Comissão pastoral dos pescadores

O material de articulação das pescadoras faz até uma analogia da mulher com as fases da lua. Nas páginas que se seguem os assuntos são: DST's, planejamento familiar, gravidez e maternidade e, apenas na décima segunda página

que começa a tratar dos assuntos propriamente relacionados aos direitos das mulheres trabalhadoras da pesca conforme ilustração abaixo.

 gora vamos refletir um pouco sobre a profissão. "Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher".

**Quem é considerada pescadora?**

Pescadora é toda mulher que realiza a atividade de captura de peixe, siris, marisco, ostra, sururu, lagosta, camarão, caranguejo e outros.

Podendo ser coletiva, individual ou em regime de economia familiar. É também a mulher que ajuda o marido na pesca, beneficia o pescado, comercializa a produção e confecciona apetrechos de pesca, que é a atividade realizada em regime de economia familiar.



Muitas mulheres contam que acordam bem cedo, fazem o café do marido e dos filhos e saem para a maré ou para o rio para catar marisco, sururu, unha de velho e outras coisas para ajudar dentro de casa, a atividade de pesca só realizam nas horas vagas.

Na verdade ela realiza duas jornadas de trabalho uma que é dentro de casa e a outra na maré ou no rio.

Temos que nos valorizar como trabalhadoras da pesca, pois geramos renda para a casa, comunidade e para o país.

**Perguntas para refletir sobre o trabalho**

1. O que eu faço todos os dias?
2. O que eu peço?
3. Qual a quantidade que peço?
4. Quais as minhas dificuldades e despesas para pescar?
5. Por quanto vendo?

12

FIGURA02 - Quem é pescadora?

FONTE: Articulação das mulheres e Comissão pastoral dos pescadores.

 **Salário maternidade** - direito da pescadora, que contribui com INSS, de receber um salário mínimo por mês, durante os quatro meses em que ficar afastada da pesca, por dar a luz a uma criança.

**Salário maternidade para mãe adotiva** - a pescadora que adotar ou receber a guarda judicial de uma criança também tem direito ao salário maternidade, de acordo com a idade da criança:

- até um ano de idade, quatro meses de salário maternidade;
- a partir de um até os quatro anos, o salário será pago durante dois meses;
- entre quatro e oito anos de idade, recebe apenas um mês.

**Pensão por morte** - é pago aos dependentes quando o segurado(a) falecer, em virtude do trabalho ou atividade natural.

**Atenção!**

Existe um documento chamado RGP (Registro Geral de Pesca), ou a carteirinha de pescadora, feita pela SEAP-PR (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca Presidência da República). A 1ª via ou a renovação são gratuitas! Para solicitar essa carteirinha não é necessário ser associado à Colônia ou a Associação.

**E quais os deveres?**

- Contribuir com a taxa do INSS;
- Participar das Assembléias na organização de classe em que é associada.

**Perguntas para refletir sobre o trabalho**

1. Quais as maiores dúvidas que tenho sobre direitos e deveres? Quem pode responder?

**A luta continua!**

Ainda é preciso travar lutas e buscar conquistas para melhorar a qualidade de vida, não só das pescadoras, mas das outras mulheres, das comunidades, cidades e estados do Brasil!

14

FIGURA 03 - Direitos e deveres sociais e trabalhistas.

FONTE: Articulação das mulheres e Comissão pastoral dos pescadores .

A organização, a divisão e a apropriação do tempo das mulheres em Acaú também segue uma lógica que legitima as mulheres enquanto gestoras de sua natureza, mas da cultura que legitima e acaba subordinando-as. O tempo feminino

das mulheres marisqueiras de Acaú e da foz do rio Goiana está distribuído em diferentes atividades. É um tempo super-fragmentado e super-compartimentado em que prevalece a sobreposição de trabalhos e tarefas. Essa sobreposição de tarefas tem a ver com os trabalhos de produtivos e reprodutivos que competem apenas as mulheres. De um lado os trabalhos domésticos e por outro os trabalhos na pesca. Dentro de casa, a estruturação da conjugalidade numa família de uma comunidade pesqueira sofre poucas mudanças em relação, por exemplo, ao modelo urbano ou modelo de classe média das cidades. Na casa de uma marisqueira e de um pescador, as bases morais, culturais e sociais da família comum estão estruturados tradicionalmente. Os papéis sexuais tradicionais do homem enquanto pai e provedor mor e da mulher enquanto mãe e responsável pelos filhos.

Os fatores que mais contribuem para a fragmentação do tempo feminino em Acaú tem a ver com o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico e o ciclo biológico e reprodutivo da mulher, gravidez, menstruação e resguardo após parto. O homem está de fora dessas variáveis. À mulher fica o peso de toda a família. A dupla ou tripla jornada. O início de tudo se inicia com o namoro que implica, quase sempre, na gravidez-casamento. O casamento é o início de uma fase nova tanto pro homem quanto pra mulher. Pras mulheres o peso é maior devido a gravidez que a elimina da pesca e do marisco até quando durar o resguardo. Em contraposição a isso entra em cena a categoria “obrigação” que é o argumento socialmente difundido em relação ao homem que “assume” uma mulher tomando-a por companheira e tendo um filho pra criar. A Obrigação é o peso que o homem carrega por “virar” homem. É uma categoria que chega depois do rito de passagem “assumir”. Ao assumir uma mulher o homem automaticamente passa a ter obrigação de sustentá-la. É marca dos homens.

Dependendo da situação familiar o período de resguardo e afastamento por causa da gravidez é encurtado em nome da sobrevivência da família. Ou seja, quando o marido não é capaz de fazer a provisão familiar, porque a pesca é imprevisível, a mulher entre em cena “pra dá uma força”. O tempo da mulher nesse caso é um tempo que não é seu. Varia em função de algo. Varia por causa dos filhos, varia por causa de seu corpo, varia em função do marido. É o tempo do seu corpo, da sua prole e do seu marido. São fragmentos de tempo em que ela tem de organizar segundo muitas coisas.

No capítulo primeiro vimos que alguns autores dizem que a identidade de pescador é uma identidade masculina. A identidade masculina é a identidade total ou global, enquanto a feminina é englobada pelo homem. Os tempos dos homens também são tempos totais, enquanto os tempos femininos são tempos fragmentados. Também são tempos individuais quando estão fora da pesca em momentos de descanso. Os homens têm, disponível pra si próprio, nos momentos de lazer, todo tempo que queiram pra ficar fora de casa com os amigos, bebendo, jogando bola, jogando dominó, cartas ou então jogando conversa fora. Esses espaços de lazer, são o bar, a colônia de pescadores, a praça, a praia ou o rio, em que eles dispõem com exclusividade de gênero, enquanto não estão trabalhando. Nesses espaços, a presença de mulheres não é comum ou então inaceitável pra uma mulher “direita” já que uma mulher casada não teria nada o que fazer nesses lugares masculinos. Presenciei uma mulher indo atrás de seu marido pra chamá-lo nesse espaço, e fiquei sabendo depois que eles brigaram feio, chegando a agressão mútua, porque o marido não aceitou a presença da sua mulher num espaço cheio de homens. Ela descumpriu um protocolo inter-gênero implícito gerando um problema familiar. Pra cumprir o protocolo ela teria que mandar um filho ou outra criança dizer ao homem que ela queria falar com ele.

A disponibilidade para o lazer e para se apropriar de vários espaços enquanto está fora do trabalho contrasta com as múltiplas tarefas da mulher com os filhos, com a casa e com a pesca. Os espaços de lazer feminino se dão próximo a casa, geralmente com as vizinhas no fim da tarde quando as conversas sobre “a rotina diária” se dão sob a proximidade da casa e do espaço privado. As igrejas assumem um papel de sociabilidade feminina também já que sob a égide da espiritualidade as mulheres utilizam estes espaços como espaços legitimados por todas como sendo espaços aceitos às mulheres direitas já que estariam elas sob os olhos de Deus. Outro espaço de sociabilidade aceito por todos em Acaú é a Associação das Marisqueiras junto com as atividades disponibilizadas pela entidade, como oficinas, reuniões, festas e data comemorativa das associadas. A associação não é um espaço que as mulheres vão pra se encontrar e conversar aproveitando o tempo livre. É um lugar que só se legitima como sendo um espaço feminino se a mulher “tiver o que fazer” por lá já que o tempo desperdiçado poderia ser utilizado nos afazeres domésticos. Fica claro que a disponibilidade do tempo do homem é tanto

maior quanto a doação do tempo de sua companheira nas várias tarefas laborais e reprodutivas ao longo do dia. Não estou afirmando que o homem se esquivava de obrigações para ficar sempre disponível para o lazer. A dinâmica dos afazeres do homem e a estrutura das relações de gênero, e dos papéis sexuais fazem com que a divisão dos tempos se desenvolva desse jeito.

A disposição dos corpos para o trabalho é outro capítulo nessa diferenciação sexual. Posso afirmar que o homem dispõe de seu corpo para o trabalho e para o lazer, tantas vezes quanto for a sua vontade. Mas a mulher não dispõe do seu corpo em qualquer tempo. O corpo da mulher é um corpo disponível apenas por um período de tempo. O que quero dizer com isso? Que as mulheres não dispõem de seus corpos de forma igual aos homens? A resposta nesse sentido vai ser sempre positiva. Nesse sentido os ciclos menstruais e reprodutivos fazem com que as mulheres se tornem indisponíveis por períodos distintos, de tempos em tempos. Já foi visto no capítulo 1 que em comunidades de pescadores existem os tabus sexuais ligados ao gênero feminino fazendo com que as representações sobre seus corpos e sexualidades justifiquem o seu afastamento dos espaços produtivos como os rios, mangues e croas, por causa da contaminação do sangue menstrual, pós-parto e pela sua própria condição de mulher que traria má sorte, azar ou panema dependendo da região. Não encontrei uma nomenclatura própria para essa condição de azar que a mulher enseja dentro da pesca nas comunidades de Acaú, carne de vaca, Goiana, e São Lourenço, nem tampouco rituais de purificação ou de evitação. Nesse sentido, isso revela uma desmistificação desses tabus nesses locais apesar de em alguns momentos algumas pessoas se referirem a essas coisas como superstições antigas. Perguntada sobre isso Luzia me explicou que essas coisas são “coisas de antigamente”. Nas suas próprias palavras:

*Essas coisas são coisas de antigamente quando o pessoal era mais ignorante. Hoje em dia tá tudo mais moderno não tem disso não (LUZIA, marisqueira e pescadora).*

Em relação ao seu depoimento, Luzia afirma não existir mais essas superstições. Duas coisas têm de ser ditas. A primeira é que com a expansão das telecomunicações, a chegada da informação se dá de forma rápida e direta. Qualquer programa da tarde, documentários, palestras e cursos diminuem a

importância das pequenas superstições ou tabus ligados a biologia da mulher fazendo com que sejam jogado por terra a partir da ciência em geral, da medicina e biologia esses pequenos entraves a vida laboral plena as marisqueiras e pescadoras da região da foz do rio Goiana. É como se o mito tivesse perdido a função por causa da modernidade. A segunda é que a condição de evangélica de Luzia faz com os discursos desprezem superstições em nome de um Deus todo poderoso, racionalizaste e moderno. Então, nesse sentido as superstições são fenômenos que não levam a nada, e se não levam a nada, atrapalham, e se atrapalham não são coisas de Deus. As religiões pentecostais estão muito presentes na vida das comunidades. Percebo, cada vez que apareço numa comunidade dessas, que um novo convertido se faz presente. A presença de um tipo específico de crença religiosa ajuda a diminuir a força dos tabus sexuais ligados à figura da mulher pescadora e marisqueira. Esse é um fenômeno com repercussão grande na vida e atitude das pessoas, principalmente das mulheres em relação a atitude pro trabalho. Comprova-se que os fundamentos religiosos do ascetismo laico estudados por Weber, na Europa, nas diversas correntes protestantes chegaram em Acaú e região com força. Esse movimento concorre para o “desencantamento” do mundo mediante a diminuição de instituições mágicas, como são as superstições. Nos discursos de Luzia ficam implícitos os discursos religiosos da teologia da propriedade que implica direto no mundo do trabalho da mulher. As mulheres agora podem trabalhar menstruadas, isso não é impedimento desde que elas não estejam indispostas fisicamente por essa condição. Luzia diz o seguinte: “Em relação a menstruação as mulheres são abertas, tem uma fenda que os homens não tem, Diego. Tem hemorragia se elas fazerem força, por isso que não vão ao mangue.”

A percepção de Luzia sobre a menstruação, e a condição para trabalhar fala em aspectos médicos e de saúde e não mais em tabus ou evitamentos. Essa afirmação mostra que esses tabus sobre menstruação estão “menos acesos”, ou perdendo força. Na mesma conversa com Luzia sobre esses assuntos de tabus e evitamentos fiz uma entrevista gravada com o seu marido. Foi interessante poder visualizar as duas percepções distintas até porque elas revelam as posições de homem e mulher, de marido e esposa sobre. O marido de Luzia, Severino, dizia que as mulheres hoje em dia estão conquistando coisas que antigamente não tinham, a exemplo direitos sociais, políticos e previdenciários. A reboque disso as práticas

femininas estão mudando também. O discurso da modernidade é sempre recorrente para explicar possíveis mudanças em relação ao passado de superstições.

*Hoje não tem isso de mulher não pode faz isso, não faz aquilo. As mulheres hoje em dia estão com mais direitos que antes, até elas pode se cadastrar na colônia e se aposentar, tem associação [...] Hoje ta tudo mais moderno, né? Antes o dever da mulher era com a casa e com o filho e nada mais.(SEVERINO, pescador e marido de Luzia)*

Se os mitos, ritos e superstições se mantêm, pelos menos se mantêm mudando as causas do mesmo. Se antes era por alguma razão relacionado ao azar, agora se justifica por razões médicas. É fato que tanto homens como mulheres de Acaú não vêem mais as mulheres como fatores de contaminação ou evitação no sentido produtivo e laboral já que esses tabus se relacionavam a contaminação do homem. Como as mulheres se tornaram também provedoras, pois estão assumindo postura de mantenedoras, e não apenas, complementadoras de renda, os discursos de impedimento e contaminação se tornam obstáculos a reprodução social da família e por consequência do grupo. Percebi que existe muito humor quando tocamos nesses assuntos, principalmente por parte dos homens que sempre levam em tom jocoso.

De fato muito se tem pra contar sobre esses tabus relacionados as mulheres não só em comunidades de pescadores mas também agricultores, quilombolas e até mesmo nas áreas urbanas das cidades. As muitas etnografias produzidas por vários autores ao longo dos anos até os dias de hoje sugerem que esses fenômenos são transculturais.

## GÊNERO E POLÍTICA NA FOZ DO RIO GOIANA

*Quem começou essa história foram as mulheres mesmo, e pronto. E não tem quem diga o contrário (Dona Marinalva).*

É chegado o momento de falarmos no universo político das comunidades da foz do rio Goiana, em especial a comunidade de Acaú, com a qual estou mais familiarizado e é meu ponto de partida para outras comunidades que fazem parte da RESEX marinha Acaú-Goiana. Neste capítulo procurarei demonstrar que as mulheres tiveram papel importante nos rumos políticos-institucionais da comunidade muitas vezes rivalizando e discordando dos homens em relação a esses mesmos rumos. Muito da discordância entre homens e mulheres girou em torno dos debates e discussões a respeito da unidade de conservação nos moldes de uma reserva extrativista marinha (RESEX), que foi criada a partir de muita luta, captaneada principalmente pelo grupo das mulheres marisqueiras.

Ficará claro também que muito dos temas, fatos e falas que surgiram terão um enfoque relacionado às questões ambientais. Procuo deixar o meio ambiente enquanto categoria analítica e jurídica um pouco de lado, mas ele inevitavelmente surgirá como um ator e uma categoria importante já que foram as preocupações relacionadas ao mesmo iniciou-se todo o processo políticos internos na região de Acaú-Goiana que culminam com a intensa participação das mulheres. Além disso, o meio ambiente enquanto “ator” é usado muitas vezes como justificativa para ações e orientações de diversos tipos. O meio ambiente como uma categoria alienígena surge de forma repentina na vida de muitas pessoas e, toma de assalto a comunidade que assiste assustada debates sobre os rumos comunitários.

Nesta dissertação a categoria RESEX não ocupa um lugar de destaque em si, a não ser como um veículo que amplificou discussões e reivindicações das comunidades pela criação de algo que as ajudasse de alguma forma a partir de uma demanda claramente puxada pelas mulheres locais. Na verdade, as comunidades não estavam lutando por uma unidade de conservação nesse tipo ou daquele jeito. Elas queriam “algo” que ajudasse a preservação dos mariscos que estavam “se acabando” nas palavras de “Dona Marinalva.” Se essa ajuda viria revestida de um

projeto ou outra categoria isso pouco importava. Essas coisas vieram um pouco de cima, mas sem serem impostas. A partir de debates, oficinas, conversas, visitas, telefonemas, projetos que vinham e voltavam como o movimento das marés, as pessoas das várias comunidades envolvidas com a mariscagem, principalmente as de Acaú se viram às voltas com a possibilidade de serem agraciadas com uma unidade de conservação nos moldes de uma reserva extrativista marinha. Esse processo, claro, levou anos até chegar a um encaminhamento desse tipo. Outra coisa importantíssima a ser dita é que os fatos narrados a seguir são interpretados de forma diferente por grupos diferentes na comunidade, de modo que cada um conte a história a partir da perspectiva em questão. Isso se torna mais verdade a partir de perspectivas de gêneros. Um ditado popular diz que cada ponto de vista é a vista de um ponto. Nesse caso, cada ponto de vista é a vista de um Gênero. Percebi que alguns pontos da história são “manipulados” por homens e mulheres, pescadores e marisqueiras de modo que algumas vezes a Colônia e Associação das Marisqueiras se coloquem em lados opostos. Isso se torna mais claro quando percebemos a disputa por recursos entre as entidades, principalmente do governo federal, através de inúmeros projetos atualmente existentes. Um exemplo típico foi a disputa por um tele centro entre colônia e Associação das marisqueiras que brigaram para a instalação em suas sedes dos computadores. As mulheres levaram a melhor. Nas palavras de Luzia:

*O tele centro tava pra vir pra colônia, mas daí eu briguei, liguei pro pessoal daqui da Paraíba, da SEAP e depois pro pessoal do ministério das telecomunicações lá em Brasília. E aí eles disseram pro pessoal daqui da Paraíba dar pra gente, aí gente ganhou os computadores (LUZIA).*

Pela impossibilidade da neutralidade e, portanto, longe de ser um observador privilegiado, eu mesmo tenho minhas interpretações dos fatos que presenciei a partir de 2006, ainda como aluno da graduação, e como ator disso tudo no decorrer desses últimos quatro anos convivência com a comunidade. Pesquisar sobre o passado da comunidade e o início das questões ligadas a RESEX se mostrou um caminho com várias bifurcações durante o trajeto que me confundiu algumas vezes já que as várias histórias sobre a mesma coisa pareciam não ter um ponto de convergência que me garantisse certeza de alguma coisa. Mas já que o passado é

um país estrangeiro, e que cabe ao antropólogo estudá-lo (SAHLINS, 2004), aos pouquinhos fui me familiarizando com as pessoas, com as entidades compostas por essas pessoas, com as perspectivas de cada entidade e o que isso implicava no jogo político<sup>4</sup> interpessoal, local e regional.



**FOTO05** - Reunião com representantes de todas as comunidades, WFT, Cpp, e Prefeitura de Goiana, na sede da colônia de pescadores de Goiana Para discutir as demandas de cada entidade para encaminhamento ao ICMBio.

**FONTE:** Diego Rocha, 2009.

Tive minha participação histórica como pesquisador dentro do Estado, a partir da Academia, de uma órgão da fiscalização (IBAMA) e uma autarquia federal responsável pela gestão das unidades de Conservação (ICMBio), como consultor. Mas também passei um tempo nessas comunidades sem vínculo nenhum com o Estado, mas como membro de um grupo de pessoas que torceram pra que tudo isso acontecesse porque julgávamos que aquilo que viria a reboque disso tudo seria melhor para a comunidade. Muito do meu olhar segue numa perspectiva de

---

<sup>4</sup> Ao se referir ao termo político falo no sentido amplo sem me referir apenas a política partidária, mas sim nas perspectivas políticas que cada entidade assume na defesa de seus interesses.

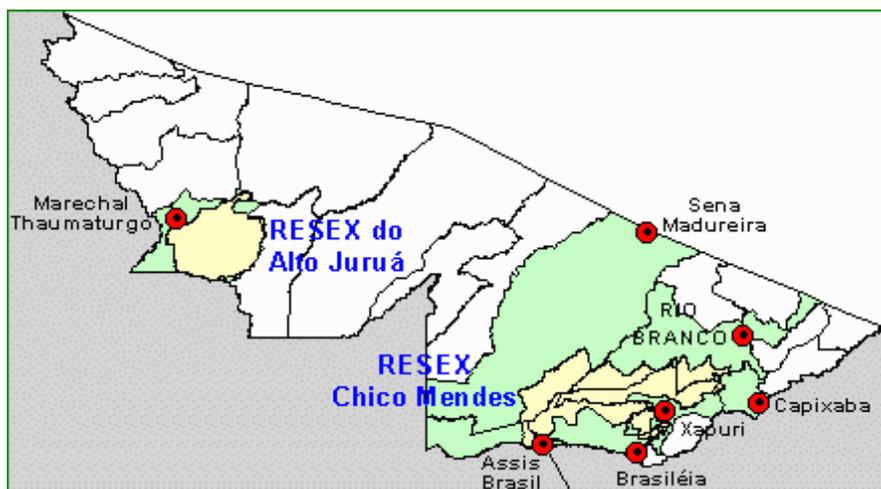
pesquisador da Academia com método, técnicas e teorias ligadas notadamente a postura antropológica, tentado sempre adotar um postura de um Sociólogo/Antropólogo que estuda questões ligadas a pesca de forma cidadã. Um antropólogo cidadão na perspectiva de Peirano (1992). Muita de nossa torcida estava do lado das mulheres marisqueiras em contraposição a muita gente da comunidade que era contra a criação da reserva por medo de perder terras, espaço político ou porque achavam que uma RESEX prejudicaria a pesca de lagosta de Acaú, uma das mais rentáveis do país. Todos os argumentos eram legítimos, uns com fundamentos outros não. Tudo isso podia ser resumido numa palavra, conflito. Entre grupos, entidades civis, agências governamentais das três esferas e que aos meus olhos se resumiam entre um pequeno conflito de gênero mal resolvido entre pescadores e marisqueiras, entre marisqueiras de um lugar com outras de outro lugar, por causa da proteção aos bancos de mariscos. Na verdade existia uma série de outras questões mais complexas por trás que serão explicadas ao longo do terceiro capítulo.

Como espectador, acompanhei todas as perspectivas desde 2006 quando coloquei os pés pela primeira vez na comunidade. E desde aquela época percebo essas nuances políticas entre os homens e as mulheres e que os discursos mudam com o tempo, se entrelaçam e se separam, ora em lados opostos, ora no mesmo lado. Agentes públicos e privados dos dois estados, Paraíba e Pernambuco como universidades, órgãos ambientais, prefeituras, pesquisadores, ONG's e empresas se fazem presentes na área de modo a tentarem exercer cada qual sua influencia dentro do objetivo de cada um gerando uma dialética com as comunidades ricas, complexa e confusa. Um exemplo típico é que o mesmo órgão ligado ao governo federal, o IBAMA, operou e opera com práticas, e perspectivas bem distintas dependendo do lado do rio e do Estado em questão. Na Paraíba uma coisa, em Pernambuco outra.

Essas mudanças nas relações de gênero analisadas nos dois capítulos anteriores se dão nesse terreno politico-institucional confuso e cheio de nuances entre homens e mulheres e suas respectivas entidades. Uma preocupação recorrente neste capítulo se dá no sentido de descrever a realidade a partir da minha perspectiva e, transcrever pro texto de forma mais objetiva possível, tentando não distorcer a realidade e enquadrá-la a partir de conceitos e ideias concebidas a priori.

### 3.1 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS: história, conceito e paradoxo

As Reservas Extrativistas foram propostas em reuniões de seringueiros entre 1985 e 1986, como uma solução de reforma agrária que contemplava grandes áreas familiares apropriadas para a extração e coleta, daí o nome de extrativistas, como unidade auto-gestionária, da união, com usufrutos cedidos as pessoas locais que vivem das mais diversas formas utilizando os recursos naturais para sobrevivência e reprodução social do grupo em questão. As primeiras reuniões deram seus primeiros frutos com a criação da Reserva Extrativistas Alto Juruá.



**FIGURA04** - Vista aérea das primeiras Reservas extrativistas.

**FONTE:** ICMBio, DF.

Algumas perspectivas teóricas, ambientais e políticas vêm nas populações locais, pobres e marginalizadas que normalmente habitam florestas tropicais e outros ecossistemas, como o estuarino em Acaú-Goiana, são potencialmente ou mesmo necessariamente predatórios. Essas perspectivas olham para os seres humanos como pragas ou vírus que só tem ações destrutivas em relação ao meio ambiente. A perspectiva mais conhecida desse ponto de vista é apoiada pela argumentação da “tragédia dos comuns” ou “tragédia dos recursos coletivos”, segundo a qual o acesso coletivo aos recursos naturais levaria à inevitável destruição dos bens naturais. Essa discussão é muito conhecida dentro das

questões relativas às pesquisas pesqueiras, já que o debate sobre a gestão dos recursos pesqueiros está diretamente relacionadas com a capacidade de exploração de recursos comuns de forma sustentável, ou seja, uma exploração economicamente viável a longo prazo de forma a garantir que os estoques pesqueiros estejam sempre em níveis aceitáveis. As políticas públicas integradas entre os Ministérios da pesca, do Trabalho e do Meio Ambiente que vêm garantindo e ampliando direitos trabalhistas e sociais, como seguro defeso que é um salário mínimo para todos os pescadores pararem de pescar em épocas específicas do ano para assegurarem a reprodução dos recursos pesqueiros seguem nessa visão de evitar a “tragédia dos comuns”. O marco clássico de dessa perspectiva está baseada no livro de Hardin (1968), “The tragedy of the commons”. É o ápice da visão conservacionista que vê no Homem um ser ruim para natureza. Essa perspectiva foi a força motriz que ajudou a pensar as grandes áreas protegidas. É quando o meio ambiente se torna categoria importante no cenário político mundial. A crítica a essa visão recai sobre o seu esquecimento e o total desprezo aos seres humanos.

O modelo de área protegida de uso indireto em vigor, que não permite moradores mesmo tratando-se de comunidades tradicionais presentes em gerações passadas, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradante e destruidora do mundo natural e selvagem – a *wilderness* norte-americana sem que sejam feitas quaisquer distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.). Assim, todos os modos de vida deverão estar fora das áreas protegidas (ARRUDA e DIEGUES, 2001, p. 15).

Exemplo típico dessa versão conservacionista materializada numa área de proteção é o parque Yellowstone que foi o primeiro parque ou área protegida no mundo (DIEGUES, 2005, p. 10).

Uma perspectiva oposta afirma que os moradores tradicionais de florestas e rios, de lagos e mares, são conservacionistas guiados pela tradição cultural em que o próprio sistema simbólico do grupo concorre para uma simbiose entre homem e natureza. Ou seja, os pescadores, pescadoras, marisqueiras de forma geral possuem uma forma de manejo adequada e sustentável, tendo em vista que eles mesmos são os principais atores responsáveis pela manutenção e manejo já que eles seriam os mais prejudicados caso ocorra um desequilíbrio causado por eles mesmos. Essa perspectiva um tanto quanto simplória e idílica possui um visão

romântica de pescadores e extrativista em geral com forte inspiração russeauniana partindo da imagem do bom selvagem como sendo a regra. As pesquisas sociológicas e antropológicas feitas sobre o imaginário cultural dos grupos que tem na natureza a sua fonte de renda revelam que muitos desses mitos estão associados a interdições a caça, a pesca e a coleta. A análise do sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com ele que agem sobre o meio natural, é reveladora de como o sistema cultural de grupos que tem a natureza uma fonte importante de recursos para a reprodução social de suas famílias e da sua comunidade. É também com essas representações mentais e com o conhecimento empírico acumulado ao longo de séculos que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. Todas as figuras folclóricas brasileiras tem sua relação com o imaginário dos povos das florestas, rios e lagos brasileiros que se encontram repletos de entes mágicos que castigam os que as destroem (caipora/curupira, mãe-da-mata, boitatá), os que maltratam os animais (anhangá), os que matam animais em época de reprodução (tapira), os que pescam mais que o necessário (mãe-d'água). Nos mangues do estuário do rio Goiana os pescadores acrescentam ao imaginário popular, as figuras do pai do mangue e “cumade” florzinha que castigam as pessoas que chamam palavrões dentro da maré fazendo com que o mangue se feche e as pessoas não saibam tomar o caminho de volta ficando perdidos.

Uma terceira proposta entre essas duas posições é a que enfatiza a variabilidade dos sistemas e processos, socioeconômicos e institucionais, e de sua interação com os sistemas naturais. Segundo essa concepção, é preciso avaliar essa diversidade sistêmica e processual em seus efeitos na gestão dos recursos naturais, a partir de casos concretos, antes de afirmar generalidades sobre os sistemas socioambientais. Uma decorrência dessa terceira perspectiva é que, talvez, seja possível que se desenvolvam, sob certas circunstâncias, sistemas sustentáveis de uso coletivo dos recursos. O sonho de uma unidade de conservação sustentavelmente explorada nasce nessa linha. É esta perspectiva que embasa a criação de unidades de conservação nos moldes de reservas extrativistas, que como veremos mais a frente neste capítulo possuem uma visão de exploração e sustentabilidade ao mesmo tempo.

Como neste capítulo tento mostrar as questões e relações de gênero a partir das lutas políticas locais culminaram com a criação de uma unidade de conservação nos moldes de uma reserva extrativista marinha. Descreverei brevemente os contextos históricos, políticos e jurídicos iniciais que desencadearam a criação de unidades de proteção ambiental e suas diferentes formatações.

No Brasil, as questões políticas referentes à criação de áreas de proteção ambiental, aliadas a exploração sustentável dos recursos tem sua marca no início do movimento seringalista Acreano. Estes debates que ocorreram nas décadas de 1970 e 1980 culminaram na criação da primeira reserva extrativista, em 1990, no Alto Juruá no Estado do Acre como fruto de reuniões e debates sobre reforma agrária e também sobre o sistema de exploração da borracha nos moldes dos barracões e patrões que seriam uma forma de exploração do trabalho dos seringueiros num regime de quase semi escravidão (ALMEIDA; FRANCO, 2000).

Os registros históricos mostram uma efervescência política grande no Acre. Mostra também que na década de setenta, o sucessivo declínio do preço da borracha no mercado internacional deixa os seringalistas em estado desumano. Este é um dos principais pontos em torno do qual gravitam os seringueiros. O estado famélico em que se encontram. O Acre, ao longo do século XX, passou de Estado Independente (de 1898 a 1904) a Território Federal (em 1904) e, finalmente, a estado da Federação (em 1962). A situação fundiária resultante deste processo era tão precária que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sugeriu fosse feita legislação específica para o Acre (LOBÃO, 2006).

Entretanto, em algumas áreas do Acre a extração da borracha ainda era uma atividade lucrativa, principalmente porque o Estado garantia o lucro. A produção era obtida por seringueiros moradores de colocações, submetidos a relações rígidas de patrão e fregueses, dependentes dos barracões dos seringalistas, descendentes de imigrantes nordestinos que se instalaram na região no início do século XX, ou durante o esforço da Segunda Guerra Mundial. Já no Vale do Acre, região onde se situa Brasiléia e Xapuri, havia seringueiros libertos, ou seja, que não estavam mais submetidos aos patrões, não se considerando mais cativos (ALLEGRETTI, 2002, p. 9).

A igreja católica se faz presente na região em sua vertente que fez a opção pelos pobres, influenciada pela Teologia da Libertação, e outros movimentos como

as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e o Movimento de Educação de Base (MEB). No Estado Acre, o nascimento de um sindicalismo e movimentos libertários da Igreja fez com que a década de 80 fosse um período de luta e de organização do movimento dos seringueiros do Acre, sendo esse o início de lutas que acabaram por criar e fortalecer a RESEX e depois as RESEX's como uma unidade de conservação com fins de utilização no modelo de desenvolvimento sustentável (LOBÃO, 2006).

Em 1985, cerca de 130 seringueiros reuniram-se em Brasília, constituindo uma diretoria provisória para o que viria a ser o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Em 1986 foi estabelecida a Aliança dos Povos da Floresta, marcada por uma comitiva de índios e seringueiros que se deslocaram até Brasília para reivindicar seus direitos (MENDES, 1989, p. 21). O movimento dos seringueiros do Acre buscou ampliar sua base de ação inclusive pela via parlamentar através da candidatura de Chico Mendes aos cargos políticos na figura de vereador e articulação política com entidades nacionais e internacionais.

O mote para o surgimento de uma unidade de conservação com perspectivas de desenvolvimento sustentável foi a partir do contato e da articulação com os índios, porque foi a partir da comparação das políticas públicas para com este grupo que os seringueiros tiveram a ideia das Reservas Extrativistas num formato de exploração sustentável (LOBÃO, 2006; ALMEIDA e FRANCO, 2000; DIEGUES, 2005). Os seringueiros reivindicavam o estatuto de ex-combatentes, pois, não só era assim que se consideravam como efetivamente haviam sido recrutados no Nordeste como recrutas para a Segunda Guerra Mundial.

O início das lutas foi captaneada como vimos por seringueiros, em um primeiro momento. Depois da apropriação por parte do Estado e das políticas públicas passaram a extrativistas, quando ainda dominavam a interpretação e nomeação do processo e, posteriormente foram oficializados no mundo das regras, leis e regulamentos como “população tradicional”. Nesse momento que se configura o surgimento do Meio Ambiente como uma categoria política na ordem do dia.

Diante da longa trajetória da construção do projeto das Reservas Extrativistas, que passa por uma fase em que a reforma agrária era o principal ponto, até chegar a um modelo com perspectiva de desenvolvimento sustentável, temos que reconhecer que a última mudança foi brusca. Senão vejamos. No decreto que regulamentou as Reservas Extrativistas (Decreto 98.987, de 30 de janeiro de 1990) o grupo local que

poderia explorar os recursos naturais renováveis de uma RESEX ainda era denominado, “população extrativista” (BRASIL, 1990, art. 1º). Em fevereiro de 1992 foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT). O nome do órgão que passou a ser o responsável pela criação, consolidação e desenvolvimento das RESEX, no âmbito do IBAMA, consagrou em sua criação dois conceitos novos no processo: o de “desenvolvimento sustentado” e de “populações tradicionais” (LOBÃO, 2006). Posteriormente, a criação do ICMBio, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, passa a gerir todas as questões referente as RESEX's.

Existe uma dificuldade conceitual grande quando tentamos “visualizar”, teorizar ou até mesmo, enquadrar as populações que vivem nessas áreas. As categorias “tradicional” e “desenvolvimento sustentado” que emergem com todas as questões ligadas ao Meio Ambiente são bem discutíveis, principalmente quando tentam enquadrar tipos e formas de convívio entre o homem e a natureza que se mostram muito diversificada entre si, como por exemplo entre pescadores, seringueiros, índios. Cada uma dessas categorias desenvolve um tipo específico de relação com o meio ambiente de tal forma que o enquadramento limita e empobrece a riqueza de suas culturas materiais e simbólicas. Isso é fato. Em nenhum dos livros, tese e dissertações pesquisados sobre pescadores e populações de áreas de litorâneas ou úmidas, do litoral ao sertão, do Oiapoque ao Chuí, consegui perceber que uma categoria endógena, geralmente, cunhada pelo pessoal da Academia ou de algum órgão do Estado, tem um reconhecimento aceito pelos comunitários. Isso é fato em Arraial do Cabo, em Costinha, em Acaú, em Goiana, em São Lourenço entre todas as comunidades pesquisadas em estudadas. Por exemplo, as categorias caiçaras, tradicionais, artesanais, marisqueiras, pescadoras e “pescadeiras”, entre tantas outras categorias mais conhecidas a respeito dos grupos que vivem da pesca não tem um respaldo das próprias pessoas locais. Às vezes sim, por questões políticas, essas categorias servem como arma no campo político institucional e são levantadas como legitimadoras de Identidades. Rosyan Brito percebeu isso estudando pescadores de Arraial do Cabo no Estado do Rio de Janeiro, que por sinal também é uma Reserva Extrativista Marinha. Citando ela,

Como ocorre com qualquer grupo de produtores, a identidade social que os pescadores assumem não é uma condição ‘dada’ por fatores geográficos, técnico ou econômicos nem, tampouco, corresponde à identificação que

lhes é atribuída pelos sistemas classificatórios fundados em elementos estranhos à sua organização social para definir sua atividade produtiva (BRITO, 1999, p. 44).

Às vezes, essas mesmas categorias que criam identidades, são esquecidas propositalmente, por seus representantes, quando elas, num determinado tipo de cenário político-institucional, dão um sentido de pobreza e marginalidade as suas vidas. É comum, para os pesquisadores que trabalham com questões ligadas a pesca, perceber que quando se fazem reuniões a respeito de recursos de políticas públicas até as pessoas que não são ligados as questões de pesca ou coleta, no caso de Acaú ligados ao extrativismo de forma geral, participarem ou engrossarem o coro a respeito de determinada união. A capacidade de mobilização das pessoas em geral, e das lideranças de forma específica gira em torno de recursos e promessas de projetos ou coisas do tipo. Afinal de contas, ninguém se mobiliza pra não ver resultado. Então existe uma matemática simples. A capacidade de mobilização é proporcional aos recursos ou promessas de recursos para as entidades em questão que representariam o “bem comum” das pessoas. Esse agenciamento e enquadramento das pessoas no sentido de possibilitar melhorias as suas vidas, pelas políticas públicas, principalmente no âmbito do governo federal tem um mesmo sentido de promessas de campanha de candidatos a eleição que aparecem de quatro em quatro anos. Em Acaú temos a colônia de pescadores e a associação das marisqueiras que tem uma representação classista mais capilarizada. O relato de Luzia mostra o momento histórico positivo em relação a pequena valorização que os pescadores e marisqueiras estão passando e como isso ajuda a fortalecer as suas identidades. “Pois é, agora tá vindo muito recurso pro pescador e pra marisqueira, papai Lula tá valorizando um pouquinho a gente. Antes fazia até vergonha você chegar num canto e dizer que é pescador ou pescadera. As mulheres mesmo, tendo profissão e dizia que era ‘dular’. Tem muito dinheiro que pode ‘vim’ pra gente através de projeto. As marisqueiras mesmo já conseguiu um monte de coisa através de projetos” (Luzia, Associação das marisqueiras). O relato mostra que as categorias envolvidas em trabalhos nos mares e rios, estão tendo uma valorização social por parte do governo federal. A criação da Secretaria Estadual de Aquicultura e Pesca (SEAP) e, posteriormente, a sua transformação em Ministério da pesca é um fato que ajuda a explicar, por um lado a valorização social desses

grupos tão esquecidos na história do Brasil por parte do Estado e por outro, nas bases, o movimento de valorização das identidades nas comunidades de pescadores. O exercício pleno dos direitos de cidadania parece estar associado à descoberta de identidades que possam ser agenciadas por instituições e organizações. Estas se associam aos grupos locais e as encaminham na direção de esferas mais amplas. Isso é fato em Acaú, Carne de Vaca, São Lourenço, Caaporã e Goiana, ou seja, nas comunidades do rio Goiana que estão dentro da RESEX marinha Acaú-Goiana. Esse movimento de valorização ajuda no crescimento político local dessas categorias. A prova disso é que o número de colônias e associações de classe dos pescadores e marisqueiras vem tendo um significativo aumento. Apesar desse movimento positivo de valorização dessas categorias, ainda sim elas são categorias de trabalhadores que menos se conhece e as mais marginalizadas. Ou seja, evocar o nome pescador e marisqueiras é lembrar o quão pobre são essas pessoas e o quão desassistidas por políticas oficiais também. Outro indicador, como já explorado nos capítulos anteriores é o pequeno número de pesquisas acadêmicas feitas sobre eles. E as que são feitas, todas elas reiteram o quanto as pessoas que vivem dos produtos do mar são marginalizadas e desassistidas, a ponto de serem invisíveis em determinadas situações. Todo o debate sobre a invisibilidade feminina na pesca reforça estas hipóteses.

Se por um lado os vários tipos enquadramento, legal, político, semântico, identitário são necessários para a criação de uma categoria ou fomento de identidades que demandam ações por parte do Estado, ações essas que tem de cumprir obrigatoriamente o devido processo legal. Ou seja, normas, leis, decretos, instruções normativas passam a reger, de certa forma a dinâmica da criação e funcionamento dessas unidades. Por outro lado, o estranhamento com que as pessoas, pescadores e marisqueiras não se reconhecem nas categorias pelas quais elas acessam ao mundo da cidadania e passam a ser sujeitos ativo de direitos revelam algo desconexo. Lobão percebeu muito bem essa nuances nas suas pesquisas sobre Reservas Extrativistas no Brasil,

Como um híbrido, uma população tradicional deve corresponder a um grupo social concreto, o que corresponde a sua vinculação ao polo da natureza. No pólo da cultura, ela será reconhecida coletivamente a partir de características que não fazem parte das representações que o grupo tinha de si mesmo. O enquadramento se dá em conformidade com a

interpretação do conteúdo das leis, regulamentos e pareceres “científicos” (LOBÃO, 2006, p. 156).

Entram em cena as políticas públicas e “um monte” de “atores” que lutam no campo político institucional pra conquistar a hegemonia e ditar os rumos “das coisas”. As relações entre os atores se constroem sob a égide da tensão permanente. Isso é fato em todas as reservas extrativistas, das antigas às novas. Os conflitos de gênero em Acaú, percebidos pela relação entre Colônia e Associação em pequenas situações confirmam a tese. Os “ciúmes” por recursos e projetos mostram que as articulações políticas têm de fortalecer as entidades na base do quem tem mais pode mais. É claro que essas disputas são tranquilas e, de forma alguma caracterizam o rompimento entre si.

Esses termos ou categorias legais revelam suas limitações no campo da academia, mas são bastante úteis e necessárias a nível de ações de Estado, governos e de políticas públicas que necessitam desse tipo de enquadramento “pra fazer” as coisas andarem. Um exemplo típico do que estou querendo dizer pode ser percebido no dialogo entre mim e uma técnica do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sobre o empobrecimento que estas duas categorias impõem a realidade limitando assim a ação de políticas públicas e órgãos de governo. Querendo argumentar com uma funcionária sobre como a limitações dessas categorias não permitiria atividades mais completas ou ações mais concretas, no plano de ação do ministério, nas figuras do IBAMA e ICMBio, nas comunidades do Estuário do rio Goiana, principalmente Acaú, minha interlocutora disse que todas essas categorias e o que eles precisavam saber estava inscrito na SNUC (LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000) que é o decreto que trata das unidades de conservação e dos sujeitos ativos de direitos definidos pelo decreto e nas instruções normativas do ICMBio. Outro argumento dela dizia era “vocês da universidade divagam muito” isso não é perfeito, mas é a lei, e a lei só reconhece isso. O paradoxo da unidade de conservação se revela na necessidade de normatização das populações que vivem nessas áreas. Se por um lado, a unidade, representa um avanço frente a ameaças ao meio ambiente e a população local, por outro representa o “engessamento” já que o grupo local sofre um tutelamento por parte do Estado. Esse tutelamento, diga-se de passagem, se apresenta num primeiro momento como necessário ao próprio

funcionamento da unidade criada. Num segundo momento ocasiona o que Lobão (2006), chama de economia política do ressentimento caracterizada pelo “aprisionamento” promovida pelo tutelamento. “Sob o domínio desta nova cosmologia eclode uma nova política, a do Ressentimento, uma vez que os grupos locais envolvidos com a política vêem-se alvos de atos de desconsideração de várias ordens” (LOBÃO, 2006, p. 18). As atitudes mais comuns que revelam o aprisionamento são a construção de identidades de fora para dentro, a re-significação de seus lugares como unidades de conservação ou áreas protegidas tendo como bandeira o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Aos fatores negativos que vêm junto com a criação de uma unidade de conservação que tem o seu nascimento uma aura positiva eu os nomeio de paradoxo da criação das unidades de conservação. Quase sempre, a criação de unidades de conservação acontecem numa perspectiva de ajuda aos comunitários, de desenvolvimento aliado a sustentabilidade da natureza e entre outros conceitos que se mostram idílicos já que a prática transforma essa perspectiva em outra. A pretensa ajuda se transforma em normatizações e enquadramentos infundáveis com os quais as pessoas locais não têm nenhuma familiaridade. Esse processo acaba fazendo com que as pessoas se afastem achando tudo isso muito distante de suas realidades cotidianas, se opondo as vezes a tudo que tinham proposto inicialmente.

### 3.2 RESEX EXTRATIVISTAS MARINHAS: O caso Acaú-Goiana

Explicarei um pouco as categorias legais que culminam na criação de unidades de conservação federal e também os diversos modelos até chegarmos ao modelo implantado no Estuário do rio Goiana. Brasil (2000), a lei que rege os pontos referente as unidades é a 9985/2000, regulamentada posteriormente pelo decreto 4340/2002, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza (SNUC).

O art 2º diz que unidade de conservação para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas

jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Ou seja, um espaço delimitado geograficamente, criado pelo governo federal com intuito de conservar a natureza e com usufrutos garantidos a população local. Essa definição é em ampla e mostra como se apresenta o modelo de uma unidade. Ainda dentro do SNUC, no art. 7 temos divisão das unidades de conservação em duas categorias: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável.

O art. 7º do SNUC diz que, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

A RESEX Acaú-Goiana se enquadra nas de uso sustentável. Conforme dispositivo legal seguinte, a RESEX tem de se enquadrar dessa forma:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido as populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta lei e em regulamentação específica sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Essa explicação legal, tendo ainda um forte embasamento nas primeiras RESEX criadas dentro de áreas florestais foi o ponto que atraiu as marisqueiras de Acaú. Luzia e dona Marinalva diziam o seguinte:

*A gente tem que encontrar uma forma de proteger os marisco porque senão ta todo mundo morrendo de fome depois, e a forma que a gente encontrou foi um RESEX como outros companheiros conseguiram aí pelo meio do mundo, como na Bahia e outros cantos(Dona Marinalva e Luzia)*

Elas não sabiam o formato de coisa alguma, elas queriam de fato algum mecanismo legal que protegesse os bancos de marisco e, por conseqüência as marisqueiras. Foi no contato com professores da UFPB que desenvolviam pesquisas na área que surgiu a formatação de uma Reserva Extrativista Marinha nos moldes de outras que haviam sido criadas em comunidades litorâneas brasileiras. Os professores da Universidade deram o apoio e asses oraram as marisqueiras na ideia de tocar pra frente um processo que culminaria na RESEXAcaú-Goiana.

As comunidades descritas e a maioria das falas acontecem dentro dos limites geográficos da RESEX extrativista Acaú-Goiana que a todo tempo serve de pano de fundo para o desenrolar dos fatos. Neste capítulo não falo da unidade como uma categoria em si, mas procuro demonstrar como aconteceram os fatos que culminaram na sua criação. A partir disso procuro enfatizar a importância das mulheres marisqueiras e pescadoras no surgimento da mesma, mostrando assim, que a RESEXAcaú-Goiana possui a marca indelével das mulheres marisqueiras e pescadoras de Acaú e de toda região do estuário do rio Goiana. Os homens não ficam de fora da luta pela implantação, mas algumas vezes se mostram reticentes, em outras ocasiões se abstém das discussões e reuniões.

Para entendermos um pouco sobre as relações políticas entre homens e mulheres nas comunidades da foz do rio Goiana temos que ter em mente que existem entidades de classe que representam seus associados de forma específica quando se tem uma demanda própria ou de forma genérica quando no caso de mulheres que se filiam a colônias de pescadores que geralmente não promovem ações ligadas às questões das mulheres. Essas entidades não fazem acepção por homens ou mulheres, mas naturalmente os homens gravitam em torno das colônias e associações de pescadores e as mulheres em torno da Associação das

marisqueiras. De alguma forma as duas entidades representam tanto homens quanto mulheres, de forma direta, através de associados ou associadas que estão inseridas em uma ou outra entidade e, de forma indireta quando o pescador associado a colônia tem a esposa associada na entidade das marisqueiras ou vice versa. A relação política inter-gênero através das entidades de homens e mulheres é complexa, tênue, interpenetrante e interdependente. Toda essa complexidade fica mais clara quando partimos para a análise da construção da conjugalidade de casais que participam da vida política e atividade comunitária dentro das entidades. As questões para eles também se tornam complexa e até mesmo complicada, e algumas vezes gerando brigas conjugais que marcam a separação temporária do casal.

Fui testemunha da separação de um casal onde a esposa tinha uma atividade militante mais forte do que a do marido, e que em determinadas situações as opiniões políticas de ambos divergiam colocando o casal em conflito perante a comunidade. As divergências dentro do seio conjugal, até não eram tão forte, porque dentro de casa eles se entediavam bem, mas quando eles brigavam em casa as divergências políticas apareciam e as diferenças na construção da relação inter-gênero também. E era nesse momento que o marido tentava enquadrar a esposa num papel de “mulher” dele evocando a chefia da casa e a submissão “natural” da esposa ao homem.

**Pesquisador:** E seu marido diz o que de você ter um monte de atividades, até precisando viajar se ausentado de casa representando a associação das marisqueiras

**Entrevistada:** Meu marido não gosta não. Não é por ciúmes não, é porque ele acha que isso de reunião aqui, viagem ali, palestra acolá não leva a nada. Só faz gastar dinheiro, tudinho [...] Em casa também, acaba que a gente esquece um pouquinho de casa, dos filhos do marido [...] mas é por uma boa causa [...]

**Pesquisador:** Vocês já brigaram por causa da tua militância, de estar ausente de vez em quando?

**Entrevistada:** Não diretamente. Mas uma vez que a gente brigou por causa de outras coisas ele ficou passando isso na cara [...] que eu não tava sendo “boa mulher” que se eu não largasse isso ele ia me deixar. Que eu tava fazendo papel de homem.

Essa entrevista realizada com uma liderança das marisqueiras mostra o quão incomodo é pro marido construir a conjugalidade com a esposa que se ausenta de

vez em quando e que tem um papel de liderança das marisqueiras. A liderança implica em lutar pelas questões específicas das marisqueiras o que necessariamente implica em ausências, expor mais a vida conjugal pra comunidades toda já que a liderança feminina expõe mais, principalmente porque foge do padrão de comportamento estabelecido pra uma mulher local. Quando o padrão de comportamento que uma mulher deve seguir é quebrado, o marido passa a ser questionado sobre muitas coisas. Pode ser alvo de chacotas em mesa de bar, jogando dominó ou baralho. Em seguida transcrevo um trecho de uma entrevista com o marido da entrevistada acima para compararmos como cada uma percebe as coisas diferentes em relação como a atividade da esposa afeta cada um.

Pesquisador: O que você acha da luta da sua mulher?

**Entrevistado:** Acho bom. Pelo menos ta ajudando as outras pessoas [...]

Pesquisador: da muito trabalho hein?

**Entrevistado:** um bocado

Pesquisador: Mas você acha que isso atrapalha alguma coisa a relação de vocês?

**Entrevistado:** Sei lá [...] Às vezes [...] Às vezes ela “esquece” que tem família pra cuidar. Dos filhos e do marido. Fica com esse negócio pra lá e pra cá, às vezes “esquece” do almoço e tal [...]. Eu já disse que ia deixar ela por causa disso [...] esquece a roupa suja [...] como eu já deixei ela uma vez [...] daí e gente tem filho e pensa nos filhos e tal [...]

Pesquisador: Mas ela ta lutando por uma boa causa.

**Entrevistado:** É verdade.

Pesquisador: Esse negócio que mulher não pode tocar na rede quando ta menstruada ou então ir pra maré porque dá azar [...] Como é isso?

**Entrevistado:** Tem isso mais não. As coisas hoje tão tudo moderna. porque quando a mulher ta menstruada ela não vai ao mangue e tal porque ta com hemorragia e se for ao mangue fazer força vai perder mais sangue, tudinho [...] pode pegar uma doença porque a água é suja e fria, por isso ela fica em casa. Por isso que elas não vão. E hoje em dia as mulher tão tudo mais braba, cheia de direito, toda “posuda”, tem mulher que não respeita nem o resguardo mais. No meu tempo a mulher ficava 45 dias sem fazer quase nada, hoje em dia fica no máximo 15 dias.

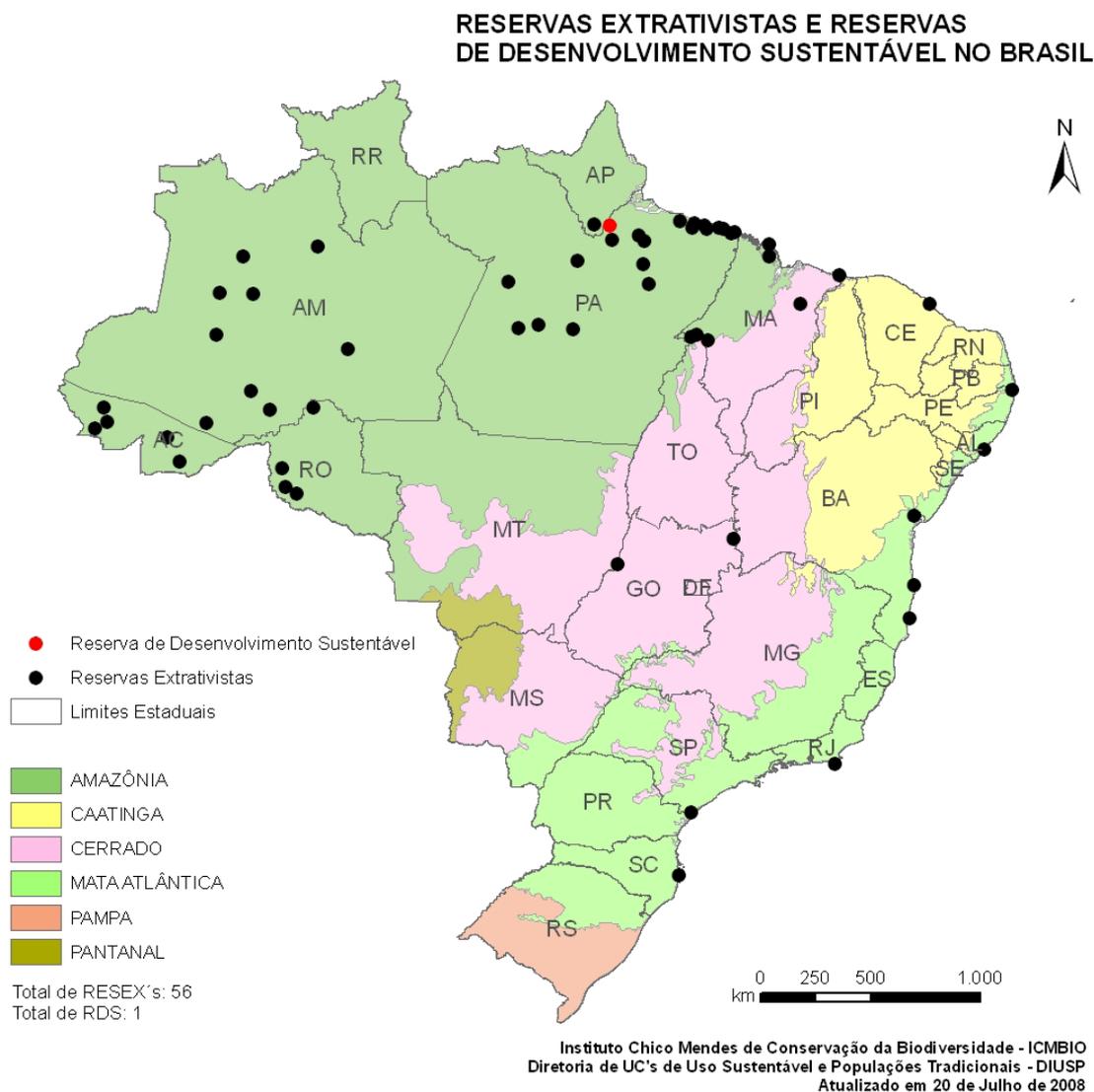
O ponto de partida da “divisão” política inter-gênero local como já foi dito anteriormente foram as reuniões que culminaram de certa forma na demanda por uma unidade de conservação local. Essa divisão política inter-gênero não é um fato fácil de visualizar. Ela de fato não existe de forma ostensiva. Ela se revela de forma muito tênue, como também já expliquei anteriormente. Essa ressalva serve para

deixar claro que se busca aqui na dissertação ser objetivo e fiel aos fatos observados. Existe também a preocupação de não subjugarmos a realidade as hipótese e teses levantadas aqui, mas o contrário. Nos baseamos nos fatos para contestarmos os conceitos e teses fazendo assim com que o conhecimento da realidade seja submetido a crítica reflexiva tão características das Ciências Sociais, principalmente dentro da Sociologia e da Antropologia.

Segundo perspectiva de que as marisqueiras estavam “atentas” e alinhadas com pesquisadores e professores para a proteção dos mariscos através de políticas públicas, elas começaram a se organizar e fundaram a Associação das Marisqueiras pobres de Acaú para representar as associadas ou não, nas questões referentes aos problemas infectados por elas no dia-dia laboral. O auge da articulação das mulheres locais com acadêmicos acontece nesse momento. E é a partir da criação dessa entidade que as mulheres marisqueiras e pescadoras, em geral, de Acaú começam a se inserir nos diversos espaços de diálogos, públicos e privados, referentes aos rumos de sua comunidade. As mulheres se tornam protagonistas de suas ações. Esse momento marca a ascensão das mulheres em relação aos homens que se estão inseridos na colônia de pescadores. Anteriormente, elas se reuniam no prédio da colônia e tinham de pedir permissão todas as vezes que ia se reunir e utilizar o prédio pra alguma atividade. Quando as mulheres ganharam uma sede, elas podiam dizer que realmente tinha uma entidade própria que as representasse de forma direta, sem depender assim da sede da colônia dos pescadores. As colônias de pescadores, de certa forma, representam as mulheres apenas naquelas questões de natureza geral. Essa representação fica muito aquém do que as marisqueiras pretendiam e necessitam a partir desse momento. Enquanto uma entidade de representação direta trata as questões de forma muito mais específica. Para as mulheres existem outras necessidades, principalmente, nas questões ligadas a saúde laboral das marisqueiras que sofrem muitos problemas ginecológicos, por exemplo. Não apenas isso, mas na questão de reconhecimentos dos direitos sociais e trabalhistas é urgente uma representação das próprias mulheres que sentem na pele as dificuldades das jornadas duplas de trabalho.

Então, nessa perspectiva nada mais útil para lutar pelos direitos específicos como uma entidade próprias das mulheres.

Umas das bandeiras mais fortes levantadas pela Associação das Marisqueiras foi a questão da unidade de conservação, nos moldes da RESEX marinha. O SNUC não faz citação direta sobre reserva extrativista marinha, ele cita, de forma geral, as RESEX. Isso se deve ao fato das lutas por unidades federais de protegidas se darem no Acre com um forte embasamento no bioma amazônico. Porém, a ideia de proteção e desenvolvimento ambiental sustentado era tão boa que tão logo consolidada a criação das reservas extrativistas na região amazônica, as ideias de proteção e desenvolvimento sustentável que vinham no rastro das RESEX's migraram para outros biomas como o marinho. Tanto foi assim que mesmo sem previsão legal específica para criação de unidade de conservação nesse tipo de bioma, o marinho, foi criada a Reserva extrativista Marinha de Pirajubé em Santa Catarina no ano de 1992. A partir da criação dessa reserva marinha, outras comunidades entraram em processo de petição para a instauração de unidades nos moldes de Reserva extrativista marinha, a partir, digamos assim do precedente da criada em Santa Catarina. De fato, a partir de Pirajubé em 1992, surgiu em 1997 a RESEX Mar de Arraial do Cabo no Estado do Rio de Janeiro. Sendo o ano de 2000 "boom" da criação de RESEX mar no Brasil, sendo os primeiros anos do século 21, testemunha a criação de 16 RESEX's Marinha ao longo de toda costa brasileira. Atualmente tem-se 56 RESEX e uma RDS totalizando 57 unidades de conservação de uso sustentável conforme prevê a lei 9985/2000 que instituiu o Sistema nacional das unidades de conservação.



**FIGURA 05** -Mapa de RESEX e RDS distribuídas ao longo do território nacional.

**FONTE:** ICMBio, DF.

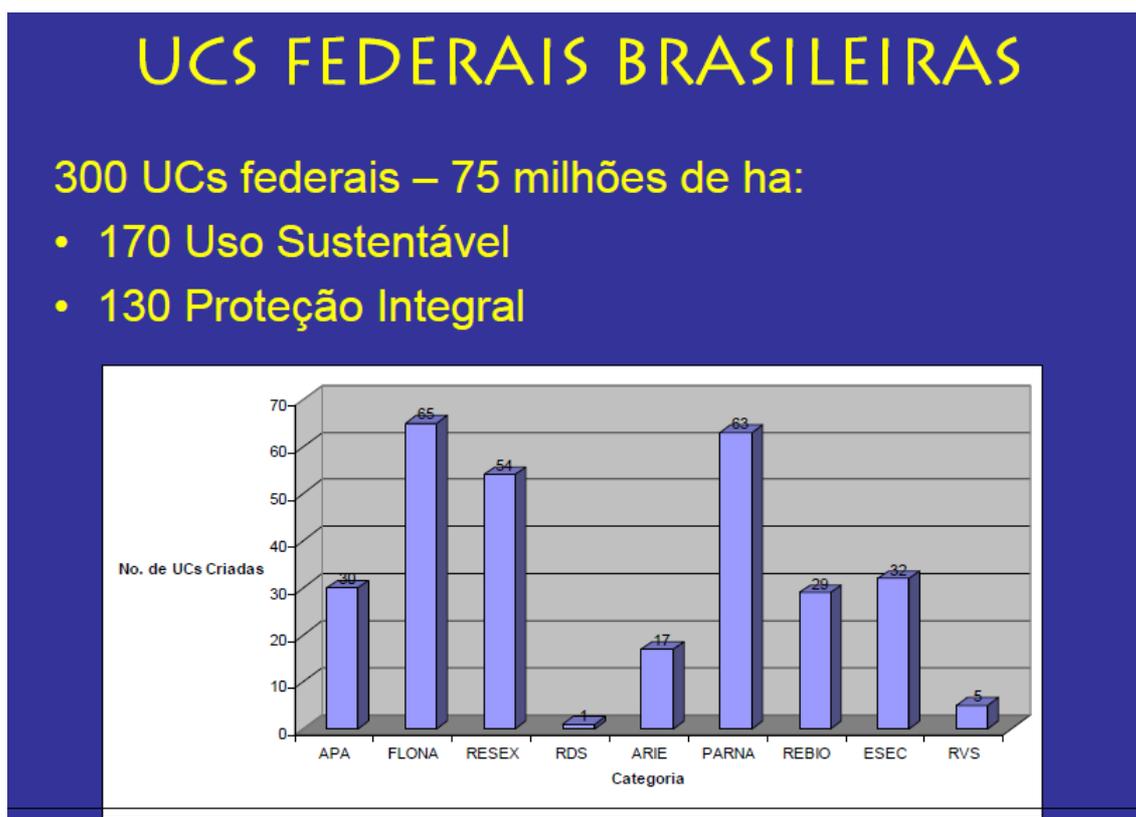
Por trás dessas 16 unidades de conservação existe um grupo de pessoas, pescadores, marisqueiras, dentre outras categorias que lutaram e se inseriram nos espaços políticos, dentro e fora, do Ministério do Meio Ambiente e suas seções responsáveis pelos rumos das unidades de conservação ao longo de 20 anos desde 1990. Dentre algumas dessas comunidades é a de Acaú e as outras da foz do rio Goiana, que fizeram e fazem parte dessa história.

Tanto é assim que assistimos a criação de cerca de 300 unidades federais dentre todas as modalidades previstas no SNUC. O processo de criação de unidades nos moldes de RESEX e RDS começa com a demanda protocolada pela

comunidade em questão junto o ICMBio que é o órgão do MMA responsável pela gestão e criação dessas unidades. Segundo a Instrução Normativa nº 03, de 18 de Setembro de 2007 que regula Normas e procedimentos para a criação de Unidades de Conservação federais das Categorias Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) diz:

Art. 4º A solicitação para a criação de RESEX ou RDS deve ser encaminhada formalmente ao Instituto Chico Mendes por população tradicional ou sua representação.

Parágrafo único. A solicitação da população tradicional pode vir acompanhada de manifestações de apoio de instituições governamentais, não-governamentais, comunidade científica e da sociedade civil organizada.



**FIGURA 06** - Demonstrativo das unidades de conservação distribuídas nos seus diversos formatos.

**FONTE:** ICMBio, DF.

Conforme a instrução normativa percebe-se que a apenas as populações locais, chamadas pela instrução de tradicionais ou alguma representação pode pedir

o início do processo que, diga-se de passagem, é longo e cansativo, pela criação de uma unidade de conservação.

A história de criação da Acaú-Goiana tem na Associação das Marisqueiras a sua entidade representativa que mais lutou e que deu início ao processo junto ao MMA, IBAMA e o CNPT. Como diz Luzia com todo orgulho “foram as marisqueiras que começaram toda essa história, sem a gente esse negocio não tinha ido pra frente não [...]”

O presidente da colônia dos pescadores de Acaú, Custódio, confirma que a demanda pela criação da RESEX partiu das mulheres, assim como todos os homens entrevistados pescadores ou não afirmam esse fato:

*Esse negócio de reserva é coisa de Luzia e Marinalva, junto com esse pessoal da Universidade. A gente lutou e luta pela proteção dos peixes, porque isso é bom pros pescadores e pra família dele que inclui as esposas. A nossa briga pelo seguro-defeso é por causa disso, pra proteger o peixe e os pescadores. Se é bom pros pescadores a gente ajuda, cede a colônia pras reuniões, tudinho [...] mas isso é coisa delas (Custódio, presidente da colônia de pescadores de Acaú).*

O discurso do representante político dos pescadores confirma a tese de que foram as mulheres que iniciaram a luta. Num primeiro momento o reconhecimento é dado apenas as mulheres como um luta individual, sem nenhum crédito a organização política delas. Num segundo momento, a citação do apoio dado as mulheres mostra que o status e reconhecimento delas ganhou importância política, tanto é assim que o empréstimo da sede é citado como um apoio indireto. E todo apoio é sinal de contribuição ao processo. De fato, existiu um pequeno apoio de cunho logístico. As entrevistas realizadas em dois momentos distintos, 2006 e 2009, revelam por exemplo que a postura em relação a percepção oficial dos pescadores mudou. Em 2006 era algo exclusivamente das mulheres, em 2009 passa a ser cogitado um apoio indireto através da logística. O reconhecimento é tão grande, por parte dos homens, que outros dois pescadores entrevistados no decorrer da pesquisa também afirmam que a luta sobre a RESEX é coisa das mulheres.

Pesquisador: E a reserva? Como foi que começou essa história?

**Ninduca:** É a reserva das marisqueiras é?

Pesquisador: Não, a reserva da comunidade, de vocês?

**Ninduca:** Ah, esse negócio aí é coisa de Luzia e Dona Marinalva. Isso é coisa das mulheres. Elas ficam fazendo “bagunça” com esse negócio de proteger os mariscos, vai acabar protegendo os mariscos e desprotegendo o pescador. Mas tão dizendo que vai ser pro bem da gente. Sei não [...] se for pro bem da gente eu apoio geral. Eu e os outros pescadores.

Percebe-se que o crédito por toda essa movimentação é tida pelo entrevistado como algo fruto da ação das mulheres. Outra coisa importante a ser ressaltada é que essa entrevista com o pescador Ninduca foi concedida no meio do ano de 2006 quando ainda se estavam fazendo entrevistas e articulações na comunidade de Acaú para ver a viabilidade da implantação da RESEX que acabaria sendo decretada no ano seguinte.

Outro pescador chamado de Tonhão também enxerga nas mulheres como sendo as principais responsáveis por articularem com as “pessoas de fora” para ajudarem elas a protegerem os mariscos.

Pesquisador: E a reserva, Tonhão?

**Tonhão:** Ah, isso é coisa de Luzia. Das marisqueiras.

Pesquisador: mas e vocês, acham o que disso. São a favor ou são contra?

**Tonhão:** Se trazer algum benefício pra gente, eu e a turma aí ta apoiando. Mas tão dizendo que a gente não vai poder pescar direito. Vai ser tudo fiscalizado por elas por causa do marisco.

A proteção dos mariscos, para os pescadores, era o principal argumento das mulheres e, até para eles mesmos, que justificasse a criação de “alguma coisa” que ajudasse na conservação dos mesmos. O medo de que a RESEX trouxesse um monte de regras e ordenamento na atividade da pesca aparece no discurso dos dois entrevistados como algo que deixa os homens pescadores reticentes em relação a unidade de conservação. Boa parte dos discursos também revelam o desconhecimento sobre o que seria e as implicações de uma unidade de conservação nos rumos da comunidade. A posição dos homens em relação a tudo que estava acontecendo na comunidade era de expectadores frente a movimentação das mulheres que tinham atraído vários órgãos e com eles seus funcionários e pesquisadores. Os carros oficiais que traziam pessoas para reuniões deixavam a comunidade em dúvida sobre o que seria toda aquela movimentação. Com medo até porque, geralmente, os carros oficiais que apareciam, traziam o logotipo do IBAMA que, geralmente não tem boa reputação entre os pescadores.

Muito menos pela fiscalização que o órgão exerce, mas pela truculência com que os pescadores e pescadoras são abordados quando estão na maré exercendo suas atividades laborais, sendo relatado inclusive agressões físicas e abuso de autoridade. O carro oficial trazia medo e gerava desconfiança, mas em compensação as pessoas que se apresentavam tinham discursos e práticas que em tese trariam benefícios para a área. Essas pessoas que chegavam em carros oficiais do IBAMA faziam parte de um grupo dentro do órgão chamado de Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), que administravam as questões relacionadas as demandas por Reservas extrativistas dentro do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente que tiveram que fazer um trabalho de convencimento junto com as pessoas da universidade, professores, pesquisadores e extensionistas para explicar o que seria e quais as implicações que a demanda por uma unidade de conservação geraria de bem para a comunidade de Acaú e a para as outras comunidades do estuário do rio Goiana. Todo esse trabalho acontece de forma mais intensa ao longo de todo o ano de 2006 e no ano de 2007 também quando é decretado a criação de Acaú-Goiana com uma unidade federal.

### 3.3 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ACAÚ-GOIANA

Já foi dito, anteriormente, neste capítulo, que a Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana teve uma importante participação das mulheres marisqueiras. Sendo a luta das mulheres a marca indelével da reserva. Já foi dito também que esta é a única reserva extrativista que se localiza em dois Estados diferentes, Paraíba e Pernambuco sendo uma de suas características que a distingue das demais. Diante desse processo foi falado pouco sobre a luta das comunidades de Pernambuco para se incluírem no processo de proteção que a Acaú-Goiana traria. Mesmo tendo deixado claro que meu ponto de partida e de chegada seria a comunidade de Acaú e as pessoas que gravitam em torno delas. Sejam as pessoas locais, sejam os pesquisadores das universidades, sejam as pessoas que representam o Estado nos seus três níveis, federal, estadual e municipal, na figura das mais variadas instituições como IBAMA, Ministério da pesca, Incra, Instituto Chico Mendes,

prefeituras e suas secretarias, o governo do Estado e suas secretarias. Todas essas representações do estado da Paraíba com as quais estou mais próximo e mais familiarizado.

Fazendo justiça com as pessoas do Estado de Pernambuco que contribuíram para a criação da Acaú-Goiana e todas as instituições do Estado nos seus três níveis, federal, estadual e municipal. Além das organizações da sociedade civil como colônias, associações, fundações e Ong's que também estiveram juntas na defesa dos pescadores, pescadoras, marisqueiras e catadores de caranguejo, entre outras categorias que tem nos rios da região do estuário do rio Goiana o seu espaço laboral e produtivo por excelência. Dentre essas entidades destaca-se a comissão pastoral dos pescadores do nordeste, secção Pernambuco, e fundação Joaquim Nabuco.

O processo de criação da Reserva Acaú-Goiana como já foi dito iniciou-se com a luta das marisqueiras de Acaú na discussão pela proteção dos bancos de mariscos no lado paraibano do rio. No outro lado do rio, em Pernambuco já existia uma discussão pela criação de uma unidade de conservação Estadual de proteção ao canal de Santa Cruz captaneada, principalmente, pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), de Pernambuco já que na Paraíba esta comissão da igreja católica não existe.

A comissão pastoral dos pescadores ocupa posição central nesse universo político que culmina com a criação da Acaú-goiana. A ação principal da CPP está no ato de articular e intercambiar as lideranças dos dois Estados em torno das discussões sobre proteção ambiental na região. Isso permite que as pessoas que representam as suas comunidades tomem conhecimento do que se passa nas outras comunidades. Essa articulação do CPP potencializou as demandas das lideranças em torno das ideias que mais à frente culminaria da criação da unidade de conservação. As lideranças de Acaú na figura das marisqueiras que acreditaram e tomaram a frente nesse processo. Por isso que a minha perspectiva parte da luta das mulheres do Estuário, mas principalmente, de Acaú. Até porque, como veremos mais à frente, os avanços político-institucionais em torno do processo no lado de Paraibano encontraram solo fértil e frutificaram mais rápido que os processos do lado do Estado de Pernambuco. Isso foi outro fator que conferiu às lideranças das marisqueiras ganhasse maior visibilidade e status dentro de todo esse universo de arranjos e negociações. É a partir disso que discutimos um pouco mais sobre o

protagonismo político das mulheres da Reserva Acaú-Goiana e percebemos que a ação das mulheres, nesse caso se sobrepujou a dos homens nesses locais.

Estes momentos de articulação e intercambio acontecessem no final da década de 1990, pelos anos de 1998 e 1999, conforme confirma Luzia e Dona Marinalva, e é a partir dessas reuniões que começam a enquadrar ideias, noções e conceitos definindo e encaminhando a demandas no lado Paraibano do rio Goiana. A proteção dos mariscos e a figura das marisqueiras emergem como pontos pacíficos. E a partir daí a lideranças das mulheres se torna um força incontestável dentro da comunidade e até fora dela. Muito mais fora da comunidade, na verdade, até porque as agências governamentais e da sociedade civil começam a acionar cada vez mais a associação das marisqueiras conferindo-lhes status.

Com os intercâmbios promovidos pela CPP, as lideranças pernambucanas tomam conhecimento do encaminhamento por parte das mulheres marisqueiras de Acaú pela criação de uma reserva extrativista para a área do estuário dos rios Goiana e Megaó decidiram apoiar ao processo que já estava em andamento na Paraíba.

Mas para o pessoal de Pernambuco as discussões mais importantes estavam sendo debatidas no sentido da consolidação de uma unidade e conservação no canal de Santa Cruz. Essa era a luta mais importante para as lideranças de Pernambuco. Até porque essa área estava num processo de degradação mais avançada. As pessoas tinham urgência no encaminhamento desse processo, sem falar que as articulações em torno de uma Reserva na região de Santa Cruz, se dariam a nível estadual, apenas. As discussões em torno do estuário do Goiana Paraíba e Pernambuco, como também o estuário do rio Megaó em Pernambuco. Teriam de ser negociadas com os dois Estados e suas lideranças. Algo um pouco complicado porque discutem fronteiras geopolíticas dos Estados, dos municípios em nome de uma unidade de conservação federal que se inseria nesse lugar tomando espaço e prestígio políticos das lideranças dos Estados em nome do Meio Ambiente, um conceito um tanto abstrato para a maioria das pessoas locais. Essa foi uma das causas que emperrou o processo de criação da unidade já que as negociações com órgãos federais dois não avançavam. Até porque na petição inicial vislumbrando a criação de uma reserva extrativista apenas para Acaú. Após ser protocolado 2002 dentro do IBAMA/PB, no MMA, o processo administrativo tem seu trâmite paralisado,

pois os limites estabelecidos até aquele momento dividiam o estuário ao meio, o que pensando em termos de uma gestão ambiental sustentável seria inviável. Até porque os recursos estuarinos em questão na região da foz “não saberiam” de que lado do rio estariam protegidas.

Esse fato força as lideranças paraibanas, as mulheres marisqueiras, articularem com as lideranças pernambucanas do outro lado do rio uma forma que “fazerem andar” o processo junto ao MMA. A primeira solução encontrada foi ampliar os limites da unidade de proteção para todo o estuário do Rio Goiana Paraíba e Pernambuco e incluir também o estuário do Rio Megaó. De fato essa se torna uma proposta mais viável em torno da construção de uma unidade de proteção, mas torna mais complexo já que a pretensa unidade se colocaria encravada entre dois Estados da Federação o que, provavelmente, geraria um grande problema de gestão e administração em relação aos rumos que os interesses estaduais divergentes pudessem tomar. A segunda solução é a inclusão formal das comunidades pernambucanas no processo que estava sendo conduzido no IBAMA/PB através de abaixo assinado das lideranças de O processo voltou a ser discutido, Carne de Vaca (PE), São Lourenço (PE), Tejucupapo (PE) e Ponta de Pedras (PE). Posteriormente, entram nessa liga de comunidades, as cidades de Caaporã/PB e Goiana/PE já que elas se encontram ao longo do estuário do rio Goiana.

Este momento se dá entre os anos de 2002-2004, podendo ser considerada o momento de virada onde a formatação e os limites da RESEX Acaú-Goiana ganham contornos mais concretos.

A articulação na Paraíba sobre o processo avançou dentro do MMA e o IBAMA/PB discutia uma parceria Universidade Federal da Paraíba para disponibilizar dados socioeconômicos e antropológicos num parecer sobre o encaminhamento das questões referentes a RESEX, se era viável ou não implantação.

No período que corresponde aos anos de 2005 a 2007 o processo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, ganha força. Boa parte da força com que as articulações entre as entidades da sociedade civil das comunidades do estuário do rio Goiana se deve ao bom relacionamento que as pessoas que fazem parte de MMA, UFPB, associação e colônias, desenvolvem no âmbito inter-pessoal. Dessa

forma o diálogo institucional avança de modo a culminar com a criação em 2007 da RESEX.

Os fatos contados possuem uma perspectiva. Essa perspectiva tende a valorizar o trabalho a força política das pessoas que fazem Acaú. Não apenas as pessoas da comunidade, mas todas as outras que de alguma forma vivenciam a realidade, seja através de pesquisas, seja através de um projeto extensionista, ou até mesmo por simpatia pessoal a causa captaneada pelas mulheres de forma clara e objetiva. Existem outras perspectivas e outras formas de contar a história de Acaú-Goiana, mas a minha satisfação está no fato de que qualquer ângulo histórico que seja contado essas coisas, as mulheres marisqueiras de Acaú terão um lugar de destaque nos créditos. O que revela que a minha angular não assume uma visão distorcida e desraigada da realidade.

#### 3.4 A CHEGADA DO ESTRANHO: O pós-2007

O título deste tópico é *sui-generis*. Com ele gostaria de fazer uma dupla referência aos fatos que remetem a estas analogias que foram percebidas durante o processo de acompanhamento dos fatos que se seguiram a criação da reserva desde o ano de 2005 até meados de 2007 quando nasceu legalmente a referida unidade.

O título evoca uma dupla referência no sentido que lembra, primeiramente, o livro do José de Souza Martins quando ele fala na chegada do pesquisador, sua relação com os pesquisados e todas as implicações epistemológicas e metodológicas que decorrem dessa relação pesquisador-pesquisado, objetividade-subjetividade. A ação das pessoas ligadas academia, a ciência, e ao saber teve papel importante no convencimento das pessoas locais que não só acompanharam, mas militaram de forma ferrenha para o desenrolar dos fatos. O outro estranho que chegou junto com a Academia foram as pessoas ligadas ao Meio Ambiente que, em determinados momentos, se sobrepõem em importância às pessoas enquanto categoria analítica que enseja uma ação, no sentido de tutelamento, por parte do Estado dos “usuários” da natureza. A natureza se sobrepõem as pessoas.

Então, percebem-se dois estranhos que surgem repentinamente, mas não sem serem chamados. O primeiro estranho é o desenvolvimento sustentável e o segundo é o Meio Ambiente enquanto “sujeito” passivo de direitos e das ações do Estado. Ambos surgem num contexto de diálogo em que os atores, Estado, academia e comunidades estão em posições distintas e hierárquicas revelando uma assimetria de poder que gerou e gera violências objetivas e simbólicas, referência a Bourdieu, de todos os níveis. Lobão (2006), chama esse contato entre as comunidades, seus saberes, sua lógica e suas demandas com os “outros” saberes, lógicas e práticas da Academia, do Estado e da sociedade “envolvente” no geral, em seus vários níveis, de encontros neocoloniais. Segundo ele, a noção de encontro neocolonial está ancorada em dois conceitos, o de desenvolvimento sustentável e o de meio ambiente, que para Lobão são dois conceitos chaves para a história das reservas extrativistas. E são encontros, antes de mais nada, entre duas lógicas distintas. “Proponho chamar esses momentos de Encontros Neocoloniais e reconhecer neles o choque de duas lógicas: a Lógica do Estado e a Lógica das Sociedades Civas” (LOBÃO, 2006, p. 222). Estes “estranhos” são chamados em socorro e com urgência para “ajudar” a resolver alguns problemas vivenciados pelas comunidades. Em Acaú-Goiana o mote para o chamamento foi a proteção dos mariscos, por demanda das marisqueiras, reunidas em torno da Associação. Agentes externos a comunidade que assessoravam as mulheres nessas questões, primeiramente pessoas ligadas a Academia, principalmente UFPB e UFPE, e num segundo momento pessoas ligadas a agências governamentais como o IBAMA dentro do Ministério do Meio Ambiente, por exemplo. A partir do contato, os encaminhamentos para a resolução de conflitos e consolidação de políticas públicas que tenham o meio ambiente como pano de fundo, e as populações que se servem da natureza para reprodução social no primeiro plano, se tornam o fio condutor das ações de todos envolvidos neste processo. É então, nesse momento, que as categorias, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emergem como ponto de partida para a solução de “muitas coisas”. Como já foi dito, a boa relação interpessoal impulsionou o processo pela demanda da criação da RESEX entre comunidades e agências governamentais. As éticas discursivas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996, p. 200), criadas a partir da relação entre comunitários e os outros atores externos estavam sintonizados, aqui na Paraíba, e permitiram o crescimento

das ações entre os vários atores, entre eles os que mais se destacaram foram IBAMA, UFPB e Associação das marisqueiras. As outras entidades locais fizeram parte dessa articulação, mas como já foi dito anteriormente as mulheres marisqueiras de Acaú tiveram participação fundamental em todo o processo de criação, desde a demanda até a formatação da Área da RESEX. Os outros atores da sociedade civil tiveram participação de forma menos importante como, por exemplo, as colônias de Acaú e Pitimbu.

Decorrido exatamente três anos da criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana pelo decreto pelo decreto S/N de 26 de setembro de 2007, e ainda não conta com os instrumentos de gestão preconizados nas Instruções Normativas do ICMBIO nº 1 e 2 de setembro de 2007, a saber: conselho deliberativo e plano de manejo que seriam seus instrumentos legais mais importantes conforme dispositivo legal já citados acima para a gestão de todas as questões referentes a unidade de conservação. Até agora, o que se tem criado é um Grupo de trabalho que pensa os rumos legais e institucionais que a Acaú-Goiana tanto precisa.

Nesses três anos de criação percebem-se algumas mudanças institucionais no processo de desenvolvimento da unidade. Talvez, a mudança mais importante tenha sido a criação do Instituto Chico Mendes junto ao Ministério do Meio Ambiente para gerir todas as questões referentes às unidades de conservação desvinculando a gestão das mesmas do IBAMA. Esse fato injeta ânimo nas pessoas que estão a frente da organização comunitária de Acaú, principalmente porque o ICMBio nasce sob uma lógica de fortalecimento das unidades de conservação no Brasil. O instituto Chico Mendes tem uma boa relação com as pessoas que estão a frente do processo político comunitário. Em outras palavras, como as instituições são feitas por pessoas reais e, muitas vezes o relacionamento pessoal acelera ou barra o desenvolvimento de processos que culminam em algum tipo de política pública. É significativo para o diálogo que as pessoas de ambos os lados estejam alinhadas e sintonizadas em prol de um suposto bem comum. O antigo Centro nacional das populações tradicionais (CNPT), que, basicamente, se transformou o ICMBio e se emancipou do IBAMA, com as quais, o bom relacionamento inter-pessoal acelerou o processo nas suas várias instâncias aqui na Paraíba. Tanto foi assim que as pessoas das comunidades de Pernambuco e da Comissão pastoral dos pescadores sempre reclamaram que o relacionamento entre eles e as pessoas que “fazem” as

instituições no Estado não eram muitas boas ou “sintonizadas” em seus propósitos finais. Conforme entrevista realizada com a comissão pastoral dos pescadores:

*O pessoal do IBAMA aqui em Pernambuco eram problemáticos, Diego. Sem contar que eles tinham algum interesse pessoal na área. Tem um cara do IBAMA que tem uma pousada na região do canal de Santa Cruz onde a gente queria implantar a RESEX. Eles não tinham interesse nenhum no assunto. Tinha outra mulher, acho que era a responsável pela articulação ou ligação entre a comunidade e o IBAMA que era toda mal educada, chegava atrasada nas reuniões, já vinham com umas propostas prontas, não escutava a gente. Teve um dia que ela chegou gritando toda histérica, porque queria que fosse do jeito dela e tal [...] deu um ataque histérico nela e a partir daí foi o fim [...] ela deixou de lado essas coisas e aí não apareceu mais nem a gente queria também (BIU, Pastoral dos Pescadores Nordeste).*

Essas reclamações confirmam que os sujeitos se relacionam no nível micro e que esse relacionamento passa a ser um fato preponderante de sucesso ou fracasso das ações. Situação análoga estudada por Lobão em relação a outras Reservas Extrativistas Marinhas e florestais. Suas pesquisas confirmaram a importância dessas micro-relações, dessas relações inter-pessoais no aceleração ou retardamento das políticas públicas. Segundo Lobão,

*Se, em uma micro-esfera, nos espaços sociais das relações face a face, os atos de fala sustentam as interações e os conflitos, podemos pensar em uma pragmática dos atos de fala que informam esses conflitos, o consenso e a compreensão. Esta pragmática pode tornar-se uma micro-ética efetiva. Uma ética onde os atores se reconheçam e se considerem sujeitos morais (LOBÃO, 2006, p. 151).*

Lobão, ao estudar o processo político de formação das várias unidades de conservação no Brasil conseguiu identificar que este tipo de relacionamento, inter-pessoal, é importante fator de definição. Porém, ele vê nesse fato uma faca de dois gumes ao perceber que isso gera expectativas nas pessoas e nos grupos que estão na mesa de negociação. Continuando na perspectiva de Lobão,

*Entretanto, ao se mover em direção às esferas oficiais – a esfera meso, por exemplo – esta ética perde sua eficácia e precisa ser substituída por outra. Nos espaços sociais nos quais se dão as relações entre o Estado, mediante suas delegações, institucionalizadas ou não, os indivíduos, organizados ou não, e suas interações estão permeadas por sentidos que não são, necessariamente, partilhados por todos os atores (LOBÃO, 2006, p. 151).*

O exemplo dos casos similares entre as pessoas ou atores, dos vários setores da sociedade civil, da Paraíba e Pernambuco, com as respectivas instituições nos Estados, revelam de certa forma, que os fatos se desenrolaram aqui como nas pesquisas de outros autores. Já foi dito aqui, anteriormente, sobre o processo de criação da RESEXAcaú-Goiana, os processos caminhavam de forma diferente nos dois Estados. Em Pernambuco, as discussões giravam em torno de uma unidade de proteção no canal de Santa Cruz. Entre outros fatores para o fracasso da empreitada, a falta de um conjunto de consenso mínimo sobre os problemas referentes ao canal de Santa Cruz, entre todos os atores envolvidos, da sociedade civil, dos governos nos seus três níveis – municipal, estadual e federal emperrou todo o processo. Um dos fatores determinantes também, foram as investidas do Governo do Estado de Pernambuco contra a iniciativa da sociedade civil organizada local. O motivo pelo qual o governo estadual se colocava contra a proposta de criação de uma unidade de proteção, nos moldes de uma Reserva extrativista, seria a provável falta de autonomia sobre a área em que a pretensa reserva estivesse demarcada. Já que ao “virar” RESEX a área se torna uma unidade de proteção federal com usufrutos concedido aos extrativistas, conforme SNUC e outras legislações infraconstitucionais.

A posição do governo de Pernambuco se revela contrária e marca as diretrizes que o governo estadual passa a adotar em relação a demanda de criação de unidade de conservação por parte da sociedade civil, organizada ou não, no seu território. Em reuniões e Gt's sobre o assunto, realizadas por conta de “diálogo” entre os atores, de todos os níveis, fica claro que reserva federal, seja ela de qualquer formato, é entendida como perda de território ou perda de autonomia estadual. Esse fato dificulta e muito a vida dos atores envolvidos na questão. Coloca uma barreira quase que intransponível para demanda de áreas de proteção porque qualquer medida que vá de encontro fere, a priori, um princípio estadual. Em outros lugares do Estado, o Governo chega a se antecipar com a criação de unidade estadual onde se pretendia reservas federais levando as disputas para a discussão sobre o pacto federativo. Gerando assim, um ponto de discórdia entre governo federal e governo estadual. Isso barra toda a discussão no Estado de Pernambuco. Tanto é assim, que no último encontro de pescadores e pescadoras que aconteceu na Fundação Joaquim Nabuco ficou claro na plenária final e no documento final do

encontro que um dos pontos básicos requisitados pelos presentes é que a negociação para com o governo estadual não seja necessária já que a demanda da população local é feita diretamente com as agências ligadas ao governo federal, principalmente, ao Ministério do Meio Ambiente na figura no ICMBio. Devido a tantos problemas que se deram em relação a este ponto, virou um “consenso” ou “ponto pacífico entre os órgãos federais e estaduais ligados ao tema de unidades de conservação, um diálogo, a priori, sobre as implicações, para o governo estadual, da pretensa unidade. Ficou claro no encontro que este ponto fere “intimamente” a autonomia de demanda por parte das comunidades de pescadores, pescadoras, catadores de caranguejo entre outros extrativistas. Fez, também, um canal direto de diálogo entre governo federal e comunidades, criando a figura do “atravessador” estadual. Isso é um retrocesso em termos de negociação.

Essa posição, dos pescadores e pescadoras, contra a figura do “atravessador-negociador” estadual se tornou oficial num documento chamado “Carta do Recife” redigido no III Seminário de pesca artesanal e sustentabilidade socioambiental, e no IV simpósio Pernambucano sobre mulher e relações de gênero, realizados simultaneamente no mês de setembro de 2010, na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, Pernambuco. Na Carta do Recife os pescadores, pescadoras, e sociedade civil organizada enumeram diversos pontos de reivindicação e discussão sobre os rumos da. Dentre eles o trigésimo segundo se refere, justamente, a questão de entrave que o Estado de Pernambuco está operando nas negociações que deveriam acontecer de forma direta entre comunidade e governo federal. Segundo a carta, o ponto 32 diz exatamente o seguinte: “Que a criação de RESEX’s e RD’s marinhas obedeça a legislação atual e não dependa de acordos políticos estaduais”.

A dinâmica na Paraíba se construiu a partir de uma dinâmica, o número de atores envolvidos na demanda pela RESEX é bem menor, o que em tese, facilita o encaminhamento do processo. O cenário político é muito menos complexo e, portanto, mais favorável a demanda dos pescadores, pescadoras e extrativistas. O que de fato se confirma. Os órgãos estaduais pouco se manifestaram sobre o processo. Na verdade, pareceu que eles nem souberam de todo processo de implantação de uma reserva extrativista na região do estuário do rio Goiana. Os órgãos municipais, também, pouco se manifestaram sobre a reserva. As duas

Secretarias municipais na Paraíba: Pitimbu e Caaporã, mostraram posições contrárias, contra e a favor, respectivamente. A posição da prefeitura de Pitimbu é de ser contra a implantação e consolidação da unidade, já que a RESEX representa para prefeitura, uma perda de autonomia na região da demarcação, conforme entrevista concedida pela Secretaria de Meio Ambiente titular em Setembro de 2008.

Pesquisador: Qual a posição oficial da prefeitura de Pitimbu sobre a RESEX Acaú Goiana?

**Secretária de Meio Ambiente:** Olhe, Diego, vou lhe falar a posição oficial da prefeitura de Pitimbu é a de neutralidade, esperar o desenrolar dos fatos e vê o que vai acontecer mas vou lhe dizer um coisa aqui “em off” porque tô vendo que você é um menino bom, e tá interessado em ajudar o pessoal daqui. O prefeito é contra, porque isso aí que as marisqueiras junto com o pessoal da universidade e do IBAMA está implantando na área de Acaú é uma área federal. O prefeito acha que a gente perde autonomia, vai perder arrecadação e tudo mais. Até porque você sabe que a Petrobras descobriu petróleo aqui na costa de Pitimbu, NÉ?

Pesquisador: sabia não [...]

**Secretária:** Pois, é. Então temos perspectiva dos royalties o que daria um “boom” na arrecadação da prefeitura. E com a RESEX, parece que a gente tem que discutir isso com o conselho gestor, essas coisas. Tem que passar por um monte de burocracia que implica uma perda de autonomia. Temos também um Resort de alto padrão se instalando aqui. A gente não sabe como vai ser.

O posicionamento contrário segue na perspectiva de que uma unidade de conservação federal representa um entrave na gestão do município já que muitas ações que a prefeitura viesse a fazer tinham de ser negociada com o grupo de trabalho, inicialmente, e futuramente com o conselho deliberativo da RESEX, no qual teria assento a prefeitura. Mas, sentar na mesa pra negociar, qualquer coisa que seja, com um conselho onde a prefeitura não teria hegemonia nesse conselho, representa a perda, pelo menos pra gestão municipal de uma liberdade de ação.

O instituto Chico Mendes, ICMBio, autarquia federal responsável pela gestão das unidades de conservação é a gestora da RESEX extrativista Acaú Goiana. Desde a sua criação a partir de 2007 a Unidade não passou por nenhuma mudança significativa que aponte que ali na região existe uma unidade de conservação. A limitação de ações que criem de fato a RESEX, pois ela existe apenas no papel, está muito ligada a parte orçamentária, que ainda é muito limitada. A consolidação de uma unidade de conservação prevê um conselho deliberativo, plano de uso e planos de manejo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Comecei esta pesquisa e a dissertação na perspectiva de ter enxergado algo novo. Original. Achei ser, eu, o único a ter enxergado mudanças nas relações de gênero em comunidades de pescadores. Terminei, ela, com um sentimento diferente do inicial. Outras pessoas também estudaram. Algumas pessoas, não muitas, estudaram as questões de gênero em comunidades de pescadores. Dessas poucas, algumas olharam para a questão relacional entre homens e mulheres. Do restante, pouco se viu sobre as mulheres como atrizes principais de suas famílias e de suas vidas. E muito se viu sobre como as mulheres eram tratadas, por muitos estudos, como força de trabalho auxiliar de seus companheiros o que as tornava “invisíveis” do ponto de vista laboral e econômico.

Minhas inquietações sobre as mulheres começaram a partir da minha pesquisa de graduação em Costinha e se confirmaram a partir do contato com as mulheres de Acaú. Algumas coisas lidas a partir da pesquisa de Maldonado (1994), onde ela descreve que sua condição de mulher era uma variável que dificultava e muito a sua movimentação e incursões dentro do universo da pesca. Essas coisas somadas me deixaram curioso sobre as relações de gênero nessas comunidades.

Venho terminar a dissertação com a certeza de que o trabalho de pesquisa de campo foi amplo e exaustivo nesses quase cinco anos que estou inserido na região do estuário do rio Goiana. Minhas experiências com outras comunidades, outros pescadores e pescadoras das quase 50 colônias de pescadores da Paraíba, Associações e Ong's se somam as reflexões sobre as mulheres do estuário do Rio Goiana. A título de ilustração, muitas mulheres estão assumindo a presidência de colônias e associações aqui no Estado. As colônias de pescadores de Patos, que polariza uma série de outras comunidades, Arara e Boqueirão são presididas por mulheres, sem falar nas inúmeras Associações específicas de mulheres. Busquei, dessa forma, me orientar por duas bases epistemológicas distintas, mas que se entrelaçam, a Sociologia e Antropologia. Na Sociologia busquei um saber que se pauta pela alta reflexividade e pela crítica. Na Antropologia, minha paixão por

excelência, assumo a postura que Roberto Cardoso de Oliveira chama de “trabalho do antropólogo” e busco aplicar na minha prática de pesquisa um olhar que se pauta pela relatividade das coisas e pelo respeito ao outro. Os saberes se constituem ao longo do tempo e de forma nenhuma um é melhor que o outro. Procura sempre perceber que na frente dos seus olhos sempre existe o outro. E que a alteridade marcada pela relação de pesquisa científica não me coloca num lugar maior, melhor, ou pior. Coloca-me em um lugar de grande responsabilidade em que o exercício de investigação do outro se pautou pela “observação participante”, história oral, entrevistas, fotos, diálogos rápidos, reuniões e oficinas de modo a passar os termos e perspectivas das pescadoras e pescadores e moradores da região do estuário do rio Goiana.

A crítica a estes estudos, com enfoque de gênero masculino e a perspectiva adotada está estruturada no primeiro e segundo capítulos. A crítica se baseia no fato dessas pesquisas atentarem, basicamente, para o viés economicista enxergando na pesca, apenas, relações de produção que apresenta de forma mais ostensiva as presenças masculinas, olhando para o peixe como um único produto de comercialização que compõe a renda das famílias que retiram da natureza marinha e estuarina o seu sustento, sem considerar como válido ou importante o trabalho que as mulheres realizam. Outro fator que contribuiu para essas incursões míopes por parte de olhares que privilegiaram os homens. Esta variável está relacionada ao fator histórico. Em outras palavras, o desenvolvimento de pesquisas com enfoque nas mulheres nasce com o próprio desenvolvimento dos estudos de gêneros. As mulheres enquanto categoria, em termos históricos, só recentemente, se tornam “alvos” de estudos específicos, como afirmam alguns atores que estudam o campo de gênero (PISCITELLI, 2002; HEILBORN, 1991; SEGATO 1997; SCOTT, 1996). Então, a partir disso, percebe-se que muitos estudos e pesquisadores reificam, ou reificaram, o discurso do senso comum sobre as relações de gênero nessas comunidades de pescadores. A ênfase nos estudos que enxergam apenas os homens como categoria hegemônica e dominante na pesca é colocada, muitas vezes, de forma indireta, sem que isso seja percebido pelos próprios estudos e pelos próprio autores. Revelando um machismo “sem querer” arraigado culturalmente na sociedade brasileira e nordestina que perpassa inclusive os espaços da academia, que é o discurso intelectual. Ainda nesta perspectiva das atividades de pesca ser

enxergada como masculina, apresenta-se sem importância a inserção e a relação das mulheres com a atividade pesqueira, seja enquanto atividade laboral principal seja como atividade secundária. O trabalho reprodutivo muitas vezes não é percebido também como importante variável na reprodução social familiar já que é este tipo de ocupação que garante aos maridos dedicar-se exclusivamente das atividades laborais, em geral a pesca.

No geral, as famílias das comunidades dos estuários dos rios Goiana a Megaó, que foram pesquisadas, reproduzem o discurso do senso comum em que as mulheres trabalham menos na pesca ou não trabalham, pois tem de cuidar do filhos. Algumas vezes as pessoas percebem atividades na pesca das mulheres como um trabalho válido, mas secundário aos dos seus maridos. Inclusive esse discurso é reproduzido por algumas mulheres pescadoras e marisqueiras. Elas próprias reproduzem um discurso onde se colocam numa posição secundária. É que o trabalho reprodutivo ou a manutenção do lar como um não-trabalho já que a divisão sexual das tarefas é tido como algo natural. Mais uma vez percebe-se a naturalização da condição da mulher e a reprodução do discurso do senso comum como um discurso aceito pelas mulheres. Mas esse viés ou percepção parece estar descolado das práticas laborais onde se percebe que as mulheres participam ativamente de todas as atividades extrativistas locais, entre elas mariscagem, coleta de caranguejo e a pesca de peixe. Para mim, escutar uma mulher reproduzindo as “inverdades” sobre a sua condição de trabalhadora e de mulher e, se colocar numa posição auxiliar de seu companheiro é um fato paradoxal ao extremo.

Desse modo, a invisibilidade da mulher na tradição pesqueira é assim, em grande parte, reproduzida pelas mulheres locais e também pelo discurso acadêmico, que acaba replicando o discurso local das comunidades. Fez-se a crítica a esta postura e mostrou-se que ela decorria de alguns fatores. É que o fenômeno da invisibilização é posto como um mito para as pesquisadoras que fazem a crítica a própria categoria. É *sui generis* que a crítica seja levantada por mulheres pesquisadoras, apesar de haver pesquisas conduzidas por mulheres que não perceberam as outras mulheres, também. Para essas pesquisadoras, que fazem a crítica ao mito da invisibilidade feminina, a “percepção” da invisibilização ou um status diferenciado do universo masculino é um exemplo também, da reprodução da ideologia dos próprios pescadores e pescadoras e marisqueiras em relação a si

próprio. Nesse sentido, um dos grandes obeliscos que engessam e concorrem para a reprodução do discurso do senso comum onde as mulheres não são vistas é o ponto de partida da maioria das análises que está assentada num modelo bipolar terra-mar. O modelo bipolar de análise na pesca faz com que as mulheres não sejam colocadas numa posição de igualdade em relação aos homens. Então, a nossa crítica segue nesse sentido também. Muitas pesquisas reproduzem dualidade espacial e transportam essa dualidade para o plano teórico. Isso acontece quase sempre porque no plano teórico as mulheres são deixadas de lado quando o viés aponta para as questões puramente econômicas que privilegiam os homens como os agentes econômicos principais. A partir disso vimos então os limites desta perspectiva que se torna praticamente um olhar para o masculino.

A naturalização e biologização da condição feminina é outro ponto que desqualifica as mulheres enquanto produtoras que concorrem em pé de igualdade com os homens. A exaltação da mulher enquanto fêmea reifica o discurso público de que as mulheres são apêndices de seus companheiros. Como já foi visto no capítulo 2, os argumentos que aproximam mais a mulher da natureza do que os homens, para assim naturalizar a inferioridade de um gênero em relação ao outro são argumentos culturais. Aliás, os estudos de gênero nascem nesse sentido, o de desconstruir argumentos biologizantes. Como já foi dito também anteriormente, a biologização feminina é muito mais visível do que a do homem, de gravidez e menstruação, que são períodos em que a própria mulher é considerada frágil, excluída e interdita em períodos da sua vida, por sua própria condição de fêmea, sendo “colocada” como própria natureza. Como já foi dito, também, anteriormente, que o problema desse argumento é que a biologização dos sexos é transcende o mero discurso e é transposta para as instituições sociais, culturais e políticas, sendo reproduzida, assim, no dia a dia das pessoas, transformando diferenças biológicas em desvantagens socioeconômico e cultural com ônus reais graves para o sexo feminino. Esta perspectiva já é antiga e muitos autores no campo de estudos de gênero se debruçaram sobre ela, inclusive fazendo a crítica (ORTNER, 1979; HEIBORN, 1991; SCOTT, 1996).

O tempo é outra variável que influencia severamente a forma como as relações de gênero se estruturam. Os “diferentes tempos” de cada sexo impõem também, uma grande diferença entre eles. Corpo e trabalho são as marcas dessas

diferenças temporais entre os sexos. O tempo marca a questão dos corpos, mas também do trabalho. O que me faz levantar a hipótese de que a forma como se estruturam as relações de gênero nas comunidades pesquisadas, Acaú, Carne de Vaca e São Lourenço, nesta dissertação a partir da categoria trabalho são “vistas” pela menor quantidade de tempo que a mulher tem disponível em relação ao seu companheiro. Então, a diferença entre homem e mulher não está ligada ao que se considera como trabalho válido ou não, já que muito do trabalho feminino é considerado um não-trabalho, mas sim o menor tempo que elas se dedicam as atividades extrativistas. Esse é um ponto crucial que apareceu de forma inesperada no decorrer da pesquisa.

Na verdade percebe-se o tempo disponível para o trabalho na maré faz com as mulheres passem menos tempo na maré do que os homens. Desconstruindo esse argumento, é a quantidade de tempo desprendido para o trabalho socialmente valorizado pelo grupo que faz com as mulheres sejam menos valorizada e, os argumentos biologizante “entram” nessa questão do tempo de forma implícita, quase essencialista. O que se quer dizer na verdade é isto: As mulheres, por terem de cuidar dos filhos e da casa, passam menos tempo na maré do que os homens e este fato as torna menos legítimas, socialmente falando, do que os homens e menos importantes na qualidade de provedoras do lar em comunidades de pescadores, onde já foi visto que a identidade do trabalho é uma identidade reconhecida como masculina. Esses argumentos se apresentam e são colocados de forma errônea e ideológica e se misturam a outros e, sendo assim concorrem para a desvalorização das mulheres enquanto provedoras do lar.

As análises do trabalho reprodutivo que as mulheres desenvolvem nos ambientes, mais privados e a valorização do trabalho nos mangues que elas levam pra dentro de casa também devem ser considerados. O trabalho reprodutivo feminino não é levado em consideração. Até porque o trabalho do mangue continua em casa para o beneficiamento dos produtos do mar que necessitam desse tratamento indispensável para comercialização. Então, percebe-se que ausência de pesquisas acadêmicas que valorizem o trabalho reprodutivo e doméstico feminino em comunidades que desenvolvem a pesca e a coleta concorre para o enorme desconhecimento que nós mesmos da academia temos em relação às mulheres marisqueiras, pescadoras e pescadeiras. Percebemos que boa parte do trabalho

produtivo e trabalho reprodutivo se desenvolvem num mesmo espaço. O espaço da casa. O ambiente doméstico se apresenta, dessa forma, num ambiente de intersecção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Neste espaço se desenvolve o beneficiamento dos peixes, mariscos e caranguejos.

A masculinização da mulher no contato com o trabalho na pesca é um fato que se percebe e ocorre na medida em que a piadas e brincadeiras sobre as mulheres pescadoras, pescadeiras e marisqueiras em tom de jocosidade é feito em relação àquelas mulheres bem dispostas para o trabalho. Quando uma mulher ou grupo de mulheres se destacam, ganhando o respeito de todos da comunidade, principalmente dos homens, quanto a regularidade com que desempenham as funções laborais na maré são chamadas de *mulé-macho*, *mulé-homi*, *mulé-braba*. O Feedback entre mulher e trabalho na pesca demonstra, assim, que a entrada da mulher na pesca feminiliza o trabalho e masculina a mulher. Ocorrendo muito mais esse último do que o primeiro.

A falta de material pra pesquisa também é algo a ser citado. Nesse sentido entende-se que a pouca produção acadêmica relacionada à sociologia e antropologia da pesca tem a ver com o pouco status acadêmico desse universo que implica em um menor número de grupos de pesquisa em relação aos outros campos de estudos. Isso se reflete nos poucos grupos de pesquisas que se dedicam a pesca, em todo território nacional, em relação aos outros campos de estudos, como por exemplo os estudos de gêneros e estudos rurais conforme citado no primeiro capítulo e introdução desta dissertação. Essa situação de marginalidade que a pesca, pescadores, pescadoras e marisqueiras vivem em todos os sentidos, social, econômico e político é reflexo da pouca visibilidade que o pescador enquanto categoria goza frente à sociedade como um todo. Outro fator pode ser relacionado à questão política e de organização social. O pescador ainda é uma classe sem representação política significativa, em grande parte pela falta de entidades de classe mais representativas e atuantes historicamente. As colônias de pescadores enquanto uma organização classista, de “forma geral”, são entidades fracas e pouco atuantes politicamente. O próprio caráter da atividade pesqueira, imprevisível e sazonal dificulta a organização de grupo. As ausências e o cansaço decorrente da prática da pesca concorrem para este feito. Outras questões históricas concorrem para isto mas não cabe aqui discorrermos sobre este fato. Isso não quer dizer que a

classe é desorganizada ou mal organizada. Posso dizer que a organização dos pescadores, pescadoras e marisqueiras em entidades de classe tem um “boom” com a ascensão do governo Lula que promoveu um a criação de uma Secretaria de aquicultura e pesca (SEAP), ligada diretamente a presidência da república que, posteriormente, foi transformada em Ministério da Pesca (MPA), promovendo um política específica voltada para o pescador. Tanto é assim que se assiste a multiplicação e surgimento de várias entidades como colônias, associações, ONG’s, articulação de mulheres, federações e confederações na Paraíba e no Brasil como um todo. Tendo destaque para um crescimento da participação das mulheres como fundadoras de entidades específicas para elas. Para ilustrar aqui na Paraíba, o número de colônias de pescadores aumentou de 19 para 53 (MINISTÉRIO DA PESCA, 2010) em oito anos, o que representa um crescimento de 278 por cento. Ou seja, em oito anos que o Estado brasileiro promoveu políticas específicas voltadas diretamente para pesca, de forma geral, assistiu-se ao aumento em superior a duas vezes e meia o número de entidades já existentes em relação ao 114 anos de república brasileira anteriormente, crescimento significativo. Mostrando que organização classista da pesca está diretamente relacionada a recursos e políticas específicas para o setor. Antes da criação da SEAP, que posteriormente virou MPA, toda a gestão do Estado brasileiro em relação à pesca estava ligada ao Ministério da agricultura órgão totalmente desvinculado das atividades pesqueiras, voltado totalmente, em toda sua plenitude, para outra classe de trabalhadores, os agricultores. Então, quando se afirma no decorrer da dissertação que as atividades pesqueiras e, conseqüentemente o pescador são categorias menores e que se encontram à margem, em todos os sentidos, estamos relacionando essa marginalidade com o esquecimento do Estado, nos três níveis de governança, e da academia com pouca produção acadêmica.

Em relação à vida política dessas comunidades, mais particularmente Acaú, sobressai as figuras de mulheres que estão a frente de algumas entidades, entre elas Associação das marisqueiras e ONG Acaúem ação. O processo de criação da Reserva Acaú-Goiana como já foi dito iniciou-se com a luta das marisqueiras de Acaú na discussão pela proteção dos bancos de mariscos no lado paraibano do rio, apesar de existir um movimento político paralelo das comunidades no lado Pernambuco pela demanda de uma unidade de conservação ou proteção no canal

de Santa Cruz. Como o processo no lado Pernambucano foi paralisado por motivos que não convém destacar aqui, conseqüentemente a luta das comunidades dos dois Estados se somaram em prol da implantação da RESEX Acaú-Goiana. Foi esse movimento de organização, articulação e participação política das mulheres locais que deu o mote para a pesquisa e escrita desta dissertação ainda quando fazia a pesquisa para o término da monografia de graduação. A demanda das mulheres pela proteção dos bancos de mariscos gerou um canal de comunicação entre duas lógicas distintas, a lógica do Estado e a lógica da sociedade civil organizada nessas entidades das mulheres. O filho inesperado dessa demanda pela proteção dos mariscos foi a chegada do Meio Ambiente assentado no binômio desenvolvimento e sustentabilidade.

Finalizo a dissertação com a sensação do dever cumprido. Muitas questões ficaram de foram ou apenas foram citadas e me deixaram com o “gostinho do quero mais” e acredito que tenha sido essa a sensação do leitor em alguns momentos. Essas questões estão vivas esperando o momento oportuno para serem trabalhadas. Outra especificidade que percebo agora, apenas, é que minhas minhas incursões teóricas sempre estiveram num estado liminar entre duas posições epistemológicas parecidas porém distintas, a Sociologia e a Antropologia. Somando-se a isso, estudar pescadores é muito prazeroso, apesar de academicamente se constituir num grande desafio, pela pouca produção nacional e marginalidade do tema. Isso pode ser provado nos encontros acadêmicos que participei ou tentei participar nos últimos anos. Os Gt's, Gd's e outros espaços de diálogos e interação onde nós pesquisadores trocamos experiências são bem restritos. Conversando com os professores que tentam garantir esses espaços acadêmicos a cada ABA, Anpocs, Ciso, e outros percebemos o quanto nosso tema ainda é tratado como marginal. Então é a partir disso que percebo o quanto a Paraíba e UFPB ainda são privilegiadas por terem um grupo de pessoas que ainda se interessam por esse tema marginal dentro do nosso universo acadêmico.

Percebo um momento histórico favorável à ascensão das mulheres no universo da pesca, seja dentro do universo do trabalho, dito de masculino, pescando peixes, onde antes só se viam homens, e as mulheres eram colocadas na posição de auxiliares dos seus companheiros ou de seus pais. Como também na organização política de suas comunidades, a frente de colônias, associações e

Ong's onde as lideranças femininas estão surgindo aqui e ali, de forma que não seria exagero projetar que em pouco tempo as mulheres sejam maioria à frente das entidades da sociedade civil organizada dos pescadores.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros.** Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2002.

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa; FRANCO, Mariana C. Pantoja. A Justiça Local: caça e estradas de seringa na reserva extrativista alto juruá. REUNIAO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA 23. FÓRUM: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 3., 2000. Brasília.

ASSIS, Luís Guilherme Resende de. **Às Margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil: desafios antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ÁVILA, Thiago Antônio Machado de. **Não é jeito que eles quer, é do jeito que nós quer: os krahô e a biodiversidade.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de Habitus e de campo. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 59-74.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 112-143.

BRASIL. Decreto n. 98.987, de 2 fevereiro 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D98987.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98987.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2010.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 julho 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2010.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e tradição**: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Niterói: EdUFF, 1999. (Coleção Antropologia e Ciência Política, v.17).

CADERNOS DE ESTUDOS REGIONAIS: O estuário do Rio Paraíba. João Pessoa: UFPB/NDHIR, ano 3, n. 2, 1980. (Série monografia 1).

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. **Pescadores-trabalhadores da baleia em costinha PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

CAVALCANTE FILHO, Antonio. **A pesca da baleia na Paraíba e sua repercussão econômico-social no município de Lucena**. Campina Grande: UFPB, 1981. (mimeógrafo).

CASARES, Aurelia Martin. **Antropologia del género**: culturas, mitos y estereotiposexuales. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.

COSTA, M.F. et al. **Seasonal differences in mercury accumulation in Trichiurus lepturus (cutlassfish) in relation to length and weight in a northeast Brazilian estuary. Environmental Science and Pollution Research International**. 2009.

COSTA-NETO, Eraldo Medeiros; MARQUES, José Geraldo Wanderley. Atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de siribinha, município do conde, Bahia: uma abordagem etno-ecológica. **Sitientibus**. (Série ciências biológicas). Feira de Santana: UFES, 2001.

CID, Ricardo. Produto e processo: desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental. In: LEITE, Ilka B. (Org.) **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER; ABA, 2005.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CUNHA, Lucia Helena. **Entre o Mar e a Terra**: Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DI DEUS, Eduardo. **Antropologia e ambiente entre transgressões e sínteses**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana; MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Edusp, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A pesca construindo sociedades: Leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

\_\_\_\_\_. **El mito moderno de la naturaleza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2005.

DOWIE, Mark. **Os refugiados da conservação**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2006.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: Eduff, 1999.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer: a descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ESCALIER, Cristine. O papel das mulheres da Nazaré na economia halieutica. **Etnografia**, Portugal, v. 3, n. 2, p. 293-308, 1999.  
Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N2/Vol\\_iii\\_N2\\_293-308.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_293-308.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2010.

FADIGAS, Amanda Braga de Melo. **As marisqueiras e a reserva extrativista Acaú-Goiana: uma análise de práticas participativas para a conservação do**

ambiente. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FRANCH, Monica. **Tardes ao Léu**: um ensaio sobre o tempo livre entre jovens de periferia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

GARONE, Taís Diniz. **Uma poética da mediação**: História, Mito e Ritual no Congado Setelagoano-MG. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas**: o antropólogo como autor. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ. 2005.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, n. 162, 1968.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: \_\_\_\_\_. **Mulher e política pública**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991. p. 23-36.

KANT DE LIMA, Roberto; PEREIRA, Luciana Freitas. **Pescadores de Itaipu**: Meio Ambiente e conflito ritual no litoral do Estado de Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

LEAL, Wills. **O discurso cinematográfico dos paraibanos**: ou a história do cinema na/da Paraíba. João Pessoa: União Editora, 1989.

LEITÃO, Wilma M. **O Pescador Mesmo**: Um Estudo sobre o Pescador e as Políticas de Desenvolvimento da Pesca no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

LEITE, Ilka B. Os laudos periciais – um novo cenário na prática Antropológica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: NUER; ABA. 2005. p.13-28.

LABRECQUE, Marie France (Org.). **L'egalité devant soi: Sexes, rapports sociaux et développement international**. Ottawa. Centre de recherches pour le développement international. Canada. 1994

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2. ed. São Paulo: Anablume, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac-Naif, 2003. Cap. 2, 7.

MENDES, Chico. **O Testamento do Homem da Floresta**: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MILLS, C.Wright. Do artesanato intelectual. In: \_\_\_\_\_. **A imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar: 1972. p. 211-244.

MINISTÉRIO DA PESCA. Registro Geral de Pesca. Brasília, 2010.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica, **“Trabalhadeiras” & “Camarados”**: Um Estudo sobre o Status das mulheres numa comunidade de Pescadores. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

\_\_\_\_\_. Pesca de homem/peixe de mulher (?): Repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, Portugal, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999.

MOURA, Gilson Ferreira de. **A pesca do camarão marinho e seus aspectos sócio-ecológicos no litoral de Pitimbu, Paraíba, Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de.

Antropologia e Moralidade: etnicidade e as possibilidades de uma ética planetária. In: \_\_\_\_\_. **Ensaios antropológicos sobre Moral e Ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para o cultura? In: \_\_\_\_\_. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEIRANO, Mariza. **A Reima do Peixe**: proibições alimentares numa comunidade de pescadores. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1975.

\_\_\_\_\_. **Uma Antropologia no Plural**: três experiências contemporâneas. Brasília: Editora UnB, 1992.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. v. 48.

REGO, Andre Gondim do. **O Trabalho do Antropólogo no Ministério Público Federal e outras considerações sobre a articulação entre o Direito e a Antropologia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, Ana Flavia Moreira; OLIVEIRA, João Pacheco de. **Reconhecimento étnico em exame**: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: contra-capa/LACED, 2003.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos de gênero na antropologia e para além dela. In: BANDEIRA, Lourdes; SIQUEIRA, Deis (Org.). **Feminismos e Gênero**. Brasília: Ed. Brasília, 1997.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAHLINS, Marshall. O Retorno do Evento, outra vez. In: \_\_\_\_\_. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3. ed. Recife: Ed. SOS Corpo, 1996.

SILVA, Janaina Barbosa da. **Territorialidade da pesca no estuário de Itapessoca-PE: técnicas, petrechos, espécies e impactos ambientais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

TOMÁS, M.C.;ARCE,R.S.**Vaqueiros y pescadores**. Dos modos de vida. Madrid. akal editor.1979.

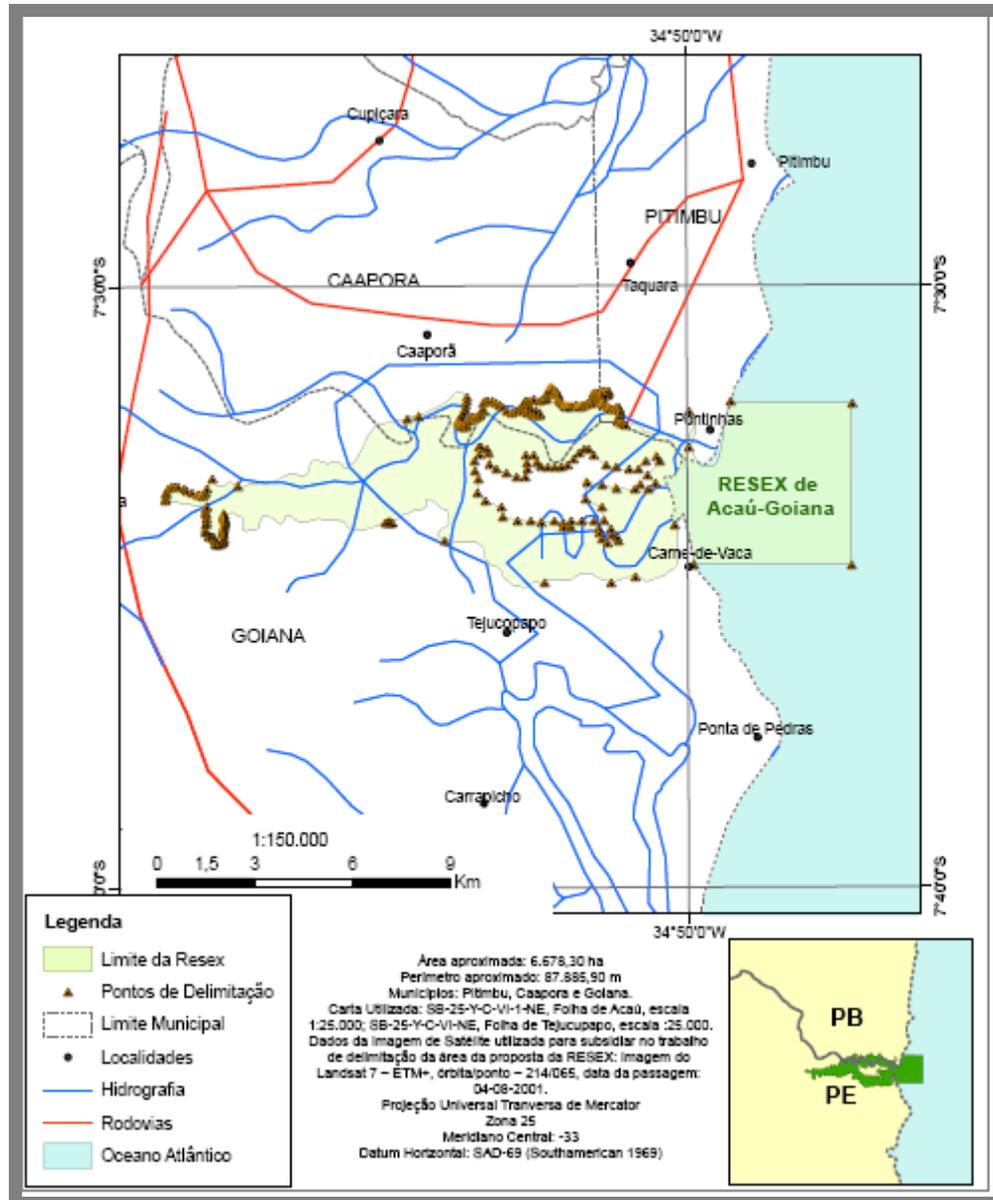
UFPB/IBAMA. Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Biológico da Região dos Estuários dos Rios Goiana e Megaó. João Pessoa, 2006.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Empírica. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais**. 2. ed.São Paulo: Cortez, 1993. p. 107-154.

WEBER, Max. O Sentido da Neutralidade Axiológica nas Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 361-398.

WOORTMANN, Ellen F. Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades Pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, p. 41-61, 1992.

## ANEXO



**FIGURA 07** -Localização da RESEX Acaú-Goiana/PB/PE.

**FONTE:**ICMBio/CR 6/PB.